

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2026

NÚMERO 23.084 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Saídas pela direita

Conheça mais sobre Wesley, Danilo e Ibañez, os herdeiros da lateral do Brasil. PÁGINA 19



Ed Alves/CB/D.A Press



Estreia sob aplausos

Seleção Brasileira feminina começa a Liga das Nações de Vôlei com vitória por 3 sets a 1 sobre a Holanda, no Nilson Nelson. Adversário de hoje é a República Dominicana.

PÁGINA 20

Tênis no DF

Torneio feminino mostra talentos

PÁGINA 20

Bola e arte

Exposição traz a beleza da Copa

PÁGINA 21

Delação de Vorcaro tem Flávio, Ciro e Dark Horse

Ex-dono do Master amplia delação para ganhar o aval da PF

Preso na Superintendência da Polícia Federal em Brasília desde 4 de março, o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, apresentou uma nova proposta de delação premiada, após a primeira colaboração ter sido rejeitada pela PF. No documento elaborado pela defesa do ex-banqueiro há

mais nomes de autoridades supostamente envolvidas no esquema de fraudes que levou à liquidação da instituição e a um prejuízo bilionário no sistema financeiro. Senadores, o pré-candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Ciro Nogueira (PP-PI) estão na colaboração,

entre outros nomes. Eles são suspeitos de receber dinheiro ou favores de Vorcaro, que também vai confirmar a negociação de R\$ 124 milhões para *Dark Horse*, filme que retrata o ex-presidente Jair Bolsonaro. Neste caso, a produção seria uma forma de lavagem de recursos nos EUA.

PÁGINA 4

Evaristo S4/AFP



Tarifação levará Lula a Trump

Surpreendido por mais uma taxação a produtos brasileiros — além da tarifa de 25% anunciada na terça-feira, os EUA pretendem impor 12,5% a mais por falhas no combate ao trabalho forçado —, Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que irá à cúpula do G-7, dia 15, em Evian (França), para tentar conversar com Donald Trump. Segundo o chefe do Planalto durante reunião ministerial (foto), é para “colocar ordem na casa”. Ele contestou os argumentos dos norte-americanos para punir o Brasil e avalia que o momento exige uma resposta à altura, além de culpar o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, pela medida. “Ele (Rubio) é um latino-americano frustrado”

Brasil planeja a reciprocidade nas tarifas

PÁGINA

Feriadão

Trânsito muda na Esplanada



Ed Alves/CB/D.A Press

Comemorações do Dia de Corpus Christi, hoje, provocam alterações no funcionamento de serviços, comércio e tráfego. Festejos religiosos começam às 6h.

PÁGINA 17

Ed Alves/CB/D.A Press



Brazlândia faz festa

Cidade cercada por uma natureza exuberante completa 93 anos reunindo uma população apaixonada. Esmael Costa mudou-se para Taguatinga, mas adora pedalar na orla do Veredinha.

PÁGINA 18

EUA x Irã

Presidente é enquadrado

Com o voto de quatro governistas, oposição democrata aprova resolução que obriga Donald Trump a retirar tropas do Irã — ou obter autorização para continuar as operações militares. PÁGINA 9

Homem é indiciado por atirar em vizinho

PÁGINA 15

Restrição ao aborto legal deve ir à Justiça

PÁGINA 7

Ed Alves/CB/D.A Press



Acredita — Gerente de capitalização do Sebrae Nacional, Valdir Oliveira detalhou, no *CB.Poder*, o funcionamento de programas que apoiam os pequenos negócios. PÁGINA 16



As vítimas de uma barbárie

De janeiro a abril, o DF teve 73 mortes em acidentes de trânsito. Motociclistas e pedestres são as maiores vítimas. O atropelamento fatal de Elcina Brito, terça-feira, no Arapoanga, expôs a imprudência que causa tragédias nas ruas. O motorista estava drogado e sem carteira. PÁGINA 13

Direito & Justiça

Regulação da IA vira o foco dos debates

ANA MARIA CAMPOS ENVIADA ESPECIAL

Lisboa — Fórum realizado em Portugal nesta semana teve o uso da inteligência artificial, a manipulação das redes sociais e as big techs como os principais temas dos debates. Encontro reuniu autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo, além de empresários, num total de 2,8 mil participantes.



9 771808 266059



TARIFAÇÃO

Reunião com Trump para discutir relação

Lula confirma ida ao G7, na França, onde espera se encontrar com o republicano e tratar das sobretaxas a produtos brasileiros

» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou que vai à cúpula do G7, entre os dias 15 e 17 deste mês, em Evian, na França. E nessa reunião das sete maiores economias do mundo, a expectativa é de que o chefe do Planalto consiga se encontrar com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para abordar a ameaça de nova taxaço, de 25%, sobre produtos brasileiros. Estará na pauta de uma eventual conversa, também, a sugestão do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), divulgado ontem, de sobretaxar o Brasil e outros 59 países, em 12,5%, por falhas no combate ao trabalho forçado.

Segundo Lula, a ida à reunião do G7 terá o objetivo de “colocar ordem na casa” em meio a um “desmonte do multilateralismo e da democracia” no mundo. “Eu nem ia no G7, mas agora eu vou ao G7, porque é preciso alguém tentar colocar ordem na casa e dar um paradeiro nessa coisa que está acontecendo de desmonte do multilateralismo, desmonte da democracia e desvalorização das instituições”, enfatizou, na abertura da reunião interministerial, ontem, no Palácio do Planalto.

A ida de Lula ao G7 ocorrerá na condição de convidado pelo grupo, formado por França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos.

Na reunião com ministros, o presidente elevou o tom ao comentar as tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. Ele contestou os argumentos usados para justificar a medida e afirmou que o Brasil não aceitará ser tratado como uma “republica insignificante”.

Ele reiterou que o governo foi surpreendido pela decisão de Washington, em meio aos diálogos mantidos com os EUA nos últimos meses. De acordo com o chefe do Executivo, o Brasil buscou construir uma relação baseada na cooperação e na diplomacia, mas acabou sendo alvo de medidas injustificadas.

Lula também questionou a alegação de que os Estados Unidos teriam déficit comercial na relação bilateral. Segundo ele, os números apontam justamente o contrário.

Na avaliação do presidente, a adoção das tarifas representa um momento delicado para a política externa brasileira e exige uma resposta firme em defesa da soberania nacional. Ele ressaltou que o país tem ampliado sua presença internacional e não pode aceitar

tratamento desigual por parte de outras nações.

O petista relatou que no encontro que teve com Trump em Washington, entregou pessoalmente ao republicano quatro documentos, abordando temas considerados estratégicos para a relação bilateral. O material tratou de combate ao narcotráfico e ao crime organizado, da agenda comercial entre os países, do acordo negociado por Brasil e Turquia com o Irã em 2010 sobre o enriquecimento de urânio e de questões relacionadas a terras raras e minerais críticos. “Eu saí de lá convencido de que a gente estava estabelecendo uma nova lógica no relacionamento democrático e civilizado entre Brasil e Estados Unidos”, contou. “Confesso a vocês que fui pego de surpresa.”

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, foi novamente alvo de críticas do chefe do Planalto. “Esse Marco Rubio não gosta da América Latina e muito menos do Brasil. Ele é um latino-americano frustrado”, disparou.

Nada de choro

Aos ministros, Lula orientou “não baixar a cabeça” ante as ameaças e enfatizou que, caso não haja acordo com os Estados Unidos, o Brasil tem de procurar outros parceiros comerciais. “Se os Estados Unidos querem problema, nós não vamos ficar chorando, vamos procurar outros parceiros. Se eles não querem comprar, vamos vender para quem quiser comprar, a gente não vai ficar reclamando”, frisou.

Sem citar a família Bolsonaro, Lula disparou críticas a pessoas que, segundo ressaltou, trabalham para incentivar medidas contra o próprio país por razões eleitorais. “Vocês, ministros, não podem deixar de dizer isso em alto e bom som: estão tentando trair o Brasil com interesses mesquinhos, rasteiros, de uma disputa eleitoral”, disse. “Não há disputa eleitoral, em qualquer país do mundo, que possa dar valor a alguém que trai a pátria.”

As ameaças de sanções ao Brasil ocorreram dias depois da visita do senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato do PL à Presidência, e do irmão dele, o deputado cassado Eduardo Bolsonaro, ao chefe de Estado americano, na Casa Branca.

O presidente reiterou que o Brasil continuará buscando o diálogo diplomático com os Estados Unidos, mas ressaltou que país não abrirá mão de sua soberania nem aceitará decisões que prejudiquem seus interesses econômicos.

AFF



Lula: “Se os Estados Unidos querem problema, não vamos ficar chorando, vamos procurar outros parceiros, vamos vender para quem quiser comprar”

» UE e China reagem

A China e a União Europeia reagiram à intenção dos Estados Unidos de impor novas tarifas sob a alegação de prática de trabalhos forçados na produção de itens exportados ao mercado americano. Pequim negou categoricamente as alegações do governo Trump. A porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chines, Mao Ning, afirmou que a questão está sendo usada para justificar novas restrições comerciais. “Não existe trabalho forçado na China, e nos opomos a que isso seja usado como desculpa para manipulação política”, declarou a porta-voz. Já o porta-voz de Comércio da União Europeia, Olof Gill, disse que o bloco analisará cuidadosamente as conclusões da investigação norte-americana e as medidas sugeridas, e que seguirá em diálogo com a Casa Branca.

Brasil fala em reciprocidade

» RAPHAEL PATI

Depois de propor tarifa de 25% a produtos brasileiros, a Representação Comercial do país, a USTR, na sigla em inglês, publicou ontem um documento que sugere uma nova taxaço, de 12,5%, sobre o Brasil e outros 59 países, por, segundo os Estados Unidos, falharem no combate ao trabalho forçado em suas cadeias comerciais.

Na lista de eventual sanção estão, ainda, potências econômicas, como China, Índia, Japão e Reino Unido, além de outros membros do Mercosul, como Argentina e Uruguai. Também pode sofrer a tarifa adicional a União Europeia. O secretário de Comércio dos EUA, Jamieson Greer, disse que a importação de bens feitos por meio de trabalho forçado é “inaceitável” e que seu país não vai tolerar mais o que chamou de “disparidade”. “Isso força os trabalhadores americanos a competir em um campo desigual”, argumentou.

A medida foi proposta após a

conclusão de uma investigação conduzida pelos EUA com base na Seção 301 da Lei de Comércio americana de 1974, que autoriza o país a abrir apurações e impor sanções contra países que usam de práticas consideradas prejudiciais ou “injustas” ao comércio e aos interesses norte-americanos. O cronograma estabelecido pelo governo americano prevê a coleta de comentários públicos até 6 de julho, com audiências presenciais agendadas para 7 de julho. Além disso, nações que possuam compromissos prévios em acordos comerciais ou adotem regimes considerados parcialmente adequados estarão sujeitas a uma alíquota menor, de 10%.

“Lamentável”

Em resposta, o governo brasileiro manifestou “profunda discordância” com a medida. “É lamentável que tema tão relevante como o da proteção de condições dignas para milhões de trabalhadores e

trabalhadoras seja desvirtuado para servir de justificativa a medidas protecionistas unilaterais”, destaca, em nota, o Planalto, que considera ainda um “absurdo” a associação entre a competitividade da economia brasileira e “insumos externos obtidos por meio de comércio que viole a dignidade humana”.

“A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece, há décadas, o Brasil como referência internacional no combate ao trabalho forçado, graças à combinação de fiscalização, responsabilização, cooperação institucional e compromisso político”, acrescentou.

O texto também cita que o Brasil pode recorrer à Lei de Reciprocidade, aprovada em 2025 no Congresso Nacional, justamente para responder a possíveis abusos contra o país no comércio exterior. Segundo a nota, o país já forneceu manifestações escritas e explicações sobre o arcabouço legal nacional para coibir importações de bens produzidos por trabalho forçado.

“Essa tarifa sobre empresas é do Lula”

» ALÍCIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA

Pré-candidato à Presidência, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse que o eventual tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil não prejudicará sua campanha. E voltou a atribuir as medidas norte-americanas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o parlamentar, a crise comercial é consequência da deterioração das relações diplomáticas entre Brasília e Washington.

“Essa tarifa sobre as empresas brasileiras é a tarifa do Lula. Pelo seu comportamento, pela sua falta de habilidade”, declarou,

em entrevista ao jornal *O Tempo*. De acordo com Flávio, o chefe do Executivo quer explorar politicamente o embate com os Estados Unidos, sem considerar os prejuízos econômicos para os setores afetados.

O senador afirmou, ainda, que tem atuado para tentar evitar a aplicação das tarifas. Disse ter enviado uma carta ao secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, solicitando que a administração americana reavalie a proposta. “Já mandei uma carta ao governo americano explicando essa situação e pedindo que não taxem as empresas brasileiras”, contou.

O parlamentar também rejeitou a avaliação de que a medida possa desgastar sua imagem junto ao eleitorado. Governistas dispararam nas redes sociais e conseguiram viralizar a alcunha “tariflávio”. “A gente vai explicar que essa taxa do Lula, essa tarifa do Lula, é por causa das provocações dele aos Estados Unidos”, repetiu.

O discurso é compartilhado por integrantes da direita no Congresso. Em entrevista ao *Correio*, o líder da oposição na Câmara, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), classificou como “preocupante” a possibilidade de entrada em vigor

da nova tarifa e responsabilizou a política externa do governo petista pelo agravamento das relações com os Estados Unidos.

“Precisamos trabalhar arduamente para evitar que isso ocorra. Infelizmente, temos um governo irresponsável. A política externa do governo Lula é um desastre”, afirmou.

O parlamentar frisou que a decisão americana é resultado de um processo de investigação comercial iniciado antes das recentes viagens de Flávio Bolsonaro aos Estados Unidos, afastando qualquer relação entre a atuação do senador e o avanço da sanção.

Marcos Vieira EM/DA Press.



Flávio disse não crer que tarifas abalem sua campanha à Presidência

COMUNICADO AOS CONSUMIDORES

INFORME DE RECOLHIMENTO PREVENTIVO

A Mineração Bom Jesus (MBJ) comunica o recolhimento voluntário e preventivo do produto abaixo identificado:

Produto:
Água Mineral Natural Crystal 500 ml sem gás

Lote:
P 200126 (leia-se na embalagem LZ1 VAL 200127 3 P 200126)

Validade:
20/01/2027

O lote, envasado em janeiro, possui distribuição restrita e foi comercializado apenas no Distrito Federal, em municípios específicos do Tocantins (Arraias, Combinado e Novo Alegre), de Goiás (Águas Lindas de Goiás, Luziânia, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás e Cristalina, Formosa, Campos Belos, Alexânia, Abadiânia e Catalão) e nas cidades de Sorocaba, Itapetininga, Itu, São Roque e Tatuí (SP).

Durante ação de fiscalização da Vigilância Sanitária, em março, foi identificada a presença de *Pseudomonas aeruginosa* em uma amostra coletada em um ponto de venda específico localizado no Distrito Federal.

Desde a notificação, foram realizadas análises em mais de 300 amostras no processo e nos produtos, todas com resultados negativos para quaisquer microrganismos indicadores de contaminação.

Esta medida se refere exclusivamente ao lote mencionado, envasado pela Mineração Bom Jesus (MBJ), no estado de Goiás, **não havendo qualquer relação com outros lotes da marca Crystal**. A *Pseudomonas aeruginosa* é uma bactéria oportunista que pode representar riscos à saúde em determinadas condições, especialmente em pessoas imunocomprometidas, sendo que a ingestão não é considerada a principal nem a forma mais arriscada de contaminação.

Caso possua unidades deste lote, orientamos que entre em contato com o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) para informações sobre substituição ou reembolso.



**EQUIPE
SEGURANÇA
DE ALIMENTOS**



Brasal
REFRIGERANTES

MBJ
MINERAÇÃO BOM JESUS

SAC 0800 061 5000
contato@brasal.com.br

Operação Compliance Zero

Flávio e Ciro na nova delação de Vorcaro

Na proposta de colaboração, dono do Master detalha supostos pedidos de dinheiro feitos por senadores e repasses à produção do filme *Dark Horse*, sobre Jair Bolsonaro

» RENATO SOUZA

Quase duas semanas após ter a delação recusada por investigadores da Polícia Federal, o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, apresentou nova proposta de colaboração premiada, na qual aponta outros nomes de autoridades envolvidas com o esquema fraudulento.

A defesa entregou, na terça-feira, documentos e informações para subsidiar a delação. O conteúdo foi encaminhado à PF e à Procuradoria-Geral da República (PGR). Ambos os órgãos avaliam, desde ontem, o material para saber se, desta vez, existe justificativa para firmar um acordo de colaboração.

Entre os nomes citados por Vorcaro na nova proposta estão os senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República.

De acordo com fontes ligadas ao caso, Vorcaro descreveu os repasses que fez para a produção do filme *Dark Horse*, sobre a trajetória política do ex-presidente Jair Bolsonaro. Além disso, o dono do Master confirmou os pedidos de Flávio Bolsonaro por dinheiro para supostamente bancar o longa-metragem.

Mensagens divulgadas pelo site Intercept Brasil mostram que Flávio negociou com Vorcaro R\$ 124 milhões para o filme, dos quais pelo menos R\$ 60 milhões foram, de fato, repassados pelo banqueiro. Os investigadores suspeitam que parte dos recursos não foi para a cinebiografia, mas, sim, para bancar o deputado cassado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos.

Além disso, há a suspeita de que uma parte dos valores teria sido usada para lavagem de dinheiro, a fim de mascarar a origem de recursos ilegais, fruto de prejuízos ao Banco de Brasília (BRB) e de outras operações fraudulentas do Master.

Em declaração na terça-feira, Flávio negou ter cobrado recursos de Vorcaro para a produção do filme. “Não pedi dinheiro para ninguém. Era um dinheiro privado para um filme privado”, disse. O parlamentar alega que não houve ilicitude na operação e o montante recebido foi utilizado para custear o longa, com o pagamento de equipe, locação de equipamentos, gravações e edições.

O senador Ciro Nogueira também está entre os alvos de Vorcaro. O presidente do PP foi alvo da quinta fase da Operação Compliance Zero, deflagrada no mês passado. As equipes policiais cumpriram mandados de busca e apreensão contra ele no Distrito Federal e no Piauí.

Lula Marques e Divulgação



Investigações apontam que Ciro Nogueira atuava no Congresso para beneficiar o Master, banco de Vorcaro

Saiba mais

Ceticismo na PF

» Investigadores da Polícia Federal ainda veem com ceticismo a tentativa de delação do banqueiro Daniel Vorcaro, já que a primeira proposta foi considerada insuficiente e ignorava informações encontradas no telefone celular do dono do Master, como os supostos pagamentos de uma mesada de R\$ 300 mil ao senador Ciro Nogueira (PP-PI).

» Vorcaro também teve vínculos financeiros com os ministros do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. Uma empresa da família de Toffoli vendeu cotas num resort de luxo no interior do Paraná para um fundo ligado ao Master. Já em relação a Moraes há um contrato de prestação de serviço assinado entre o banco de Vorcaro e a advogada Viviane Barci, mulher do ministro do STF.

Milícia armada

A prisão foi determinada por causa da suspeita de que Vorcaro tentou obstruir as investigações por meio da contratação de influenciadores e com uma milícia armada para ameaçar adversários e obter documentos de apurações em curso. No mês passado, o pai dele, Henrique Vorcaro, também foi preso por suspeita de pagamentos aos integrantes dessa milícia.

adiada. Os investigadores cancelaram o encontro com a defesa em razão da necessidade de avaliar o documento que foi entregue.

Vorcaro está **preso** na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília. Na proposta anterior de delação dele foi rejeitada após a PF avaliar que o banqueiro estava escondendo informações e tentando proteger aliados.

Entre os conteúdos presentes na proposta anterior de delação, estava a afirmação de que a esposa do ministro Alexandre de Moraes, Viviane Barci, iria firmar um novo contrato, de R\$ 50 milhões, com o Master. Os valores seriam para serviços de advocacia, mas o contrato não chegou a ser assinado. A revelação foi feita pelo *O Globo* e confirmada pelo **Correio**. Essa informação não está na nova proposta de delação.

» Julgamento do BRB é adiado

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar, na próxima semana, uma decisão que autorizou o Distrito Federal a apresentar bens públicos como garantia para um empréstimo voltado a fortalecer o caixa do BRB, afetado pelo esquema fraudulento do Banco Master. O tema estava na pauta de ontem, mas não houve tempo de analisá-lo. O julgamento ocorria no plenário virtual, porém um pedido de destaque do ministro Flávio Dino levou o caso para o plenário físico.

As investigações apontam que Ciro atuou no Congresso em favor do Master em troca de propina. Entre as acusações está a de que o parlamentar apresentou uma emenda para ampliar a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), batizada de “emenda Master”.

As buscas contra Ciro foram autorizadas pelo ministro André Mendonça, relator do caso no

Supremo Tribunal Federal (STF). O parlamentar negou, reiteradas vezes, envolvimento em ilegalidade e refutou que tenha apresentado a emenda para beneficiar o Master.

A nova proposta de delação de Vorcaro foi apresentada em uma reunião na segunda-feira, na PGR, mas os novos documentos foram protocolados na terça-feira. Uma reunião estava prevista para ocorrer ontem, porém acabou sendo

JUDICIÁRIO

Eduardo será julgado dia 16

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) julga, no dia 16, a ação em que o deputado cassado Eduardo Bolsonaro é acusado de coação no curso do processo. O ministro Alexandre de Moraes liberou ontem o caso para avaliação dos demais magistrados. Em seguida, o presidente do colegiado, Flávio Dino, definiu a data.

Eduardo é acusado de tentar impedir o julgamento da tentativa de golpe de Estado, em que o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, foi condenado a 27 anos e três meses de prisão.

A pena para esse tipo de crime é de quatro anos de reclusão. No entanto, podem ser aplicados agravantes, com possibilidade de aumentar a pena.

O deputado cassado teria atuado para que o governo dos Estados Unidos aplicasse tarifas e tentasse impor outras medidas contra o

Brasil visando impedir o julgamento de Jair Bolsonaro e de outros envolvidos na trama golpista. Entre as ações articuladas por ele estariam tarifas de exportação, suspensão de vistos e a aplicação da Lei Magnitsky contra integrantes do STF.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) destacou que Eduardo atuou de maneira concreta e continuada para tentar impedir o papel do Judiciário. “O inconformismo do réu materializou-se em atos concretos de hostilidade e promessas (efetivadas) de retaliação internacional, com o objetivo claro de paralisar as persecuções penais em curso, o que preenche integralmente os requisitos do tipo penal imputado”, sustentou a PGR.

O parlamentar cassado passou a morar nos Estados Unidos não apresentando advogado. Por isso, está sendo defendido pela Defensoria

Reprodução/Redes sociais



Eduardo passou a morar nos EUA e está sendo defendido pela DPU

Pública da União (DPU). O órgão pediu que o processo seja anulado, alegando que o ministro Alexandre de Moraes figura como vítima e não deveria julgar o caso.

“No presente caso, o acusado está sendo processado e será julgado pela autoridade apontada

como vítima direta da conduta que lhe é imputada na denúncia. Assim, qualquer decisão proferida nestes autos estará irremediavelmente comprometida em sua validade”, afirmou as contrarrazões da defesa apresentada no processo. (RS)

NAS ENTRELINHAS

Por Carlos Alexandre de Souza

carlosalexandre.df@dabr.com.br



Lula reage ao realismo internacional

Na abertura da reunião ministerial no Palácio do Planalto, o presidente Lula voltou a abordar um problema crônico nas relações internacionais: a crise do multilateralismo. O chefe de governo brasileiro considera fundamental uma mudança na ordem mundial, marcada pela ação unilateral de grandes potências, de modo a alimentar sucessivas crises e guerras.

Lula pretende renovar o alerta para a crise do multilateralismo em breve — possivelmente, em 15 de junho. “Eu nem ia ao G7. Agora eu vou. Porque é preciso alguém tentar colocar ordem nessa coisa que está acontecendo de desmonte do multilateralismo, desmonte da democracia e desvalorização das instituições. Se a ONU não está funcionando hoje, não é destruindo a ONU que a gente vai consertar o mundo. É fortalecendo a ONU”, argumentou o presidente.

Antes mesmo de assumir o terceiro mandato no Palácio do Planalto, ainda em 2022, Lula fez um giro internacional a fim de dar visibilidade à mudança eleitoral que acabara de ocorrer em uma das maiores democracias do mundo. Ficou conhecido, naquele período, o bordão “O Brasil voltou”. Era um recado para o planeta de que o país reconhecido pelas belezas naturais, pela sua diversidade racial e pela cultura pacífica retornava ao circuito internacional após anos de um suposto apagão na política externa. Não seria exagero dizer que havia, ainda, uma mensagem de esperança ao mundo, de autoria do brasileiro identificado como “o cara” por Barack Obama.

Quatro anos depois, o otimismo de Lula esbarra no realismo que tem marcado as relações internacionais. O recrudescimento da guerra da Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, e a eleição de Donald Trump em novembro de 2024 tornaram ainda mais desafiadora a ordem mundial. Em diversas ocasiões, até mesmo no plenário das Nações Unidas, em Nova York, Lula ficou rouco de insistir na reforma do Conselho de Segurança e em uma nova governança global, a fim de reduzir os diversos focos de tensão entre os países.

Mas o chefe do governo brasileiro tem falado para as paredes. O multilateralismo vem sofrendo sucessivos reveses, e não há sinal de contemporização. Pelo contrário: o governo Trump pretende levar adiante o lema “Make America Great Again”, com medidas internas e externas que evidenciem o poderio norte-americano. A China, por sua vez, amplia a influência política à medida que o peso econômico se torna cada vez mais revelante. A Rússia mantém a histórica posição de ser um contraponto à Europa e aos Estados Unidos. E a União Europeia tenta calibrar a relação com outros atores internacionais em meio a movimentos internos, particularmente, da extrema-direita, que minam o projeto europeu.

Guerra tarifária, conflitos armados, emergência climática, combate à imigração, ameaças tecnológicas e recessão democrática tornam a conjuntura global complexa. E isso incomoda Lula. Na terceira década do século 21, a incerteza predomina na relação entre as nações. O modelo que assegurou a paz após a Segunda Guerra Mundial mostra sinais de exaustão, e os desafios contemporâneos como o avanço acelerado da tecnologia e a emergência climática demandam uma nova organização no âmbito global.

Interesse nacional

Como um novo entendimento está fora do horizonte, os governantes tendem a atuar em defesa dos interesses nacionais. Isso explica, em parte, o conjunto de medidas anunciadas pelo governo Trump. O protecionismo adotado pelo presidente norte-americano, em linhas gerais, não atinge apenas o Brasil. Representa uma política comercial defendida pelo presidente republicano desde o primeiro mandato na Casa Branca. E parte de uma premissa, controversa, de que as barreiras tarifárias auxiliariam a indústria da América.

Ameaçado por um novo tarifaço, Lula renova o discurso da soberania e reitera a disposição de se buscar um distensionamento internacional. Trata-se de uma preocupação legítima, compatível com as preocupações de um chefe de governo. Mas é, também, uma causa temporária, principalmente em caso de vitória de Flávio Bolsonaro em outubro. Claramente simpatizante do governo Trump, o pré-candidato faz questão de mostrar alinhamento ideológico com a atual administração dos Estados Unidos. E parte de ideias típicas do século 20, como a dicotomia entre direita e esquerda.

É improvável que as preocupações de Lula em relação ao multilateralismo produzam algum impacto na corrida eleitoral. No embate das urnas, será mais importante esclarecer o que o governo brasileiro tem feito para dirimir as novas ameaças tarifárias. Os adversários, por sua vez, deverão insistir na tecla de que o incumbente é responsável pela hostilidade dos Estados Unidos. São as perspectivas locais para um problema global.

7º BRASÍLIA SUMMIT

LIDE - CORREIO BRAZILIENSE

17 DE JUNHO, 8 ÀS 12 HORAS

HOTEL BRASÍLIA PALACE
BRASÍLIA - DF

“INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O IMPACTO NA GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA”

PALESTRANTES



CELINA LEÃO
GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL



EDUARDO GOMES
SENADOR (PL-TO) VICE-PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL E DO CONGRESSO NACIONAL TITULAR DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DO SENADO FEDERAL



DORINHA REZENDE
SENADORA (UNIÃO - GO) TITULAR DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DO SENADO FEDERAL



AGUINALDO RIBEIRO
DEPUTADO FEDERAL (PP-PB) RELATOR DO PROJETO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



RICARDO BARROS
DEPUTADO FEDERAL (PP-PR) TITULAR DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



GUSTAVO REIS
PREFEITO DE JAGUARIÚNA (2017-2024) PRESIDENTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (2024-2025)



PAULO OCTÁVIO PEREIRA
EMPRESÁRIO CEO DO GRUPO PAULO OCTÁVIO PRESIDENTE DO LIDE BRASÍLIA



JOÃO DÓRIA
FUNDADOR E CO-CHAIRMAN DO LIDE GOVERNADOR DE SÃO PAULO (2019-2022) PREFEITO DE SÃO PAULO (2017-2018)



JOAQUIM CAEIRO
PROFESSOR DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



ANDERSON SOARES
PROFESSOR E FUNDADOR DO CENTRO E EXCELÊNCIA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS CAIO DA AI BRASIL



CRISTIANE HASEGAWA
DIRETORA-PRESIDENTE DO INPACTA



MAGNO MACIEL
ESPECIALISTA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, PROFESSOR E PESQUISADOR CEO DA X-VIA GROUP



ROBERTO PITERI FILHO
DOUTOR EM CIÊNCIAS DA SAÚDE DO HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS DE SÃO PAULO



CARLOS JACOBINO
PRESIDENTE DO SINFOR/DF - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA INFORMAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



FERNANDO GODOY
CEO DA AMPLIFY



GUILHERME MACHADO
PRESIDENTE DO CORREIO BRAZILIENSE

PATROCÍNIO



MÍDIA PARTNERS

TV LIDE CORREIO BRAZILIENSE



REVISTA LIDE

FORNECEDORES OFICIAIS



INICIATIVA



Inscreva-se:
CONFIRME.LIDE.COM.BR

Encontro presencial
VAGAS LIMITADAS

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

“Vamos conversar?”

O ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o representante dos Estados Unidos para o Comércio, Jamieson Greer, encontraram-se casualmente nos corredores da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Greer se aproximou e disse que está dialogando com o Brasil, que há um contato fluido e que quer continuar com esse diálogo aberto. Vieira respondeu que a disposição do Brasil é a mesma e que as recomendações da USTR, de novas tarifas de 25% e 12,5%, vão exigir que se intensifiquem essas negociações.

Sejamos amigos

Os dois governos ainda estão dentro do prazo de 30 dias estabelecido pelos presidentes Donald Trump e Lula no encontro que tiveram em Washington. E a conversa, embora rápida, foi suficiente para evitar um clima de animosidade. Da parte do Executivo brasileiro, não resta dúvidas de que há uma má vontade de setores da gestão dos Estados Unidos para com o governo Lula, mas tudo será feito para que essa posição não estrague o diálogo entre os dois países. A ordem é muita calma nessa hora, tal como ocorreu quando do primeiro tarifaço anunciado por Trump.

O interesse deles

As tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros vêm paulatinamente reduzindo o volume de trocas comerciais entre os dois países. Em 2009, o comércio entre Brasil e EUA representava 25% das transações comerciais brasileiras. Agora, está em 9,7%, conforme apontam dados do governo brasileiro.

Enquanto isso...

O comércio com a China quadruplicou. Aliás, o ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, esteve em Pequim e saiu de lá com a decisão do governo chinês de declarar o Brasil livre da febre aftosa e de ampliar o fornecimento de fertilizantes para o país.

Um alívio lá para 2030

Em palestra no 10º Congresso Luso Brasileiro dos Auditores Fiscais, o mestre em políticas públicas Ricardo Leitão abriu um portal para revisão das alíquotas, capaz de dar esperança àqueles que acham que pagarão muitos impostos com a reforma tributária. Do alto de quem estudou a fundo por um ano “in loco” o sistema tributário chinês e indiano, o fiscal da Secretaria de Fazenda do Pará conta que China e Índia reduziram suas alíquotas para manter o crescimento econômico. A China o fez sem planejamento, quando os Estados Unidos começaram a aumentar as tarifas lá em 2018. Já a Índia planejou essa redução de forma a aquecer a economia. O pesquisador não afirma categoricamente que o Brasil terá condições de baixar a alíquota, mas aponta que a janela para revisão na próxima década está aberta: “Há previsão legal expressa — e em dois mecanismos distintos”, lembra. A Lei Complementar 214/2025 estabelece que o governo deve adotar medidas para que a alíquota de referência seja menor que 26,5% até

2030. Não é uma meta — é uma obrigação legal.

Veja bem/ A porta para revisar para baixo já está aberta na legislação vigente. O que a aciona são os dados de arrecadação real que o sistema vai gerando ao longo da transição. E, para completar, os exemplos da China e da Índia vão servir de freio para os candidatos que planejam jogar contra a reforma tributária sobre consumo antes de o texto entrar em vigor. Atualmente, há muita preocupação entre os técnicos sobre declarações de candidatos ao Planalto contra a reforma. O ex-governador de Minas Romeu Zema, por exemplo, fez várias declarações nesse sentido. Não por acaso, na palestra de abertura do Congresso, em Belo Horizonte, o ex-secretário especial da Reforma do Ministério da Fazenda Bernard Appy foi incisivo ao dizer que posicionamentos como esse geram insegurança jurídica. Primeiro, é preciso deixar a reforma ser implementada, para, depois, pensar em ajustes. E, até aqui, os exemplos de China e Índia são alvissareiros.



CURTIDAS

Indefinição mineira I/ A situação da oposição em Minas Gerais anda complicada. Integrantes do PL pediram ao senador Cleitinho (Republicanos-MG) que ele não saísse para governador. Aliados do mineiro afirmam que Flávio Bolsonaro disse a Cleitinho que ele não tem “perfil executivo”. O republicano rebateu dizendo o mesmo sobre o pré-candidato à Presidência.

Indefinição mineira II/ Esse clima tenso ocorreu um dia antes dos vazamentos das conversas entre Flávio e Daniel Vrcaro. Agora, a situação é diferente. O partido de Jair Bolsonaro quer negociar com Cleitinho seu apoio para a candidatura do empresário Flávio Roscoe ao governo do estado. Roscoe foi o anfitrião do jantar para Flávio Bolsonaro no início desta semana em Belo Horizonte. Está interessadíssimo em ingressar na política e tem perfil executivo.

Quando há silêncio.../ ... é porque está caminhando. A delação de Daniel Vrcaro está sob análise agora da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Polícia Federal. A nova versão foi reformulada, ampliada e aprofundada, de acordo com fontes próximas ao ex-controlador do Banco Master. Alguns a classificam como robusta. A PF já havia negado uma delação anterior por não revelar fatos novos, além da proposta de ressarcir o rombo deixado com o esquema.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Indefensável/ A situação do ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (foto) é vista por muitos parlamentares do PL como sem argumentos para defesa pela legenda. E dizem que Castro ao menos teve senso em abdicar da pré-candidatura ao Senado.

PODER

Em defesa da PEC da Segurança

Procurador-geral da República, Paulo Gonet afirma que proposta, em tramitação no Congresso, tem “caráter cooperativo”

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, defendeu, ontem, o “caráter cooperativo” da Proposta da Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. Segundo ele, o enfrentamento ao crime organizado requer atuação coordenada dos diferentes órgãos estatais e não pode ser prejudicada por disputas entre instituições.

“A PEC da segurança, às vezes, é criticada por pessoas que dizem que ela deturparia o modelo de federalismo, mas é o contrário. É uma medida que permite que a União coordene as ações dos estados para a proteção da vida, da propriedade e da tranquilidade pública. Assim acentuando o caráter cooperativo do federalismo”, declarou, durante participação no encerramento do Fórum de Lisboa.

Na avaliação de Gonet, “sem a cooperação de todos, sem a interação de todos os órgãos, o desafio da segurança pública será de difícil enfrentamento”. “Devemos agir sem que o ciúme institucional impeça a eficácia no combate ao crime”, frisou.

Para ilustrar, Gonet citou articulação internacional para combate a organizações criminosas, ressaltando a importância do intercâmbio de informações entre forças policiais de diferentes países.

“A cooperação jurídica internacional é crucial para o plano interno brasileiro, para que tenhamos informações sobre como as facções estão atuando. A Polícia Federal tem instituições como a Interpol, a Europol, em que as polícias de todo mundo trocam informações em tempo real”, disse.

Encaminhada ao Congresso pelo governo Lula em abril de 2025, a proposta busca promover maior integração entre as forças de segurança brasileiras por meio da atuação coordenada nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.



A PEC da segurança, às vezes, é criticada por pessoas que dizem que ela deturparia o modelo de federalismo, mas é o contrário. É uma medida que permite que a União coordene as ações dos estados para a proteção da vida, da propriedade e da tranquilidade pública”

Paulo Gonet,
procurador-geral da República

O projeto é uma das principais apostas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na área da segurança pública e foi aprovado na Câmara dos Deputados em março. Hoje, completa três meses sem avanços no Senado.

O governo Lula quer recriar o Ministério da Segurança Pública, mas considera a aprovação da PEC uma pré-condição para colocar a medida em prática.

Entre os principais pontos da versão aprovada na Câmara estão, além do Susp, o endurecimento penal contra faccionados e blindagem dos estados contra a influência da União para direcionar políticas públicas na área. A PEC também constitucionaliza o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

Geraldo Magela/Agência Senado



Gonet: “Devemos agir sem que o ciúme institucional impeça a eficácia no combate ao crime”

Comissão vai aos EUA para tratar de PCC e CV

Uma comitiva de deputados da base do governo Lula foi aos Estados Unidos nesta semana para articular uma frente política com integrantes do partido democrata no Capitólio, com o objetivo de tentar fazer a Casa Branca recuar da classificação do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas.

Esse grupo de parlamentares brasileiros vai apresentar um documento com 10 sugestões de cooperação entre o país e os Estados Unidos no combate ao crime organizado.

Não haverá nenhum encontro com deputados republicanos, partido do presidente Donald Trump, e nenhum

representante da Casa Branca.

“A classificação de facções brasileiras como organizações terroristas por decisão unilateral estrangeira cria risco de distorção política, efeitos extraterritoriais indevidos e tensionamento da soberania nacional”, diz o documento. “A resposta adequada está na cooperação penal, policial, financeira e diplomática, com controle das autoridades competentes, preservação da cadeia de custódia da prova, respeito à jurisdição brasileira e foco em resultados concretos.”

Também conforme o texto, “o Brasil tem interesse em cooperação internacional séria contra o andar de cima do crime organizado”.

“Essa cooperação deve ser feita pelos canais corretos, com base em provas, sob controle das autoridades competentes, com respeito ao direito internacional e com foco na desarticulação econômica das facções”, disse o texto da mensagem que será enviada aos americanos.

Os deputados governistas ficarão em território americano até amanhã. Na agenda estão previstos encontros com deputados do Partido Democrata, de oposição a Trump.

O grupo também se reunirá com integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

» Organizações terroristas

Pesquisa do instituto AtlasIntel, divulgada ontem, mostra que 55,9% dos brasileiros acham que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também deveria classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas. Os que acham que ele não deveria fazer tal medida são 40,8%. Outros 3,2% não souberam responder. A AtlasIntel ouviu 1.273 pessoas entre 30 de maio e 3 de junho por meio de recrutamento digital aleatório. A margem de erro é de três pontos percentuais e o índice de confiabilidade é de 95%.

“Estamos aqui neste termo de cooperação colocando o que o governo brasileiro pretende”, disse o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), um dos integrantes da comitiva. “É o intercâmbio que queremos. Não interferência direta dos Estados Unidos, dizendo o que não podemos ou não fazer.”

Entre as sugestões estão a criação de um grupo de trabalho bilateral com participação de entre outros, a Polícia Federal, Ministério da Justiça, FBI e o Departamento de Justiça americano; canal permanente de inteligência financeira; rastreamento de armas americanas; equipes conjuntas de investigação; e integração com a Interpol.



DIREITOS HUMANOS

Conanda avalia ir à Justiça por aborto legal

Conselho critica decisão do Senado e alerta para barreiras no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

» DANANDRA ROCHA

A derrubada da Resolução 258/2024 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) pelo Senado abriu uma nova frente de disputa jurídica e política em torno do atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Enquanto parlamentares conservadores comemoram o fim da norma sob o argumento de fortalecer a proteção familiar e a responsabilização de abusadores, o conselho avalia recorrer à Justiça para preservar diretrizes que considera fundamentais para garantir o acesso das vítimas aos direitos já previstos em lei.

Em entrevista ao **Correio**, a presidente do Conanda, Deila do Nascimento Martins Cavalcanti, afirmou que o órgão analisa medidas jurídicas após a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo que suspendeu os efeitos da resolução publicada em dezembro de 2024.

“O Conanda está avaliando, juntamente com sua assessoria jurídica e instituições parceiras, todas as medidas cabíveis diante da sustação da resolução”, disse.

Segundo ela, existe uma discussão jurídica sobre os limites da atuação do Congresso nesse tipo de matéria. Na avaliação do conselho, a resolução não criava novos direitos, mas orientava a aplicação de garantias já asseguradas pela Constituição, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelas normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

A votação ocorreu na noite de terça-feira, de forma simbólica, sem registro nominal dos votos, após o texto ser incluído como item extrapauta. A proposta é de autoria da deputada federal Chris Tonietto (PL-RJ) e já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados.

A principal controvérsia em torno da resolução dizia respeito ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que buscassem acesso ao aborto legal nos casos previstos pela legislação brasileira. O texto estabelecia que a interrupção da gravidez não dependeria da apresentação prévia de boletim de ocorrência, autorização judicial ou comunicação aos responsáveis legais quando houvesse suspeita de violência praticada no ambiente familiar.

Para os defensores da derrubada da norma, a medida enfraquecia

Ton Molina/Agência Senado



O Conanda está sempre aberto ao diálogo democrático e ao aperfeiçoamento normativo. O que não pode ocorrer é qualquer retrocesso na proteção de crianças e adolescentes ou a criação de barreiras ao exercício de direitos já assegurados pela Constituição e pelo ECA

Deila Martins, presidente do Conanda

mecanismos de investigação e limitava a participação da família em decisões envolvendo menores de idade.

Uma das vozes mais atuantes na articulação para sustar a resolução foi a senadora Damares Alves (Republicanos-DF). Após a aprovação da proposta, a parlamentar comemorou o resultado nas redes sociais.

“Se tinha algum abusador feliz porque a resolução do Conanda não pegou vocês, agora acabou. Nós vamos pegar todos os abusadores. Vitória da família, vitória dos pais. A autonomia e o poder familiar estão garantidos.”

Damares também argumentou que a exigência do registro da ocorrência é importante para a responsabilização dos autores dos crimes.

“Se uma criança chega estupro em um hospital, tem que ir imediatamente fazer o boletim de ocorrência. Como é que eu vou pegar o pedófilo? Poderia acontecer o seguinte: a criança poderia ser estuprada por um vizinho, fazer o aborto e depois voltar para casa ao lado do estupro, ou um parente próximo, vai lá e volta para o colo do estupro? Essa resolução estava equivocada”, declarou.

Já o Conanda contesta a interpretação de que a norma dificultaria investigações.

“A crítica parte de uma interpretação equivocada da resolução. Em nenhum momento ela impedia denúncias, investigações ou responsabilizações”, afirmou Deila.

Segundo a presidente do



Se tinha algum abusador feliz porque a resolução do Conanda não pegou vocês, agora acabou. Vamos pegar todos os abusadores. Vitória da família, vitória dos pais. A autonomia e o poder familiar estão garantidos

Damares Alves (REP-DF), senadora

conselho, a resolução apenas reafirmava um entendimento já adotado pelo SUS de que o atendimento à vítima não pode ser condicionado à apresentação prévia de um boletim de ocorrência.

Ela acrescenta que a norma reforçava a atuação integrada da rede de proteção prevista no ECA e determinava a comunicação aos órgãos competentes quando identificadas situações de violência.

“Não havia qualquer mecanismo de ocultação de crimes. O objetivo era garantir atendimento imediato à vítima, sem prejuízo da responsabilização dos autores”, declarou.

Outro ponto de divergência envolveu a comunicação aos pais ou responsáveis. De acordo com Deila, a participação da família permanecia

como regra, mas a resolução estabelecia exceções para situações em que a comunicação imediata pudesse colocar a vítima em risco.

“A resolução não afastava a participação familiar como regra. Pelo contrário, reconhecia a importância da família no processo de proteção. O que ela previa eram salvaguardas para situações excepcionais em que existissem indícios de que a comunicação imediata aos responsáveis pudesse expor a criança ou o adolescente a novos riscos”, explicou.

A presidente do Conanda argumenta que estudos da rede de proteção indicam que parte expressiva dos casos de violência sexual ocorre dentro do ambiente doméstico ou envolve pessoas próximas da

vítima. Nesses contextos, segundo ela, a comunicação automática aos responsáveis poderia resultar em intimidações, destruição de provas ou agravamento da violência.

A decisão do Congresso também provocou reações entre lideranças da esquerda. A ex-deputada federal Manuela D’Ávila (PSol-RS) criticou duramente a aprovação do PDL.

“Em apenas dois minutos, a Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou o chamado ‘PDL da Pedofilia’, um projeto que dificulta o acesso ao aborto legal para crianças e adolescentes vítimas de estupro. Dois minutos”, escreveu nas redes sociais.

Na mesma publicação, ela associou a votação ao cenário político nacional: “É isso que a extrema-direita faz quando está exposta, investigada por escândalos: ataca direitos conquistados com muita luta. Não existe defesa da vida obrigando meninas estupradas a carregar a gravidez resultante de um crime”, afirmou.

Leis inalteradas

Apesar da derrubada da resolução, as hipóteses de aborto legal permanecem inalteradas no Brasil. O Código Penal autoriza a interrupção da gravidez nos casos de estupro e de risco à vida da gestante. Também segue válido o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que permite o procedimento em casos de anencefalia fetal.

Para Deila, a principal consequência imediata da decisão poderá ser a insegurança jurídica e operacional entre profissionais da rede de proteção.

“A resolução cumpria um papel importante de orientação técnica. Sua retirada pode aumentar interpretações divergentes entre estados e municípios sobre como proceder diante de casos de violência sexual”, afirmou.

Segundo a presidente, o Conanda fará uma análise institucional dos impactos da decisão e não descartará discutir novos instrumentos normativos para orientar a atuação dos serviços públicos.

“O Conanda está sempre aberto ao diálogo democrático e ao aperfeiçoamento normativo. O que não pode ocorrer é qualquer retrocesso na proteção de crianças e adolescentes ou a criação de barreiras ao exercício de direitos já assegurados pela Constituição e pelo ECA”, concluiu.

“Na contramão da sociedade”

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A discussão sobre o acesso ao aborto legal para meninas vítimas de estupro envolve não apenas aspectos jurídicos, mas, também, questões relacionadas à saúde física e mental. A ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Janine Mello, declarou, em nota, que a decisão do Senado de derrubar a resolução do Conanda vai na “contramão de um esforço conjunto” entre governo e sociedade civil para garantir políticas de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência.

Segundo a ministra, a norma tinha como objetivo “qualificar, organizar e padronizar os fluxos de atendimento” para assegurar o acolhimento das vítimas.

O Ministério das Mulheres também repudiou a decisão do

Senado. Em nota oficial, a pasta declara que as diretrizes do Conanda são “uma resposta a um cenário alarmante”. Segundo dados do ministério, entre 2013 e 2023, o Brasil registrou mais de 232 mil nascimentos de mães com até 14 anos. “Idade inferior à do consentimento, ou seja, são gestações infantis decorrentes de estupro de vulnerável. Embora a lei garanta o aborto legal em casos de estupro, milhares de meninas são forçadas à maternidade, anualmente. Em 2023, apenas 154 meninas em todo o país conseguiram acessar esse direito”, informou o ministério.

Para a psicóloga Renata Santana, a interrupção da gestação em casos de violência sexual contra crianças pode ser fundamental para a vida da vítima, que não tem condições físicas para passar por uma gravidez.

“As crianças que sofreram abuso, muitas vezes, necessitam de um apoio para conseguir manter a própria vida. Uma criança não tem capacidade biológica para isso”, afirma ela.

A especialista destaca que grande parte dessas vítimas vive em contextos de vulnerabilidade social, o que torna ainda mais difícil a possibilidade de assumir a maternidade. “Essas meninas que estão vivenciando um abuso sexual na infância, geralmente, vivem em estado de vulnerabilidade. Como uma pessoa que está em vulnerabilidade vai conseguir ser mãe? É importantíssimo que haja uma facilitação do aborto nesse contexto”, pondera a psicóloga.

Santana ressalta a importância da atuação de órgãos especializados, como os Centros de Referência Especializados de Assistência

Social (Creas), que contam com equipes multidisciplinares formadas por psicólogos e assistentes sociais.

A psicóloga ressalta que a gravidez infantil ainda é uma realidade frequente no país, ligada a fatores históricos e culturais que contribuem para a naturalização da violência. Para ela, muitas crianças são vistas como maduras antes do tempo, o que acaba mascarando situações abusivas e comprometendo sua proteção.

“É uma enorme violência expor uma criança a essa situação. Há uma desproteção e uma negligência não apenas da família, mas, também, da sociedade, que deveria garantir a segurança dessa menor”, afirma.

*Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria

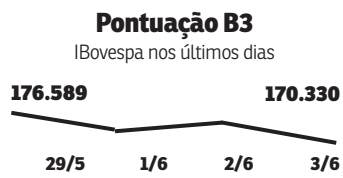
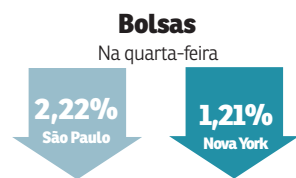
Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Ministra Janine Mello: decisão do Senado fragiliza proteção das meninas



8 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 4 de junho de 2026



Na quarta-feira

R\$ 5,066
(+ 1,14%)

Dólar

	Últimos
28/maio	5,031
29/maio	5,042
1/junho	5,022
2/junho	5,009

Salário mínimo

R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda
na quarta-feira

R\$ 5,877

CDI
Ao ano

14,40%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)

14,34%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88
Abril/2026	0,67

ORÇAMENTO

Corte pressiona agências e ameaça fiscalização

Aperto de R\$ 22,1 bilhões atinge ANTT, Aneel e Anac e compromete operações de controle de setores estratégicos de infraestrutura

» RAFAELA GONÇALVES

SINTRARC/ Agência Senado



A ANTT foi a agência mais afetada pelo ajuste de contas que o governo fez para se manter dentro da meta fiscal: corte chegou a R\$ 57 milhões

O bloqueio linear de cerca de 18% do orçamento das agências reguladoras federais acendeu um alerta no setor de infraestrutura e energia ao impactar diretamente atividades de fiscalização, investimentos em tecnologia e a prestação de serviços à população. A medida integra o contingenciamento de R\$ 22,1 bilhões no Orçamento de 2026, anunciado pelo governo federal, no fim de maio.

Apesar do papel estratégico em diversos setores da economia, essas autarquias vêm sendo submetidas a sucessivos cortes orçamentários nos últimos anos, o que tem reduzido a capacidade de atuação e enfraquecido as estruturas institucionais.

O cenário faz parte de um histórico mais amplo de fragilização dos órgãos de regulação no país, marcado por restrições recorrentes, limitações operacionais e orçamentos frequentemente defasados.

Entre os reguladores mais afetados pelo contingenciamento recente está a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que acumula, neste ano, um bloqueio de aproximadamente R\$ 57 milhões. Segundo o diretor-geral da autarquia, a medida coloca em risco a execução de ações consideradas estratégicas para os próximos meses, incluindo o cronograma de leilões de concessões de rodovias, a fiscalização do transporte de passageiros e de cargas, e projetos de modernização tecnológica.

Na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a restrição orçamentária chega a R\$ 34,3 milhões e já apresenta reflexos operacionais. De acordo com a agência, o corte pode reduzir as atividades de fiscalização realizadas por equipes próprias, em razão da limitação de recursos para deslocamentos e pagamento de diárias. Também estão sob risco as fiscalizações descentralizadas realizadas em parceria com 16 agências reguladoras estaduais conveniadas.

Em nota, a Aneel alertou que o cenário se agrava diante do histórico recente de restrições sucessivas. “Nos últimos anos, essas instituições vêm acumulando perdas significativas de capacidade operacional, mesmo diante do aumento de suas atribuições legais e da crescente complexidade dos setores regulados”, afirmou.

A agência também destacou

Anvisa manda recolher lote de água Crystal

Reprodução

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou o recolhimento da água mineral natural sem gás da marca Crystal (lote LZ1 VAL200127 3 P 200126), envazada pela Mineração Bom Jesus. A medida foi tomada após o Laboratório Central de Saúde Pública do DF (Lacen) identificar a presença da bactéria *Pseudomonas aeruginosa* em amostras do produto coletadas em uma fiscalização de rotina da Vigilância Sanitária do DF. De acordo com a fabricante, 374,4 mil garrafas de 500ml produzidas em 20 de janeiro de 2026 com validade até 20 de janeiro de 2027 foram distribuídas, principalmente, para revendas do DF e Entorno.



que limitações em infraestrutura e tecnologia da informação comprometem processos considerados

críticos, reduzem a produtividade e podem gerar atrasos com efeitos em todo o setor elétrico, além

de adiar projetos de modernização. “É importante destacar que a discussão não se limita a uma

questão administrativa ou fiscal. Trata-se de uma questão de Estado”, reforçou a Aneel.

“O enfraquecimento das estruturas regulatórias impacta diretamente a capacidade do poder público de assegurar serviços de qualidade à população, preservar a confiança dos investidores, garantir a execução de contratos de longo prazo e manter a previsibilidade regulatória indispensável para o ambiente de negócios brasileiro”, acrescentou.

Na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o bloqueio de R\$ 24 milhões deve provocar uma redução imediata de cerca de 40% nas ações de fiscalização, afetando a supervisão de companhias aéreas, aeroclubes e oficinas de manutenção aeronáutica.

Impacto em cadeia

A organização não governamental (ONG) Instituto Acende Brasil também manifestou preocupação com os impactos do bloqueio. Em nota, a entidade

Principais bloqueios

- » Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT): **R\$ 57 milhões**
- » Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA): **R\$ 44,9 milhões**
- » Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): **R\$ 34,2 milhões**
- » Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): **R\$ 34,3 milhões**
- » Agência Nacional de Aviação Civil (Anac): **R\$ 24 milhões**

afirmou que a medida pode comprometer a qualidade da regulação e a segurança dos investimentos no país.

“As agências reguladoras desempenham papel essencial para o adequado funcionamento dos setores de infraestrutura, sendo responsáveis pela fiscalização de contratos, pela supervisão da prestação dos serviços públicos e pela preservação da estabilidade regulatória necessária à realização de investimentos de longo prazo”, destacou.

A entidade ressaltou ainda que a qualidade da regulação depende não apenas da autonomia das agências, mas, também, de recursos compatíveis com suas atribuições. “Limitações orçamentárias recorrentes reduzem a capacidade de fiscalização, atrasam processos regulatórios, comprometem a modernização tecnológica e enfraquecem mecanismos de acompanhamento de concessões e autorizações”, afirmou.

Segundo o instituto, o cenário é especialmente sensível diante da necessidade de ampliar investimentos em infraestrutura. “Investidores nacionais e estrangeiros dependem de instituições regulatórias fortes, técnicas e previsíveis para tomar decisões de alocação de capital em projetos de longo prazo”, explicou.

A entidade alerta ainda para impactos mais amplos na economia. “Pode gerar custos significativos para a sociedade, elevando os riscos regulatórios, reduzindo a segurança jurídica e comprometendo a eficiência dos processos de supervisão e controle”, concluiu a ONG.

CRÉDITO

Desenrola reduz estoque de dívidas de R\$ 20 bi para R\$ 3 bi

» PEDRO JOSÉ*

A ministra-chefe da Casa Civil, Miriam Belchior, apresentou, na reunião ministerial de ontem, um balanço dos primeiros resultados do programa Novo Desenrola Brasil. Foram renegociadas 1,4 milhão de operações, com descontos médios de 85% sobre os débitos originais.

O volume total das dívidas renegociadas, segundo a ministra, caiu de R\$ 20 bilhões para menos de R\$ 3 bilhões nos primeiros 24 dias do programa. “Mais da metade (das operações negociadas), 854 mil,

com o desconto obtido, pode partir à vista a dívida”, destacou ela.

O Desenrola Fies, por sua vez, contabilizou 82 mil negociações nos primeiros 13 dias de operação, com abatimento médio de 80%. As versões voltadas para empresas e produtores rurais registraram, respectivamente, 85 mil e 28 mil contratos renegociados.

O governo federal prevê, ainda, o lançamento do Desenrola Adimplentes, destinada a consumidores que mantêm seus compromissos financeiros em dia, mas enfrentam dificuldades para sustentar os

pagamentos. Segundo Belchior, a proposta busca “ajudar quem paga em dia as suas prestações, mas sua muito para fazer isso, e que também precisa ter melhoradas as suas condições”.

Além das ações de renegociação de crédito, a ministra apresentou um panorama das principais políticas públicas em andamento. Na área habitacional, o programa Minha Casa Minha Vida alcançou a marca de 2,4 milhões de unidades contratadas, superando a meta inicial estabelecida pelo governo. A expectativa é atingir 3 milhões de

contratos até o fim de 2026.

Em infraestrutura, a ministra informou que o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) ultrapassou 90% de execução das metas previstas até março, resultado que, segundo ela, demonstra a capacidade de coordenação e implementação dos investimentos públicos.

Na saúde, a ministra destacou os resultados do programa Agora Tem Especialistas. Atualmente, 81 carretas itinerantes estão em operação no país, com 78 mil pessoas atendidas em dois meses. De acordo com o balanço apresentado, a

combinação da força-tarefa com a rede permanente de atendimento eliminou a fila para exames de mamografia e cirurgias de catarata em 36 regiões de saúde distribuídas por 16 estados.

A área ambiental também foi citada entre os avanços do governo. Belchior comemorou o registro da menor área desmatada na Amazônia dos últimos seis anos, resultado atribuído à atuação integrada entre diferentes ministérios e órgãos federais.

A ministra também ressaltou avanços significativos na área social

e trabalhista, celebrando a recente entrada do Brasil no seletor grupo de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de nível “muito alto”. Para ela, uma vitória na luta contra a desigualdade social. Ela também destacou a aprovação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1; da extinção da chamada “taxa das blusinhas” e da expressiva redução das filas do INSS.

*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria



ORIENTE MÉDIO

Câmara vota contra a guerra de Trump

Deputados americanos aprovam resolução que limita poderes do presidente e orienta retirada de tropas do Irã. Quatro republicanos votaram a favor do texto. No Kuwait, drones iranianos atingem aeroporto, matando um civil e ferindo 63

» RODRIGO CRAVEIRO

Mandel Ngan/AFP



Trump fala a jornalistas no Salão Oval da Casa Branca: mensagem política de forte simbolismo contra a campanha bélica no Oriente Médio

Por 215 votos a favor e 208 contra, a Câmara dos Representantes impôs uma derrota política à Casa Branca e aprovou uma resolução que limita os poderes de Donald Trump de ordenar mais ataques ao Irã. Especialistas consideram sintomático o fato de quatro deputados republicanos — Thomas Massie, Brian Fitzpatrick, Tom Barrett e Warren Davidson — terem cruzado as linhas do partido e avalizado o texto durante a votação. A medida intensifica a pressão sobre o governo Trump a 153 dias das eleições de meio de mandato que podem reconfigurar a Câmara e o Senado, ambos sob controle republicano.

A resolução orienta o presidente a retirar as forças americanas do Irã ou a obter a aprovação do Congresso para prosseguir com a guerra. Em uma indicação de que a base governista previa a derrota, os republicanos chegaram a adiar a votação, de maneira abrupta, duas semanas atrás. O texto, agora, segue para o Senado, mas não será levado à sanção presidencial.

“Estou muito feliz por termos tido a oportunidade de alguns membros do lado republicano se manifestarem. Estou realmente feliz e orgulhoso dos meus colegas democratas, porque todos os democratas, sem exceção, votaram a favor disso”, declarou o deputado democrata Gregory Meeks, autor da proposta de resolução e membro do Comitê de Assuntos Externos da Câmara. A votação ocorreu horas depois de EUA e Irã voltarem a trocar disparos. Drones iranianos atingiram o Aeroporto Internacional da Cidade do Kuwait, deixando um civil indiano morto e ferindo outras 63 pessoas.

Professora de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Cristina Soreanu Pecequillo classifica a decisão da Câmara como “importante”. “Para se aprovar uma resolução dessas, é preciso uma adesão de parte dos republicanos, que votaram contra Trump. Existe uma movimentação de insatisfação, por parte da bancada governista, ante a proximidade das eleições legislativas de meio de mandato”, explicou ao **Correio**. “É um alerta para Trump de que ele precisa reavaliar a guerra, embora ele tenha dito que não se importa com a eleição ou a condução do conflito. A resolução coloca em xeque

a maneira com que ele pode governar, hoje, sem contrangimento. Aliás, é um dos primeiros contrangimentos que ele sofre. Apesar da possibilidade de a resolução em nada resultar no Senado, é uma sinalização da insatisfação crescente.”

Roberto Goulart Menezes, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), disse à reportagem que a resolução mostra que o presidente não tem apoio total do Partido Republicano para levar uma guerra onerosa aos cofres públicos dos EUA, aos aliados no Oriente Médio e ao custo de vida no país. “Quase metade dos americanos declaram que passaram a usar menos os seus carros por conta do preço do combustível”, comentou. “Com a eleição se aproximando, fica claro que o Partido Republicano contém quadros não trumpista.”

Eu acho...

Arquivo pessoal



“Sob o ponto de vista prático, a medida abre uma discussão no Congresso dos Estados Unidos em limitar não apenas os poderes de Trump na guerra, mas, sobretudo, em sinalizar a politização. Ela aponta que a guerra pode levar a uma derrota do Partido Republicano nas eleições de meio de mandato. O Congresso tem resistido a aprovar a liberação de orçamentos adicionais para a guerra.”

ROBERTO GOULART MENEZES, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB)

Caos no terminal

O incidente envolvendo a bargagem de drones no Aeroporto Internacional da Cidade do Kuwait ocorreu em meio às negociações de

cessar-fogo entre o regime teocrático islâmico e os Estados Unidos. Imagens divulgadas pelas redes sociais e pelo Telegram mostraram o caos instalado no terminal de passageiros número 1 do aeroporto, com fumaça

focos de incêndio. A Guarda Revolucionária Islâmica informou que respondeu a um bombardeio contra um petroleiro iriano e atacou um navio ligado a Israel e aos EUA, uma base aérea no Kuwait e a sede da Quinta Frota americana, no Bahrein. Mas negou que tivesse enviado drones para a região do aeroporto kuwaitiano e responsabilizou o mau funcionamento de um sistema de defesa antimísseis americano Patriot.

O Comando Central dos Estados Unidos rejeitou a acusação. “O Irã golpeou o aeroporto civil com drones em ataque deliberado, calculado e não justificado”, afirmou em nota. O Kuwait informou que 17 drones iranianos e 13 mísseis balísticos foram disparados contra seu território. Os EUA também acusaram as forças de Teerã de lançarem mísseis contra o Bahrein. O exército americano

respondeu com “ataques de defesa” na ilha iraniana de Qeshm, situada no Estreito de Ormuz.

Ante o risco de uma contraofensiva americana ao ataque contra o Kuwait, aliado-chave de Washington, o negociador-chefe do Irã, Mohammad Bagher Ghalibaf, subiu o tom e advertiu que “qualquer agressão receberá uma resposta decisiva”, segundo a agência de notícias Isna. No front libanês, as Forças de Defesa de Israel (IDF) prosseguem com as operações militares contra o movimento fundamentalista xiita Hezbollah. Os ataques se aproximaram de Beirute e deixaram pelo menos nove mortos no sul do Líbano, próximo à fronteira israelense.

Apesar da cautela iraniana em avaliar o diálogo com os EUA, Trump assegurou que as negociações estão indo “muito bem”. O titular da Casa Branca avaliou que um acordo pode ser firmado “neste fim de semana”, mas não descartou a possibilidade de fracasso. “Ouvi dizer que a negociação está indo muito bem”, declarou a jornalista no Salão Oval. “Nessa parte do mundo, um cessar-fogo significa que se atrai de forma um pouco mais moderada”, ironizou.

Mais cedo, o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, garantiu que não houve “nenhum progresso tangível”. “Foram trocadas mensagens sobre a necessidade de pôr fim à agressão contra Beirute, mas não se alcançou nenhum progresso tangível no processo de negociação”, declarou. O chefe da diplomacia de Teerã ressaltou que “o retorno à mesa de negociações está condicionado à garantia dos direitos do povo iraniano, ao fim da guerra no Líbano e à redução das tensões na região”.

Advertência

Araghchi advertiu que uma ofensiva a Beirute desencadearia uma “retomada em grande escala da guerra”. “Qualquer ataque contra Beirute terá graves consequências. Nossas forças armadas estão preparadas para atacar Israel se Israel atacar Beirute”, disse. Pecequillo avalia que os ataques ao Kuwait se inserem no padrão de ofensivas do Irã a outros aliados dos EUA no Oriente Médio. “É uma forma de colocar em xeque a segurança regional, essencial para que os países avancem em seu comércio de petróleo e para a estabilidade regional”.

RÚSSIA

Ucrânia ataca fórum econômico

Uma salva de drones enviada pela Ucrânia atravessou ontem a abertura solene do Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, na Rússia, evento anual de três dias que deve receber quase 20 mil convidados de 130 países. Autoridades russas e de outros países, inclusive o presidente e anfitrião Vladimir Putin, são esperados, entre hoje e amanhã, na segunda maior cidade do país. O fórum é considerado o principal encontro promovido por Moscou para atrair investidores e empresas ocidentais.

Colunas de fumaça foram vistas do local do encontro, na segunda maior cidade russa. Autoridades locais afirmaram ter abatido 59 drones em três distritos onde os ataques foram identificados, sem deixar feridos. O porta-voz do

Kremlin, Dmitry Peskov, prometeu que a Rússia terá os cuidados necessários com as delegações visitantes, mas “dará respostas de ordem sistêmica ao bombardeio ucraniano, sem detalhar como poderia ser o contra-ataque. O bombardeio ucraniano se segue a uma salva de drones e mísseis russos que atingiram a capital ucraniana, Kiev, e outras cidades, com saldo de 23 mortos.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, considerou que os bombardeios ucranianos foram “ataques justos”. “Ainda ontem ocorreu um ataque russo em grande escala. Respondemos de acordo”, declarou, durante entrevista coletiva com o secretário-geral da aliança militar ocidental, a Otan, Mark Rutte, que visitava Kiev. Rutte afirmou que “enquanto a

Ucrânia continua resistindo, inovando e alcançando vitórias no campo de batalha, a Rússia está cada vez mais desesperada”.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, considerou que os bombardeios ucranianos foram “ataques justos”. “Ainda ontem ocorreu um ataque russo em grande escala. Respondemos de acordo”, declarou, durante entrevista coletiva com o secretário-geral da aliança militar ocidental, a Otan, Mark Rutte, que visitava Kiev. Rutte afirmou que “enquanto a

O governador de São Petersburgo, Alexander Beglov, disse que “várias” infraestruturas foram danificadas pelo impacto dos drones, que não provocaram vítimas fatais.

Zelensky afirmou que os drones atingiram o terminal de petróleo de São Petersburgo e a base militar de Kronstadt. Os ataques, que o governo de Kiev classifica como “sanções de longo alcance”, forçaram o fechamento do principal aeroporto de São Petersburgo por várias horas. Vários voos procedentes de Moscou sofreram atraso.

“Davos” russo

Desde que a Rússia iniciou a ofensiva em larga escala contra a Ucrânia, em fevereiro de 2022, o Fórum de São Petersburgo, antes conhecido como “Davos” russo, virou um reflexo da rejeição de Moscou pelas potências ocidentais. Edições anteriores à guerra receberam governantes da Alemanha, França e Japão. Neste ano, a Rússia



Fumaça no horizonte à vista em São Petersburgo: ataque ucraniano

receberá apenas líderes aliados, como os presidentes do Uzbequistão e da Tanzânia, além de ministros de países como Cuba, Belarus, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita. Neste ano, após quase uma década, o fórum

conterá com uma delegação dos EUA — embora de escalão inferior. Ela será chefiada pelo chefe da Comissão de Belas Artes, Rodney Mims, supervisor do projeto de Donald Trump para um novo salão de baile na Casa Branca.

VISÃO DO CORREIO

A guerra é dos homens

Relatório das Nações Unidas vem de apontar, no ano passado, quase 10 mil casos de violência sexual contra mulheres em situações de conflito armado. O número corresponde a mais do que o dobro do registrado pelos organismos da ONU no ano anterior. A publicação documenta o recurso à violação, à escravidão sexual e ao casamento forçado, bem como ao tráfico e aos raptos, em 21 países afetados por conflitos na África, no Oriente Médio, na Europa e no Caribe.

A representante especial do comando da ONU para o tema, Pramila Patten, alerta que “os números contidos no relatório devem ser entendidos não como o quadro completo, mas como indicador de um padrão muito mais amplo de violações que permanecem em grande parte invisíveis e subnotificadas”.

Desde a Segunda Guerra Mundial, civis têm sido a maior parte das vítimas em conflitos armados — uma tendência que se acentua. E, nesse quadro, a violência sexual contra as mulheres assoma como um dos viéses mais acentuados e repetidos. Ainda mais chocante: repetem-se as denúncias em que os violadores são militares de terceiros países que integram forças de paz da ONU. É o caso de brasileiros que serviram como “capacetes azuis” no Haiti.

O estupro é documentado como recorrente nas guerras desde sempre. Traduz, em boa medida, uma concepção que é preciso ser confrontada ainda hoje: a de que a mulher seja objeto individual das investidas militares para dominação e conquista territorial.

Relatos datados da antiguidade,

passando pelas idades Média e Moderna, coincidem no relato da violência sexual sistemática contra as mulheres de países vencidos ou conquistados. O padrão se repete, por mais que pareça anacrônico, em conflitos que se desenrolam diante dos olhos do mundo inteiro.

Foi assim nas guerras de secessão da ex-Iugoslávia, em especial a da Bósnia. Tem sido igual nos conflitos étnico-religiosos que se multiplicam na África. Denúncias de violência sexual repetem-se também nos relatos das israelenses feitas reféns pelo movimento palestino Hamas após os ataques de 7 de outubro de 2023. Como da parte de palestinos (homens) prisioneiros em Israel.

A chaga do abuso sexual, que se expressa com especial ferocidade contra as mulheres, convida a refletir sobre algo mais profundo e permanente que a dinâmica própria dos conflitos armados. Trata-se de um traço mais ancestral, relacionado à ascensão do modelo social assentado no patriarcado.

A partir do ponto em que os homens se estabeleceram como força dominante daquilo que, ainda hoje, chamamos de civilização, a mulher passou a ser vista e tratada como bem. E a faculdade exclusiva de gerar prole passou a servir como arma de guerra.

Eradicar o estupro como instrumento de dominação exige, por certo, que o crime seja perseguido e punido. Mas, em alcance mais amplo, passa por uma batalha mais profunda e permanente — de ordem cultural. Inclui gestos e atitudes cotidianas. Exige, igualmente, o combate intransigente à cultura patriarcal que normaliza o feminicídio e as violências patriarcais cotidianas.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Aborto legal 1

São assustadoras a frieza e a distância entre quem vota e quem sofre. Em menos de dois minutos, o Senado aprovou um projeto de Lei que dificulta o acesso ao aborto legal para meninas estupradas aos 10, 11, 12 anos — meninas em risco de morte e vítimas de gestações inviáveis. Dois minutos para decidir sobre vidas que já foram violentadas, marcadas, feridas, e suficientes para aumentar o sofrimento de quem não tem voz no plenário. Para os parlamentares, é fácil legislar sobre corpos que não são os deles, sobre dores que nunca sentirão, sobre medos que não conhecem. Tudo isso para lacrar nas redes sociais e angariar votos para a reeleição. Dificultar o aborto legal não salva vidas!

» **Pacelli M. Zahler**

Sudoeste

Aborto legal 2

Inimaginável que o Senado Federal impeça o aborto em meninas que foram estupradas. Conclui-se que os legisladores acenderam a luz verde para tamanha violência contra crianças e adolescentes, em sua maioria vítimas do pai ou de outro parente próximo. A punição fica para as inocentes agredidas sexualmente por homens desprovidos de respeito, mas plenos de uma maldade indescritível. O Senado exibiu apoio a um dos atos mais violentos contra os menores de idade. Desde quando crianças e adolescentes merecem ter capacidade e maturidade para cuidar de um bebê? Impor-lhes uma gestação é puni-las, elas que foram vítimas da animalização dos autores. O Senado, sem debate e sem contestação, amparou por lei inominável o comportamento animalesco dos autores de estupros, homens sem caráter e aptos a quaisquer outras ações criminosas que causam repulsa à parcela de quem é verdadeiro humano e sente ascos diante dessa parcela do Brasil de violência, na qual muitos legisladores se encontra. Que legisladores são esses?

» **Leonora Lima**

Núcleo Bandeirante

Escala 6 X 1

A redução da jornada de 6 X 1 seria uma discussão extremamente válida não fosse pelo país viver um momento em que a CLT deixou de ser regra e passou a ser exceção. Parece que se ignora isso, e a origem disso. Há uma carga tributária excessiva, associada aos subterfúgios criados justamente para burlar a CLT, “pejotizando” o sistema de trabalho, escasseando direitos para que o trabalhador simplesmente consiga sobreviver e o tomador do serviço consiga pagá-lo. Esconde-se o sol com peneira, se faz gambiarras legislativas para que o maior responsável não tome para si a responsabilidade. É só dar uma olhada nos dados do IBGE sobre informalidade e “autônomos” — entre aspas pela autonomia forçada em razão da situação do país.

» **Idejan Gross**

Brasília

Seleção

Hora de vibrar. De torcer pelo sonho do hexa. Não importa se a Seleção Brasileira não é favorita. Na Copa do Mundo, o torcedor se enche de fé e boas energias. Quem não gosta de futebol não ponha olho gordo na Seleção. A emoção contagia. Bandeirolas, bonés, pó de arroz, camisas,

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Tentativa de golpe e tarifaço. Antes, eu acreditava na frase “Tal pai, tal filho”. Hoje, eu penso “Tal pai, pior o filho”.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Insano é falar que foi de Flávio Bolsonaro a culpa do governo Trump de tentar proteger as bandeiras dos cartões de crédito americanos. O Pix foi criado no governo Bolsonaro e é o queridinho do Brasil. Dizer isso é mais um palanque eleitoral para este ano. Que Deus nos acuda!

João Coelho Vítola — Asa Norte

O Parque Ecológico da Asa Sul, que tem boa pista de caminhada, quadras e bela natureza, precisa da conclusão dos banheiros, além de estacionamento. Já tem melhorado a frequência e a vigilância.

Marcos Figueira — Sudoeste

Espécies de plantas aquáticas invasoras avançam sobre o Lago Paranoá. Mas não disseram que o pirarucu é que era o problema?

Roberto Tavares — Brasília

No Brasil está uma indecência: é cachorro nas ruas atacando as pessoas e os tutores fingindo de morto. Cadeia também para esses responsáveis!

Ana Maria de Faria — Brasília

apitos, tatuagens, janelas e carros enfeitados, tomam conta da alma da população. As resenhas empolgam corações. Brasil em campo para tudo. O torcedor alimenta manias. Assiste aos jogos sentado no mesmo lugar. Outros usam a mesma camisa em todos os jogos. Outros fazem promessas. Apostam fortunas. Dedos cruzados. Olhos grudados na televisão. Geladinhos compõem a coreografia. Gol do Brasil, é hora de soltar o grito da garganta. Pulos, abraços, buzinas, palavrões, beijos, choros, preces aos céus.

» **Vicente Limongi Netto**

Asa Sul

Tarifa e trabalho forçado

Os Estados Unidos dizem que o Brasil precisa ser penalizado com uma tarifa de 12,5% por importar bens feitos por meio de trabalho forçado. Quantos imigrantes são explorados dentro do território estadunidense? Donald Trump não está nem aí para os trabalhadores do Brasil. É apenas mais uma desculpa para atacar o nosso país!

» **Alexandre Castro**

Brasília



CIDA BARBOSA

cidabarbosa.df@dabr.com.br

Chamado à responsabilidade

Alguns governos fazem mais; outros, menos; e nenhum deles trata “com absoluta prioridade” os direitos de crianças e adolescentes, apesar do que determina o artigo 227 da Constituição Federal. Estamos às portas de novas eleições gerais, momento de reforçarmos a cobrança para que a obrigação de tratamento diferenciado a meninos e meninas não fique apenas nos programas de governo e nos discursos efusivos, como é de praxe.

Na terça-feira, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) concluiu os candidatos à Presidência da República e aos governos estaduais a assumirem o compromisso público de agir em nome do sentido de o país “não perder mais nenhuma criança para a violência”.

O Unicef lembrou que o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU, em que se comprometeu a investir na infância e na adolescência e a protegê-las. Sim, o país assinou o documento há quase 36 anos. E, em 21 de novembro de 1990, a Presidência da República publicou o Decreto 99.710, no qual, em seu Artigo 1º, diz que a convenção da ONU “será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém”.

A realidade, porém, é que estamos muito distantes de segui-la em sua totalidade — o documento das Nações Unidas lista uma série de prerrogativas sociais, culturais, econômicas, civis e políticas para meninos e meninas, “retratando o direito à vida, à sobrevivência digna, à infância e à adolescência, ao futuro, à dignidade, ao respeito, à liberdade”.

Na carta aberta desta semana, o Unicef avaliou que o Brasil tem avançado na garantia de direitos, como acesso à saúde

e à educação, no entanto destacou que o país apresenta números “alarmantes” de violência contra meninos e meninas, dentro e fora de casa, “problema que vem se agravando ao longo de décadas”.

O Fundo citou o que vários levantamentos nacionais apontam rotineiramente: que os altos índices de abusos sexuais e físicos ocorrem, principalmente, em casa e impactam vítimas já na primeira infância (até os 6 anos de idade). “Além disso, todo ano, cerca de 5 mil crianças e adolescentes são assassinados no Brasil. Meninos negros são a maioria das mortes, que costumam acontecer fora de casa, em contextos de violência armada, criminalidade ou intervenções de forças de segurança”, acrescentou.

Entre os compromissos que o Unicef defende serem assumidos pelos candidatos estão o de criar políticas de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes dentro de casa; o de combater a violência extrema e o racismo, em especial contra meninos negros da periferia, além da violência de gênero e da misoginia; e o de garantir transparência, sustentabilidade e responsabilização no uso de recursos públicos em prol de meninos e meninas. No site da entidade há um detalhamento de cada uma dessas propostas.

O Unicef salientou que o combate à violência contra crianças “precisa ser prioridade para os novos governantes”. Nossa Constituição enfatiza, porém, que esse é um dever, não uma opção. O dever dos eleitos em outubro, e a cada pleito, é fazer com que o Estado deixe de ser violador e passe a priorizar os direitos de meninos e meninas, como é de sua obrigação.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE — Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uudapress.com.br

Quando a desinformação vira arma contra as mulheres



» JANARA SOUSA
Chefe da Assessoria Especial de Comunicação do Ministério das Mulheres, professora e pesquisadora da UnB

entrevistados declarou considerar difícil identificar se uma notícia é falsa ou não.

É nesse ambiente que prospera a chamada machosfera: um ecossistema digital de canais, fóruns e influenciadores que vendem a narrativa da superioridade masculina e da vitimização dos homens diante do feminismo. A estratégia central desse ecossistema é usar a desinformação para justificar a misoginia. Dados biológicos são distorcidos, a história é manipulada e textos religiosos são mobilizados de forma seletiva. Não se trata apenas de mentir. Trata-se de criar um verniz de legitimidade para a violência.

A pesquisa do NetLab/UFJRJ, realizada em parceria com o Ministério das Mulheres no âmbito do programa Brasil sem Misoginia, tornou esse modelo visível. O estudo analisou 137 canais no YouTube Brasil com conteúdos de ódio, desprezo, aversão ou controle sobre as mulheres. Foram examinados milhares de vídeos, com bilhões de visualizações, milhões de comentários e diferentes formas de monetização, como anúncios, doações, cursos, mentorias e comunidades pagas. É um modelo de negócios construído sobre o ódio às mulheres. E as plataformas seguem respondendo de forma insuficiente à engrenagem que ajudam a monetizar.

Essa violência não fica confinada às telas. Ela transborda e afeta a cidadania concreta das mulheres. No Brasil, 8,8 milhões de brasileiras, o equivalente a 10% da população feminina com 16 anos ou mais, sofreram algum tipo de violência digital nos últimos 12 meses, segundo a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo DataSenado e pela Nexus em 2025. Quando uma mulher é alvo constante de difamação, exposição íntima,

ameaças ou campanhas coordenadas de ódio, o primeiro efeito costuma ser o silenciamento. Ela muda o que posta, evita determinados temas, recua de candidaturas, perde oportunidades. O espaço público, não apenas o digital, mas também o da rua, do trabalho, da política e das instituições, torna-se hostil.

Mulheres que ousam ocupar espaços de poder são as mais visadas. Políticas, jornalistas, pesquisadoras, ativistas e lideranças públicas relatam campanhas de difamação e ataques coordenados que se traduzem em hostilidade dentro e fora das instituições. A mensagem implícita nessas campanhas é sempre a mesma: “a política, o jornalismo, a liderança não são o seu lugar”.

Toda vez que se tenta enfrentar esse cenário, aparece o argumento da “liberdade de expressão”. Mas é preciso ser muito clara: liberdade de expressão é um pilar da democracia, mas não pode ser usada como escudo para difamar, expor intimidade, ameaçar ou convocar ataques contra mulheres. A dignidade das mulheres não é negociável. Misoginia não é opinião. É violência.

Quando aceitamos que a desinformação seja usada sistematicamente como arma contra metade da população, aceitamos uma cidadania pela metade. E cidadania pela metade produz, inevitavelmente, uma democracia pela metade. Enfrentar esse problema exige responsabilizar as plataformas que lucram com o ódio, reconhecer a desinformação de gênero como forma de violência política e recusar coletivamente a ideia de que normalizar a misoginia é aceitável. Enquanto o espaço público, nas ruas, nas instituições e na internet for inseguro para as mulheres, nossa democracia continuará sob ameaça.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunhauf@gdabr.com.br



Imposto na marra

Em meio a uma das piores recessões das últimas décadas, com desemprego em alta, consumo em queda e empresas fechando as portas, o Estado brasileiro optou por apertar ainda mais os parafusos sobre contribuintes já exauridos, acumulando recordes sucessivos de carga tributária.

Nosso país mantém hoje quase 100 tributos ativos entre impostos federais, estaduais e municipais, taxas e contribuições de toda ordem. O ICMS, o ISS, o PIS, o Cofins, a CSLL, o IRPJ, o IOF, o IPI, as contribuições previdenciárias e dezenas de outras exações se sobrepõem em camadas que tornam qualquer atividade produtiva um exercício de sobrevivência contábil. Para cada real gerado, mais de um terço é imediatamente absorvido pelo Tesouro, antes mesmo de qualquer despesa operacional. O resultado é o chamado “custo Brasil”: uma combinação de burocracia, insegurança jurídica e tributação confiscatória que coloca o país em desvantagem competitiva frente a qualquer economia minimamente organizada.

Enquanto a média da OCDE situa-se ao redor de 34% do PIB em carga tributária com retorno em serviços de qualidade, o Brasil cobra o mesmo ou mais e entrega serviços públicos notoriamente precários. O economista norte-americano Arthur Laffer demonstrou, com elegante simplicidade, que existe um ponto além do qual o aumento de alíquotas resulta em queda da arrecadação. Abaixo de certo patamar, a tributação incentiva a atividade produtiva e o cumprimento fiscal voluntário. Acima dele, desestimula o investimento, expulsa capitais, estimula a informalidade e reduz a base tributável. O paradoxo é flagrante: ao cobrar mais, o Estado arrecada proporcionalmente menos do que poderia, pois a atividade econômica se contrai, a sonegação cresce e a evasão fiscal legal e ilegal se torna estratégia racional de sobrevivência empresarial.

Parece que a pressão fiscal excessiva não apenas destrói riqueza; ela destrói a própria base sobre a qual a arrecadação futura deveria se sustentar. Multinacionais relocam suas operações para países vizinhos — Uruguai, Chile, Colômbia —, onde a carga é significativamente menor e a previsibilidade jurídica, maior. Empresas nacionais de médio porte, incapazes de arcar com a estrutura de compliance tributário exigida, optam por migrar parcelas de sua produção para o exterior ou simplesmente encerrar atividades. A indústria brasileira, que chegou a representar 32% do PIB nos anos 1980, viu sua participação encolher para menos de 12% em 2016. Parte dessa desindustrialização deve-se à tributação em cascata que onera cada elo da cadeia produtiva, tornando o produto nacional não competitivo mesmo dentro do próprio mercado interno.

Desse modo, o Brasil fabrica cada vez menos e importa cada vez mais — para depois tributar as importações também, num ciclo kafkiano de ineficiência. Os números de falências e recuperações judiciais em 2016 atingiram patamares alarmantes. O Serasa Experian registrou crescimento expressivo nos pedidos de recuperação judicial no período, com micro e pequenas empresas respondendo pela esmagadora maioria dos casos. Para esses negócios, a carga tributária não é abstração econômica é causa direta de encerramento.

Um estabelecimento que não consegue repassar ao preço final o custo do Simples, do INSS patronal e das guias municipais, simplesmente fecha. O desemprego resultante alimenta o círculo vicioso: menos trabalhadores formais significa menor arrecadação previdenciária, o que pressiona o governo a elevar alíquotas sobre os contribuintes remanescentes, que, por sua vez, reduzem ainda mais a contratação. É a dinâmica predatória de um sistema fiscal que se alimenta da própria destruição.

Um sistema que pune o trabalho, o investimento e a produção enquanto preserva privilégios de grupos específicos não pode ser chamado de justo. A simplificação do modelo, a exoneração da folha de pagamentos, a eliminação de tributos cumulativos e a adoção de uma estrutura de IVA moderno, como fizeram dezenas de países com sucesso, é o que esperam os pagadores de impostos. Enquanto o Estado brasileiro não compreender que tributar em excesso não é sinônimo de responsabilidade fiscal, mas, sim, de miopia estratégica, continuaremos a produzir recordes que ninguém deseja celebrar. O fardo que carregamos é pesado demais.

A frase que foi pronunciada:

“Se a história pudesse nos ensinar alguma coisa, seria que a propriedade privada está intrinsecamente ligada à civilização.”

Ludwig von Mises

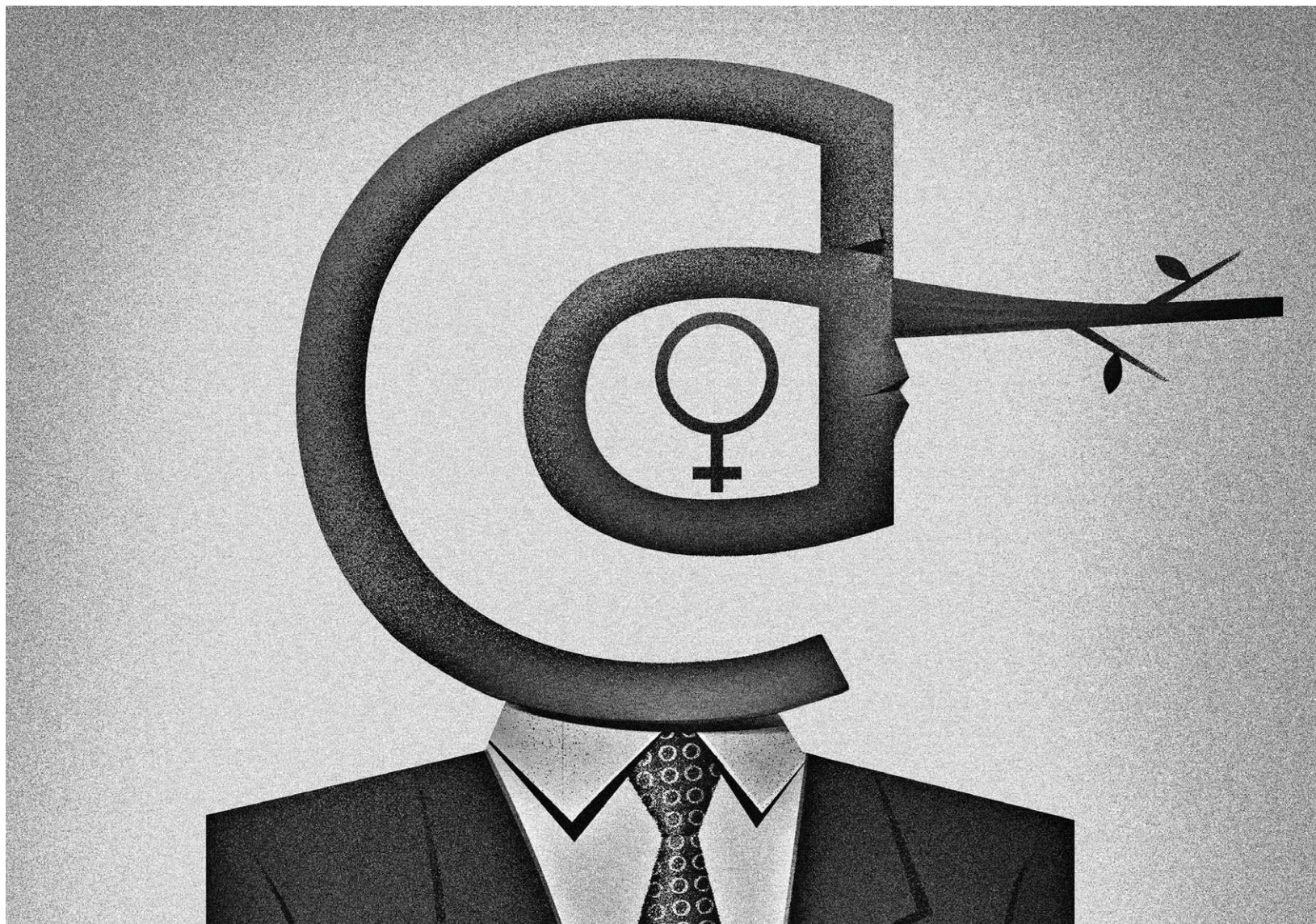
Ao vento

» No Plano Piloto falta policiamento. Motocicletas disputam calçadas com pedestres, brigas de moradores de rua assustam, disputas no trânsito correm sem fiscalização.

História de Brasília

Como sempre, o st. Afonso Almiro viajou para o Rio no mesmo dia, mas, nessa oportunidade, prestou um relevante serviço ao Distrito Federal e, particularmente, às Funções da Prefeitura do Distrito Federal. (Publicado em 20/5/1962)

maurenilson



Docência: só se rompem velhas estruturas com humildade



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

o dobro daqueles que frequentaram cursos presenciais. Ou seja, 34.876 do EaD acima do básico contra 18.180 do presencial. Das duas, uma: ou o relatório do Todos pela Educação se equivocou ao elaborar o documento, ou precisamos estudar melhor o que está acontecendo nos cursos de pedagogia no Brasil. Dados do próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) já revelam que, dos estudantes que cursam pedagogia em nosso país, cerca de 40% ingressaram no ensino superior com uma nota abaixo de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Isso significa que não receberiam o certificado de conclusão do ensino Médio, mas, mesmo assim, estão no ensino superior!

Outro ponto que me preocupou bastante, na maioria dos textos que analisaram tais resultados, refere-se ao fato de que o problema da baixa qualidade da formação de professores está na oferta pelo EaD. Estudo o problema há mais de 20 anos, e tal modalidade, na minha opinião, apenas escancarou um grave problema da educação brasileira — basta ler pesquisas de 15-20 anos atrás que já mostravam, entre outras coisas, que nossos cursos de licenciatura não se voltam para as questões ligadas ao campo da prática profissional; não observam relação efetiva entre teoria e prática; têm uma característica fragmentária e um conjunto disciplinar bastante disperso; prevalecem neles os conhecimentos da área disciplinar especializada, em geral desarticulados com os fundamentos pedagógicos da ação docente; e os estágios constam formalmente das propostas curriculares, em geral sem planejamento e sem vinculação clara com as escolas.

O país precisa de uma reforma profunda em

tudo que está aí no campo da formação de professores — programas soltos e dispersos não vão mudar essa grave situação. Precisamos começar por atrair jovens para o magistério — pesquisas de diferentes instituições mostram que apenas 2 a 3% dos que concluem o ensino médio querem fazer algum curso de licenciatura no Brasil.

Precisamos começar a atuar ainda no ensino médio — atraindo os melhores alunos. A formação prática deve se realizar desde o início do curso de licenciatura, propiciando estágios em escolas de tempo integral com condições adequadas de trabalho, de modo que, ao término do curso, esses alunos possam ingressar por certificação em tais escolas numa carreira promissora, associando níveis salariais crescentes a seu desenvolvimento profissional.

Outro ponto fundamental, ao menos para mim: convidar professores inspiradores da educação básica para contribuir na formação prática dos estudantes das licenciaturas — trazer o “cheirinho” da escola para a universidade. E, preferencialmente, criar dentro das universidades um instituto de formação de professores, integrando professores das diferentes áreas vinculadas à docência e que, efetivamente, queiram se dedicar à educação básica.

Precisamos romper com dois históricos hiatos: entre as licenciaturas diversas e os cursos de pedagogia, e entre o ensino superior e a educação básica — esta pode nos ensinar muito, mas precisamos querer enquanto universidade, ter humildade para aprender. Mais do que citar e reverenciar Paulo Freire, precisamos colocar em prática suas ideias. Sobre humildade, disse ele certa vez: “a humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém”.

Novo CAMINHO contra a resistência bacteriana

Estudo descobre potencial antibiótico capaz de atacar vulnerabilidade de patógenos que causam infecções gastrointestinais, no trato urinário e no sistema respiratório. Composto atua em área da estrutura celular que mina a defesa dos microorganismos

» ISABELLA ALMEIDA

Ksenia Yakovleva/Unsplash



A pesquisa sobre a manimicina é o desdobramento de um estudo iniciado nos anos 1950



Não apenas descobrimos um candidato a medicamento, como também estabelecemos um novo alvo em bactérias que pode ser explorado com outros remédios"

Gerry Wright, professor da Universidade McMaster, no Canadá, e líder do estudo

Cientistas da Universidade McMaster, no Canadá, em colaboração com pesquisadores da Universidade de Illinois em Chicago, nos Estados Unidos, e da Universidade de Hamburgo, na Alemanha, descobriram um potencial novo antibiótico capaz de eliminar algumas das bactérias mais perigosas e resistentes a medicamentos. O remédio consegue matar os agentes patogênicos, atacando uma vulnerabilidade que era, até então, desconhecida. Para os pesquisadores, o resultado do trabalho, publicado ontem na revista *Nature*, abre caminho para uma classe inédita de tratamento contra infecções.

O novo composto, chamado *manikomycin* (manimicina), foi identificado por uma equipe liderada pelo professor Gerry Wright, da Universidade McMaster, e demonstrou eficácia inicial contra diversos patógenos, incluindo *Salmonella*, *E. coli* e *Klebsiella*. Essas bactérias causam infecções no trato urinário, sistema respiratório e gastrointestinal e costumam ser resistentes a tratamento.

"Nenhum antibiótico prescrito em clínicas, hoje em dia, faz o que a manimicina faz", frisa Wright. "Nem azitromicina, nem tetraciclina, nenhum deles. Portanto, não apenas descobrimos um candidato a medicamento, como também estabelecemos um novo alvo em bactérias que pode ser explorado com outros remédios."

Minifábrica

Os cientistas destacam que a maioria dos antibióticos usados atualmente tem como alvo as mesmas vulnerabilidades no ribossomo — estrutura celular que produz proteínas —, por isso, as bactérias conseguem desenvolver diferentes estratégias de defesa. O novo composto ataca uma parte diferente da estrutura celular — o sítio de saída — deixando os patógenos indefesos.

"Mesmo medicamentos recém-descobertos que atacam esses mesmos alvos antigos podem, rapidamente, enfrentar resistência. No entanto, ao longo da história da medicina, não exercemos nenhuma pressão seletiva sobre essa parte específica, então, as bactérias não possuem

Palavra de especialista

Entusiasmo equilibrado

CÉSAR OMAR CARRANZA TAMAYO, infectologista e professor de Medicina da Universidade Católica de Brasília (UCB)

"Acredito que essa descoberta reforça uma lição estratégica: a crise

de resistência antimicrobiana não será enfrentada apenas com mais antibióticos, mas com outras formas de identificar medicamentos, novos mecanismos e melhor uso dos antimicrobianos já existentes. A molécula descoberta é promissora porque utiliza um alvo pouco ou nada explorado. No entanto, seu desenvolvimento ainda pode fracassar se não superar problemas de entrada na célula, estabilidade no organismo, biodisponibilidade

e desenvolvimento de resistência. Portanto, o entusiasmo deve ser equilibrado: a manikomycin é um achado cientificamente importante, mas não substitui medidas já comprovadas — diagnóstico microbiológico rápido, vigilância de tolerância, controle de infecção hospitalar, vacinação, saneamento e programas de uso racional de antimicrobianos. Em outras palavras, ela aponta um caminho para o futuro, mas a resposta a esse



problema continuará sendo necessariamente combinada entre inovação farmacológica, gestão responsável e saúde pública."

mecanismos de resistência à manimicina", ressalta Wright.

O líder da pesquisa compara o ribossomo a uma linha de montagem de fábrica. Os componentes finalizados, segundo ele, precisam ser removidos da esteira antes que a próxima peça chegue. A manimicina bloqueia a saída, fazendo com que todo o processo de montagem trave e, eventualmente, pare por completo. Logo, sem a capacidade

de produzir proteínas, as bactérias não conseguem sobreviver.

Conforme Werciley Vieira Júnior, infectologista do Hospital Santa Lúcia, em Brasília, como a substância atua em uma nova área, não explorada anteriormente, pode ser definida, sim, como uma nova classe de antibiótico. "Descobrir novas fórmulas e maneiras de agir diversifica o tratamento e facilita o combate à resistência bacteriana. Lógico que nós ainda

temos que trabalhar muito, pois esse problema não é uma coisa simples de ser resolvida. Ainda vamos aprender a aplicar essas novas drogas no mercado e compreender sua aplicação nas pessoas."

Estudo histórico

A pesquisa sobre a *manikomycin* é baseada em um trabalho que começou há mais de 75 anos. Por volta de 1950, os

cientistas descobriram que a bactéria presente no solo *Streptomyces rimosus* produzia oxitetraciclina, um poderoso medicamento que, mais tarde, ajudou a inaugurar uma nova era dos antibióticos na medicina.

Embora essa descoberta tenha sido relevante, a *S. rimosus* e bactérias relacionadas foram abandonadas há muito tempo como fonte potencial de novos antibióticos. "Existe uma percepção generalizada na ciência de

que elas já foram completamente exploradas, que encontramos tudo o que havia para achar. Nosso laboratório descobriu que esse não é o caso", destaca Wright.

Para a pesquisa, o grupo utilizou uma técnica laboratorial avançada, chamada fracionamento, para descobrir o novo antibiótico. Ao filtrar a oxitetraciclina e outros compostos abundantes dos compostos produzidos pela *S. rimosus*, os pesquisadores conseguiram isolar moléculas mais raras que haviam passado despercebidas ao longo dos anos.

Manpreet Kaur, pós-doutoranda na Universidade McMaster e primeira autora do estudo, afirma que encontrar um candidato a medicamento viável dessa forma sinaliza novas oportunidades para a descoberta de antibióticos. "Provavelmente, ainda há muito a ser descoberto por meio do fracionamento. Revisitar os extratos de bactérias já bem estudadas, como *Streptomyces*, pode levar a achados semelhantes no futuro."

Agora os cientistas avançam com a *manikomycin* rumo ao desenvolvimento clínico. Eles já demonstraram que o novo antibiótico não é tóxico para células humanas e que funciona bem em um modelo de infecção controlado em laboratório. No momento, buscam entender quanto tempo o composto, que já deu origem a 60 derivados, permanece ativo no organismo.

CONSERVAÇÃO

Planta medicinal ganha banco genético no Pará

Uma planta amazônica que tem destaque na medicina moderna está no centro de uma iniciativa inédita de conservação na Floresta Nacional de Carajás, no sudeste do Pará. O jaborandi, única fonte natural conhecida da pilocarpina, substância usada nos tratamentos de glaucoma, desíndrome de Sjögren, uma doença autoimune, e de xerostomia — ausência da produção de saliva —, passou a integrar um banco vivo de conservação. Os resultados do trabalho foram publicados, ontem, na revista *Plos One*.

O jaborandi é classificado como vulnerável na *Lista Vermelha da Flora Brasileira*, após décadas de manejo inadequado e declínio, em razão do desmatamento. Ao mesmo tempo, não existe uma alternativa sintética consolidada para substituir a pilocarpina extraída da planta, tornando sua preservação estratégica para a biodiversidade e para a medicina.

O estudo liderado pelo Instituto Tecnológico Vale (ITV) descreve a criação de um banco de germoplasma — material genético — formado por plantas vivas cultivadas em

condições seminaturais, dentro de áreas em restauração ecológica da Floresta Nacional (Flona) de Carajás, no Pará. Diferente dos modelos tradicionais de conservação, a estratégia foi desenhada para contornar uma limitação biológica do jaborandi — as sementes da espécie perdem rapidamente a capacidade de germinação.

"As sementes de jaborandi perdem viabilidade rapidamente, o que dificulta a conservação nas formas tradicionais", explica o pesquisador Cecílio Frois Caldeira, autor correspondente do estudo. "Uma das formas viáveis de conservação do patrimônio genético da espécie é a implementação de um banco de germoplasma com plantas vivas."

Entre 2020 e 2023, pesquisadores coletaram sementes de quatro populações geneticamente distintas do jaborandi dentro da Flona Carajás, produziram mudas em viveiro e as transplantaram para áreas anteriormente mineradas, hoje em processo de recuperação ambiental. O acompanhamento ocorreu de cada planta, desde a origem até o desenvolvimento no campo, permitiu rastrear falhas,

Divulgação/Vale/ITV



O jaborandi é considerado vulnerável e de difícil preservação

aprimorar técnicas e ajustar as campanhas de coleta.

Até 2023, três das quatro populações de jaborandi avaliadas apresentaram mais de 500 indivíduos estabelecidos, com representação genética considerada adequada. A quarta restante ainda enfrenta limitações e segue como prioridade das próximas etapas do projeto.

O programa também se apoia no conhecimento tradicional da cooperativa Coex Carajás, formada por famílias que manejam o jaborandi na floresta há muitas gerações. Os cooperados participam desde o planejamento das ações e ajudam a definir soluções viáveis para a conservação e o uso sustentável da espécie. (Isabella Almeida)

Palavra de especialista

Importância médica e ecológica

SEBASTIÃO VENÂNCIO MARTINS, professor de engenharia florestal na Universidade Federal de Viçosa, especialista em restauração florestal e ecologia.

"O jaborandi é uma planta arbustiva que pode atingir cerca de um metro e meio de altura e que vem sendo explorada por meio do extrativismo há décadas no Brasil. Das folhas é extraída a pilocarpina, um princípio ativo utilizado na produção de colírios para o controle do glaucoma e remédios para outras condições. Ela merece toda a atenção no que diz respeito à sua conservação e ao seu aproveitamento na saúde. A

Arquivo pessoal



Floresta Amazônica abriga inúmeras espécies com potencial medicinal, muitas ainda são pouco conhecidas pela ciência."

Pedestres representam um quarto das vítimas do trânsito no DF. Foram 73 mortes de janeiro a abril deste ano, segundo o Detran. Em três dias, houve três ocorrências, como a que matou Elcina Pereira Brito, sepultada ontem

Tragédias causadas pela imprudência



» LETÍCIA MOUHAMAD
» DAVI CRUZ

Amiga, acolhedora e alegre. Assim era Elcina Pereira Brito, morta aos 58 anos após ser violentamente atingida por um Prisma branco conduzido por Erick Sávio Alves de Souza, 21, que dirigia sob efeito de drogas e sem Carteira Nacional de Habilitação (CNH), na terça-feira, no Setor Habitacional Arapoanga. A despedida da costureira, ocorrida ontem em Formosa (GO), deixa um vazio para os moradores da região administrativa, onde ela vivia e tinha forte atuação comunitária. Além de Elcina, outras duas pessoas morreram atropeladas nas vias do Distrito Federal em um intervalo de três dias. Na capital federal, os pedestres representam um quarto das vítimas do trânsito, que totalizou 73 mortes de janeiro a abril deste ano, segundo dados do Departamento de Trânsito (Detran-DF).

Os números de mortes seguem em alta, visto que, no ano passado, houve um crescimento de 18,7% — 272, em números absolutos — em relação a 2024, que registrou 229 casos. Para Gustavo Serafim, especialista em mobilidade urbana e doutorando em ciência política na Universidade de Brasília (UnB), o DF ainda convive com um modelo viário que privilegia altas velocidades e o uso do automóvel particular, fato que contribui diretamente para o aumento de tragédias no trânsito.

Segundo Serafim, medidas simples e imediatas poderiam reduzir os índices de atropelamentos e sinistros graves nas regiões periféricas. “O DF tem velocidades altíssimas. Isso inevitavelmente aumenta o número de mortos e atropelados devido a essa escolha política de priorizar o automóvel individual. Dados da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) constata que uma redução de 5% na velocidade pode diminuir em até 30% os sinistros com fatalidades”, pontuou o pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrópoles (Núcleo Brasília). Em muitos casos, a urgência ao volante soma-se a outras imprudências.

Câmeras de segurança do Arapoanga registraram o momento em que o veículo conduzido por Erick Sávio, trafegando em alta velocidade por uma via estreita e movimentada, invadiu a pista exclusiva para bicicletas e pedestres e arremessou o corpo da Elcina contra a entrada de comércio da quadra. Ela morreu na hora. Aos policiais, o motorista admitiu ter consumido maconha e o medicamento de tarja preta Rohypnol antes de assumir a direção. No interior do carro, os agentes apreenderam porções de entorpecentes e uma cartela do remédio de uso controlado. Ainda na terça, a Justiça do DF converteu em preventiva a prisão em flagrante de Erick.

Excesso de velocidade

Um balanço divulgado pelo Detran-DF nesta semana, em referência ao Maio Amarelo — movimento internacional criado para conscientizar a população sobre a redução de sinistros e mortes no trânsito —, mostrou que, somente no mês passado, foram registradas, entre outros casos, 522 infrações por dirigir sob a influência de álcool; 163 por dirigir sem ter CNH; e 83 por conduzir veículo com escapamento irregular. A imprudência mais cometida, porém, diz respeito ao excesso de velocidade, cuja quantidade de autuações chegou a 1.824.106 em 2025, cinco por dia.

Motociclistas são maiores vítimas

Pouco mais de uma hora após Elcina ser morta no Arapoanga, um motociclista perdeu a vida na Estrada Parque Guarará (EPGU) ao se envolver em uma colisão com um caminhão de limpeza. Segundo o Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF), o homem foi socorrido com traumatismo cranioencefálico e em parada cardiorrespiratória. Apesar dos procedimentos pré-hospitalares, ele não resistiu. No mesmo dia, outro motociclista ficou

gravemente ferido após uma batida contra um veículo de passeio. Ele foi encontrado inconsciente e encaminhado ao hospital. Nos quatro primeiros meses do ano, 32 motociclistas morreram nas vias do DF.

Na análise de Thiago Trindade, professor do Instituto de Ciência Política da UnB, pesquisador do Observa DF e coordenador do Observatório das Metrópoles em Brasília, o aumento de sinistros envolvendo

de calçadas adequadas, ciclovias segregadas, sinalização eficiente e transporte público de qualidade. “Muito mais disponíveis no centro de Brasília”, reforçou. Dados do Detran-DF comprovam que as RAs com maior registro de sinistros fatais são,

respectivamente, Samambaia, Planaltina, Taguatinga e Gama.

No último sábado, duas pessoas morreram atropeladas no DF com menos de uma hora de diferença. Uma delas foi na Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek,

Trindade avaliou que o crescimento do transporte e dos serviços de moto por aplicativo intensificou a presença de motociclistas nas vias urbanas, cenário que é consequência de políticas responsáveis por incentivar o transporte individual em detrimento da mobilidade coletiva.

“Há uma massificação do uso de automóveis privados, que se deve muito ao fator da precarização do sistema de transportes”, disse. Além disso, o pesquisador criticou o modelo viário adotado em muitas cidades brasileiras, incluindo o DF, que prioriza velocidade em vez de segurança.

Palavra de especialista

Como conter a barbárie?

No Distrito Federal, temos quase um veículo para cada habitante. Isso não é sinal de progresso; isso é sinal cabal de caos. A combinação de álcool e drogas somente aumenta o problema, pois imagine uma pessoa fora de si guiando em uma cidade superlotada como Brasília. Não terá um bom resultado.

Em menos de dois dias, perdemos cinco jovens estudantes em Buritis de Goiás, em um acidente de sua van escolar com uma carreta. Perdemos três jovens em motocicletas, na Ceilândia, e um em São Sebastião. São filhos e filhas, irmãos e irmãs de alguém. A conta macabra não para. E os casos de bebidas e drogas ao volante, apesar de gravíssimos, não são maioria nos números nacionais.

É preciso lembrar que temos um péssimo sistema de transporte público, em Brasília e no Brasil. A primeira coisa que um jovem dependente de ônibus e em busca de emprego faz, ao ter dinheiro, é comprar uma moto ou um carro usado. E assim, as ruas vão ficando superlotadas e com enormes congestionamentos que roubam nosso tempo e a vida de aproximadamente 40 mil pessoas em 2025. Fora os sobreviventes que ficam com sequelas.

É urgente discutir mobilidade urbana. Chega de duplicação de vias, viadutos e túneis. Chega de IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) gratuito para veículos de luxo novos. Chega de propagandas que exaltam um carro ir de zero a 100 km/h em 3 segundos. Isso, somado a motoristas irresponsáveis, nos fará, dia após dia, enterrar mais filhos, irmãos e pais.

Carlos Penna Breschianini é pesquisador em mobilidade urbana, professor da Universidade de Brasília (UnB) e mestre em políticas públicas.

em frente a um posto de combustíveis, no sentido Valparaíso de Goiás. No local, os socorristas encontraram uma mulher caída sobre a pista, em parada cardiorrespiratória e com traumatismo cranioencefálico grave. A vítima não resistiu aos ferimentos e teve o óbito constatado ainda na via. Pouco depois, outro atropelamento fatal foi registrado na região da Estância Mestre D'Armas, em Planaltina. Segundo o CBMDF, a vítima, um homem, estava sem sinais vitais quando os bombeiros chegaram. O motorista fugiu.

Além da redução dos limites de velocidade em algumas vias, Serafim defende que o poder público invista em redutores físicos, como quebra-molas devidamente sinalizados. Para ele, os recentes atropelamentos mostram falhas estruturais no planejamento urbano e viário. “Os acidentes de trânsito e mortes são consequências esperadas de escolhas políticas das cidades e do país em incentivarem o automóvel particular ao longo de muitos anos”, pontuou.

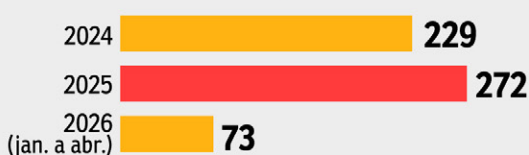
“Tudo é pensado para favorecer a rapidez. Precisamos repensar isso”, afirmou.

O professor defendeu que a principal medida para reduzir mortes no trânsito é diminuir os limites de velocidade das vias, lembrando experiências de cidades como São Paulo, em que a redução das velocidades resultou na queda dos acidentes e das fatalidades. Ele também reforçou a necessidade de investimento em transporte público de qualidade e tarifa zero, como meio para reduzir o número de veículos nas ruas e, consequentemente, os sinistros. (LM/DC)

Ocorrências em números

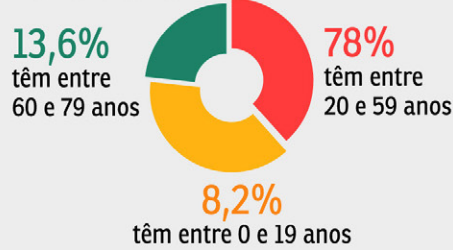
Estatísticas preliminares revelam que a maioria das vítimas no trânsito da capital federal é composta por motociclistas, homens e adultos de 20 a 59 anos

MORTES NO TRÂNSITO DO DF



PERFIL DAS VÍTIMAS EM 2026

Faixa etária *



Sexo



Envolvimento *



*Dados preliminares. Números de maio ainda não foram consolidados, por isso não foram divulgados pelo Detran.

Fonte: Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF)

Ana Carolina Alves/CB/D.A Press



Elcina tinha 58 anos e era costureira em Planaltina

Para Gustavo Serafim, outro ponto que demanda atenção é a desigualdade entre o Plano Piloto e as demais regiões administrativas do DF no que se refere à infraestrutura viária. Segundo o pesquisador, locais periféricos sofrem mais com ausência



Veículo atingiu a vítima, atirando-a na calçada comercial

de calçadas adequadas, ciclovias segregadas, sinalização eficiente e transporte público de qualidade. “Muito mais disponíveis no centro de Brasília”, reforçou. Dados do Detran-DF comprovam que as RAs com maior registro de sinistros fatais são,

respectivamente, Samambaia, Planaltina, Taguatinga e Gama.

No último sábado, duas pessoas morreram atropeladas no DF com menos de uma hora de diferença. Uma delas foi na Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek,

Trindade avaliou que o crescimento do transporte e dos serviços de moto por aplicativo intensificou a presença de motociclistas nas vias urbanas, cenário que é consequência de políticas responsáveis por incentivar o transporte individual em detrimento da mobilidade coletiva.

“Há uma massificação do uso de automóveis privados, que se deve muito ao fator da precarização do sistema de transportes”, disse. Além disso, o pesquisador criticou o modelo viário adotado em muitas cidades brasileiras, incluindo o DF, que prioriza velocidade em vez de segurança.



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Ana Maria Campos/CB



Popular

Quem pensa que o ministro Alexandre de Moraes está em baixa não viu o assédio na palestra sobre os rumos da economia, ontem, no XIV Fórum de Lisboa. Moraes estava na primeira fila de assentos. Quando o debate se encerrou, muitos advogados se aproximaram para conversar e tirar fotos com o poderoso ministro do STF.

Popstar

Chamado de popstar, Alexandre de Moraes brincou: "Só quem não gosta de mim é a imprensa". Ele se esqueceu dos bolsonaristas.

Felipe Ando / Agência CLDF



Emoção

O delegado Hudson Bruno Maldonado se emocionou na terça-feira ao receber o título de Cidadão Honorário de Brasília. Nascido em Belo Horizonte, o policial se mudou para o Distrito Federal em 1999, quando tomou posse na Polícia Civil do DF. Ele passou por diversas áreas da corporação e hoje trabalha como delegado-chefe da 13ª Delegacia de Polícia de Sobradinho I e como delegado-chefe regional da Região Integrada de Segurança Pública Leste, que abrange as regiões administrativas Arapoanga, Fercal, Itapoã, Lago Norte, Paranoá, Planaltina, Sobradinho I e II e São Sebastião.

Divulgação/PSB



Equipe de Rollemberg apoia Leila e Cappelletti

Rodrigo Rollemberg reuniu, na noite de terça-feira, ex-secretários, ex-presidentes de órgãos e assessores que integraram seu governo, entre 2015 e 2018, para apresentar a pré-candidatura de Ricardo Cappelletti ao Governo do Distrito Federal e da senadora Leila

Barros (PDT-DF) à reeleição. Rollemberg também anunciou sua pré-candidatura a deputado federal. A reunião contou com a presença de grande parte da equipe que participou da gestão Rollemberg e simbolizou o início da mobilização do grupo para as eleições de 2026.

Ricardo Stuckert/PR



Waldemir Barreto/Agência Senado



Segurança e a guerra da comunicação

A decisão do governo Trump de classificar facções brasileiras como organizações terroristas, após pedido do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), reforçou a segurança pública como tema principal do debate da eleição presidencial. O movimento gera riscos e oportunidades para o presidente Lula, candidato à reeleição, e para Flávio Bolsonaro. Nesse debate, vence quem conseguir explicar de forma mais simples e direta seu ponto de vista.

Ana Maria Campos/CB/D.A. Press



Ditado português

Ao comentar as críticas que o Fórum de Lisboa recebeu no Brasil, o ministro Gilmar Mendes, anfitrião do evento, citou um ditado português em tom bem-humorado: "Ninguém está livre de pedrada de doido nem de coice de burro".

Ironia para rebater críticas

Realizada no auditório da Faculdade de Direito e não no da Reitoria, que é maior e foi palco dos principais debates, a cerimônia de encerramento do XIV Fórum de Lisboa estava lotada. Muita gente ficou em pé e outros nem conseguiram entrar. O ministro Gilmar Mendes fez uma ironia. Pediu desculpas pelo incômodo e disse que transferiu o lugar porque falaram que o evento estava esvaziado. Foi mais uma reação a críticos que disseram que esta edição não reuniu muita gente. Na verdade, foi a maior.

Divulgação/CLDF



Parabéns, imprensa

No fim da sessão de ontem, o presidente do Tribunal de Contas do DF, Manoel de Andrade, prestou uma homenagem à imprensa, à liberdade de expressão e ao **Correio Braziliense**. "Em uma sociedade democrática, o direito à informação caminha lado a lado com a liberdade de expressão, formando um dos pilares essenciais para que os cidadãos possam participar conscientemente da vida política, econômica, social e cultural da Nação", afirmou.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Daniel de Castro (PP), da base de Celina Leão, entrou com uma representação no TCDF pedindo suspensão de edital que trata da regularização fundiária em Vicente Pires. "Não dá para a Terracap ter mais poder que a governadora", reagiu

Distrital critica valores de lotes

» MILA FERREIRA

O deputado Pastor Daniel de Castro (PP) entrou, ontem, com uma representação junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) solicitando a suspensão do edital da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) que trata da venda direta de imóveis localizados em Vicente Pires, no âmbito do processo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse específico (Reurb-E). O parlamentar alega a cobrança de valores abusivos pelos lotes, indícios de irregularidade e ausência de transparência.

O deputado afirma que tem recebido manifestações de moradores da região e associações comunitárias relatando que inúmeros ocupantes não estão conseguindo reunir condições financeiras para adquirir os imóveis pelos valores estabelecidos pela Terracap. "Como consequência, cresce a insegurança jurídica e social entre os moradores, especialmente diante da previsão constante dos próprios editais de que a não adesão à venda direta poderá resultar na perda dos benefícios da regularização e na posterior disponibilização dos imóveis para alienação em procedimentos competitivos", diz trecho da representação.

O parlamentar foi à tribuna da

Câmara Legislativa do DF (CLDF) na última terça-feira para criticar o governo e a Terracap. "Não dá para a Terracap ter mais poder do que um deputado legitimamente eleito que representa aquela cidade. Não dá para a companhia ter mais poder do que Celina Leão", discursou. "Eles não fizeram avaliação in loco, oitiva, audiência pública. Estão matando a população. Tem três dias que não durmo e não como direito. O direito à moradia é constitucional", completou.

Daniel de Castro reclamou que não consegue falar ao telefone com a governadora. "Eu não sou deputado de oposição, entreguei 100% para esse governo. Já basta o desprestígio que o Ibaneis teve comigo que fui tão fiel a ele. Não aguento mais. Se não resolver, não terá mais nenhum voto meu aqui", ressaltou.

Líder do governo na CLDF, o deputado Pepa (PP) disse que tem atuado para ajudar na busca de uma solução por meio do diálogo. "Compreendo a preocupação do Daniel de Castro com as demandas em questão, que são legítimas e afetam diretamente milhares de famílias", afirmou. "Tenho conversado com colegas parlamentares, com o governo e com os órgãos envolvidos para ajudar na construção de soluções", acrescentou.

No início de abril, antes da publicação do último edital, Daniel



Deputado Pastor Daniel de Castro (PP) discursou na tribuna da Câmara

de Castro, que é do mesmo partido da governadora Celina Leão (PP), se reuniu com o chefe do Executivo pedindo solução para a questão dos lotes em Vicente Pires. Na ocasião, a governadora concordou em fazer uma revisão dos valores, confirmou que daria melhores condições nos próximos editais, como o parcelamento em 60 meses sem juros. No entanto, segundo o deputado, a promessa não foi cumprida por completo. O parcelamento foi colocado como uma possibilidade, mas os valores do metro quadrado não foram revistos. "Teve

lote comercial que saiu a mais de R\$ 1,4 mil o metro quadrado", destacou o deputado.

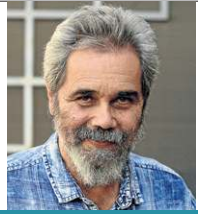
A Terracap informou que segue, rigorosamente, as diretrizes estabelecidas na Lei 13.465/2017 e nas demais legislações locais que norteiam o processo de regularização fundiária. "O valor dos imóveis foi definido utilizando-se dos mesmos critérios das avaliações dos mais de 30 mil imóveis regularizados pela empresa nos últimos anos. Todas as avaliações são feitas por engenheiros e seguem as Normas Técnicas Brasileiras (NBRs)."

A dança como protesto

Quadrilheiros filiados à União Junina do DF e Entorno foram à Câmara Legislativa e ao Palácio do Buriti, ontem, para reivindicar o lançamento da edição de 2026 do edital de fomento ao Circuito Distrito Junino, promovido pelo Decreto nº 42.315/2021. A entidade alega que é dever do GDF fornecer recursos para as organizações juninas e que está aguardando o edital para realizar as festividades e etapas de apresentações. "É um absurdo que até agora o poder público não tenha divulgado o edital do decreto", disse Hamilton Teixeira, apelidado de Tatu, presidente da União. A Secretaria de Cultura e Economia Criativa informou, porém, que a pasta está em contingenciamento por 60 dias, desde 24 de abril, e que o Distrito Junino de 2026 deverá ocorrer a partir de financiamentos com organizações da sociedade civil. Participantes das quadrilhas dançaram como forma de protesto.

Davi Pereira/CB/D.A. Press.





Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

O grito de indignação

Nos tempos em que lecionava em uma faculdade, questioneei bastante a música sertaneja. Uma aluna replicou que eu estava ofendendo o gosto musical dela. Esclareci que não; o meu ponto de vista era apenas o de um analista cultural. Simplesmente, discutia valores culturais.

A primeira fase de minha adolescência ocorreu sob a órbita da Jovem Guarda de Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderleia. Quando eu tinha 13 ou 14 anos, comprava os discos, lia as revistas e estampava nas paredes do quarto pôsteres

de Wanderleia como se ela fosse uma estrela hollywoodiana.

Pois bem, o tempo passou, me tornei jornalista cultural e, aos 22 anos, portanto, oito anos depois, entrevistei Wanderleia em Brasília. Ela foi muito simpática, lembrei-me do fascínio da adolescência, mas observei que, agora, eu tinha uma visão crítica da Jovem Guarda.

Wanderleia disse que aquele período havia sido maravilhoso, no entanto, também não era mais uma adolescente e cantava um repertório diferente. Evoquei o episódio porque queria mostrar à aluna que o nosso gosto estético não é absoluto; é relativo, depende dos valores, da educação e das experiências.

Logo depois da Jovem Guarda, entrei em contato com a Tropicália, de Caetano

Veloso, Gilberto Gil e Gal Costa, nos programas de tevê. Caetano aparecia dentro de uma jaula, vestido com o parangolé de Hélio Oiticica, jogando bananas e cantando: "É preciso estar atento e forte/Não temos tempo de temer a morte/Tudo é perigoso/Tudo é divino maravilhoso".

A Tropicália caiu em minha cabeça como um objeto não identificado. Todavia, aos poucos, percebi que ela fazia uma colagem surreal e crítica de dimensões contraditórias do Brasil: o samba e o rock, o tamborim e a guitarra, a bossa e a fossa, o palácio e a palhoça, a poesia de vanguarda e a breguice, Luiz Gonzaga e Vicente Celestino, os parangolés de Hélio Oiticica e os arranjos eruditos de Rogério Duprat, a alta costura e a alta cultura.

Caetano Veloso declarou, recentemente,

no tom quase sempre provocativo, que a música breganeja e o funk carioca eram a nova tropicalia. Com todo respeito e com a quase devoção que tenho por Caetano, permita-me discordar. Parece-me que a música breganeja e o funk carioca (apesar da inventividade musical) constituem, não a nova tropicalia, mas, sim, a nova mediocrália.

A música breganeja é de uma alienação e de um conformismo inacreditáveis. É uma trilha sonora da distopia. Enquanto isso, algumas letras do funk são revoltantes pelo desrespeito às mulheres.

Em compensação, fico impressionado com a atualidade dramática do rock e do punk da década de 1980. O rock da década de 1980 nasceu do inconformismo do punk.

Confiram a indignação expressa na canção *Inimizade*, do grupo Cólera, diante da servidão voluntária: "Inimizade eu tenho por aqueles que querem comandar/Que querem obter o poder às custas de enganar e roubar/Inimizade eu tenho também aos que se deixam enganar/Que fecham os olhos pra não ver os grandes roubarem/Inimizade, inimizade! Eu não sei!"

Essas canções explosivas foram compostas na década de 1980, mas nunca estiveram tão atuais ante o conformismo de quem vive alienado na bolha virtual. São gritos primais de insubmissão, provocação e alerta. "Como esse mundo vai pra frente/se só existe delinquente?/O mundo acabará numa grande explosão/Cegos, surdos e mudos nada ouvirão".

JUSTIÇA

MP denuncia atirador

Lilson Rodrigues, 46, está preso por tentar matar Diego Gonçalves, 39, após uma briga por estacionamento, em Vicente Pires, em 18 de maio. Vítima segue internada em estado grave

» DARCIANNE DIOGO

A Polícia Civil do Distrito Federal concluiu o inquérito sobre a tentativa de homicídio contra Diego Gonçalves Camargo, 39, baleado por um vizinho após uma discussão por vaga de estacionamento em Vicente Pires. Lilson Rodrigues do Nascimento, 46, foi indiciado por duas tentativas de homicídio — uma contra Diego e outra contra a mulher dele. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios denunciou o suspeito pela tentativa de homicídio contra Diego.

A corporação entendeu que Lilson, ao atirar contra Diego, tentou também contra a vida da mulher dele, que estava próxima do local do crime. A defesa do acusado, representada pelo advogado Carlos Roriso, refutou. "Não há nenhum fato que comprove e justifique o segundo indiciamento. Também não é possível dizer que foi duplamente qualificado. A qualificadora por motivo fútil não procede. Meu cliente apanhou da vítima", afirmou.

O *Correio* apurou que o estado de saúde de Diego permanece

grave. Ele está internado na UTI e, segundo os médicos, está com uma bala alojada no fígado.

Defesa

Junto ao processo, a defesa de Lilson anexou documentos e laudos médicos para mostrar à Justiça o estado de saúde do acusado. O advogado afirma que o cliente apresenta transtornos de ansiedade e bipolaridade e faz uso contínuo de medicamentos.

O quadro de saúde teria se agravado, segundo o advogado, após Lilson mudar-se para Vicente Pires. "Há dois anos, desde que as discussões começaram com o vizinho, Lilson apresentou agravamento no quadro, tanto que já estava afastado do trabalho por problemas psiquiátricos", frisou em entrevista ao *Correio* à época dos fatos.

O advogado entregou, na delegacia, as seis armas de Lilson — o empresário tem registro de CAC. Entre as armas, estava a utilizada na tentativa de homicídio.

O crime

A tentativa de homicídio ocorreu em um condomínio de

Material cedido ao Correio



Segundo o advogado, Lilson Rodrigues apresenta transtornos de ansiedade e de bipolaridade

Vicente Pires, em 18 de maio. O homem foi preso um dia após o crime, depois de se apresentar na delegacia com o advogado. Segundo as investigações, a briga

começou por causa de carros estacionados em uma rua estreita do condomínio onde os dois moram. De acordo com o advogado, a vítima costumava estacionar o

carro na rua, o que impossibilitava a passagem de outros veículos.

Os policiais tomaram conhecimento de brigas anteriores envolvendo os dois pelo mesmo motivo.

VIOLÊNCIA

Mulher é atropelada pelo ex

» BEATRIZ MASCARENHAS

Uma mulher foi atropelada pelo ex-companheiro em um condomínio, em Sobradinho, e precisou correr para evitar ser atingida novamente pelo veículo. O suspeito, identificado como Jonathas Ornelas, de 32 anos, possui registros de violência doméstica e de ameaça envolvendo a vítima.

Imagens das câmeras de segurança do condomínio, onde os dois residem, mostram o momento no qual o homem manobra o carro e avança em direção à mulher. Após ser atingida e cair no chão, a vítima tenta se levantar e se esquivar de novas investidas do motorista.

O caso ocorreu na noite de terça-feira, por volta das 23h. Após a agressão, Jonathas deixou o local e seguiu trabalhando como motorista de aplicativo, realizando corridas normalmente. Durante patrulhamento, equipes da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) localizaram o suspeito no Pistão Norte, nas proximidades do acesso à Estrutural. Os policiais efetuaram a prisão por tentativa de feminicídio, diante da gravidade da ação e do risco imposto à vida da ex-companheira com o uso do veículo.

A vítima foi socorrida e encaminhada ao Hospital Regional de Sobradinho (HRS). O estado de saúde dela não havia sido divulgado até a última atualização desta reportagem. Já o agressor foi levado para a 8ª Delegacia de Polícia (Planaltina), onde a ocorrência foi registrada. Após análise do caso, o delegado responsável entendeu que a conduta se enquadrava como lesão corporal praticada no contexto de violência doméstica, descartando, em um primeiro momento, a tipificação de tentativa de feminicídio.

Durante os procedimentos policiais, Jonathas admitiu ter atropelado a ex-companheira de forma intencional.

Polícia Militar do Distrito Federal/Divulgação



O homem fugiu do local do crime e foi trabalhar

PARQUE DA CIDADE

Fotos: Cilene Vieira



As mudanças do tempo

» CILENE VIEIRA

Falar do clima e observar as mudanças de tempo é um esporte brasiliense, uma característica muito típica da capital. Motivos não faltam: as mudanças acontecem dia após dia, sempre gerando comentários e comportamentos, de acordo com a temperatura e outros fenômenos da natureza.

Depois de uma semana de sol brilhante e temperatura amena, o último sábado de maio amanheceu muito frio e nublado, e assim continuou durante todo dia, anunciando que o inverno já chegou em Brasília, antes do fim do outono.

No Parque da Cidade, estava tudo diferente, e não fosse a vegetação típica, nem parecia que estávamos no Cerrado; o céu coberto, um

silêncio nada habitual, os pássaros sumidos e os frequentadores, na sua grande maioria, vestidos de preto, alguns bem agasalhados.

Não havia churrascos nem piqueniques, que provavelmente foram cancelados pelos atentos à previsão do tempo. Um dia, como se costuma dizer, bem londrino. Fiz registros de paisagens dessa atmosfera invernal e meio atípica do Parque. No dia seguinte, a cena mudou completamente.

O domingo amanheceu com o céu azul e o sol forte. E não deu outra, o Parque também estava muito diferente, como se fosse uma mágica: as pessoas vestiram cores, lotaram as pistas, voltaram os barulhos e ruídos de verão, mesmo com uma temperatura mais baixa.

O fim de semana no Parque foi uma mostra real de como o clima e a presença do sol interferem na vida e no ânimo das pessoas e, também, de como o inverno em Brasília é único,



Aponte a câmera do celular e confira o Blog Nosso Parque da Cidade

com um dia após o outro tão distintos. Sem mencionar segunda-feira, fria e chuvosa em pleno mês de junho.

Obituário/ Sepultamentos realizados em 3/6/2026

» Campo da Esperança

Geny Cândida de Oliveira, 89 anos
Hilda Fernandes de Macedo, 99 anos
José Nogueira de Abreu, 93 anos
Júlia Maria de Assis, 87 anos
Leda Maria de Souza, 77 anos
Levi Gonçalves de Siqueira, 61 anos
Lindomar José Chaves Rodrigues, 83 anos
Lúcia Pinto Labacca, 69 anos
Luiz Henrique de Sá, 67 anos
Marçal Chaves Filho, 70 anos
Maria José Ultra Alves, 82 anos
Maria Marina Soares de Oliveira, 77 anos

Maria Melvy Gutierrez Molina, 60 anos
Maria Otaviano da Silva, 84 anos
Modesto Alves Neto, 86 anos
Noeme Correia de Assis, 86 anos
Sebastião Alves Pereira, 74 anos
Simone Barreto Soares, 54 anos
Telma Almeida das Neves, 85 anos

» Taguatinga

Alaor Alves Pereira, 81 anos
Albina Pereira dos Santos, 81 anos
Alessandra Ribeiro de Sousa de Moura, 41 anos
Antônio Rodrigues dos Santos Filho, 62 anos
Aylla Cristina de Jesus Rodrigues Dias, menos de 1 ano

Gabriel Moisés de Souza Alves Ribeiro, 26 anos
Ivonicé do Prado Lima, 83 anos
Luzia Barbosa de Melo Boaventura, 86 anos
Maria Abadia Dias dos Santos, 80 anos
Maria Francisca de Brito, 75 anos
Nilza Maria de Jesus, 60 anos
Sabrina Cortereal Nogueira de Lima, 21 anos
Uilson Maria de Jesus, 80 anos

» Gama

João Amaro Fernandes, 72 anos
Cristiana dos Santos Lima, natimorta
Natanael Rodrigues de Oliveira, 70 anos
Ulisses Ribeiro Lima, 74 anos

» Planaltina

Abília Carvalho de Oliveira, 87 anos
Ana Santa da Silva, 90 anos

» Brazlândia

José Mendes da Silva Neto, 82 anos
Maria Conceição Ribeiro, 71 anos
Valdeneia da O. Soares Ferreira, 48 anos

» Sobradinho

Joyce Gomes Fernandes, 29 anos
Mária Hisae Oshiro, 87 anos

» Jardim Metropolitano

Omar de Jesus Feitos, 61 anos.



“A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida.”
Vinicius de Moraes, Baden Powell (Samba da Bênção)



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube



LDO para 2027 é debatida com foco em meta fiscal e socorro ao BRB

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa realizou audiência pública para discutir o Projeto do GDF que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027. Apresentada pela equipe econômica do governo, a proposta foi debatida pelos integrantes da comissão, especialmente no que se refere aos impactos do acordo firmado entre o Distrito Federal e a União, que autoriza o Banco de Brasília (BRB) a contratar um empréstimo de até R\$ 6,5 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Garantia de ajustes para o Banco de Brasília

Os representantes da Secretaria de Economia do DF afirmaram aos deputados que os ajustes que estão sendo feitos vão permitir “em curtíssimo prazo” sair do Capag C e retomar a regularidade do governo, “devolvendo o BRB sadio”. E que o empréstimo a ser tomado junto ao FGC não vai desequilibrar as contas do GDF.

Penalidade a gestor que não frear ganstança

A Secretaria de Economia do DF apresentou uma inovação à LDO: a inclusão do artigo 94 no PLDO/2027, que busca reforçar os mecanismos de responsabilidade fiscal e de controle da execução orçamentária, ao prever a responsabilização pessoal do ordenador de despesas em casos de atos praticados sem prévia e suficiente dotação orçamentária ou em desacordo com os limites fiscais.

Distribuição do orçamento do DF

- » Conforme a proposta encaminhada pelo Executivo, o orçamento do Distrito Federal para 2027 está estimado em: **R\$ 74,97 bilhões**.
- » Desse total, R\$ 45,45 bilhões correspondem à receita própria do DF, enquanto **R\$ 29,52 bilhões** são oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).
- » Os recursos do fundo serão destinados à segurança pública (**R\$ 15,46 bilhões**), à saúde (**R\$ 8,52 bilhões**) e à educação (**R\$ 5,53 bilhões**).

Controle de despesas para evitar novo rombo fiscal

Na mesma linha, o artigo 95 propõe a criação de um mecanismo de contenção e controle do crescimento das despesas de custeio, a ser acionado em cenários de elevado comprometimento. Isso para evitar o que ocorreu nos últimos dois anos no GDF, gerando déficit de R\$ 4 bilhões para 2026.

Divulgação/ Sindivarejista



Sindivarejista vai ao Senado para tratar de escala 6x1

O senador Izalci Lucas se reuniu com o presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF (Sindivarejista), Sebastião Abritta, que entregou manifesto oficial — assinado por mais de 100 entidades de classe — do 41º Congresso Nacional de Sindicatos Empresariais, realizado em Blumenau (SC). O documento é focado numa pauta sensível para o setor: as propostas visando acabar com a escala 6x1. “O comércio defende o bem-estar do trabalhador, mas alerta que uma mudança radical e sem transição na jornada irá sufocar as empresas, aumentar os preços para o consumidor e gerar desemprego em massa”, aponta o documento.

Fotos: Divulgação



Material cedido ao Correio



Sesc DF supera meta da ONU de lideranças femininas nas corporações

As Mulheres representam 64% dos cargos de alta liderança do Sesc-DF. O compromisso com a promoção da igualdade de gênero fez com que a instituição fosse reconhecida pelo Pacto Global da ONU — Rede Brasil durante o 4º Fórum Ambição 2030. O evento foi realizado em São Paulo. O percentual alcançado é mais que o dobro da meta de 2025 indicada pelo Movimento Elas Lideram, vinculado ao Pacto Global da ONU, e também ultrapassa a meta de 50% de mulheres em cargo de liderança estabelecida para 2030. “É um orgulho imenso para nós receber esse reconhecimento. O Sesc-DF tem a certeza de que investir em mais mulheres em cargos de alta liderança é investir em uma sociedade mais democrática, mais empática e justa”, afirma Alessandra Barassi, que representou o Sesc-DF durante o 4º Fórum Ambição 2030.

Catetinho inaugura realidade virtual com Tom e Vinicius

O Museu do Catetinho inaugura a primeira Ilha VR Autônoma com ficção histórica de um museu brasileiro. O novo atrativo é uma estação de realidade virtual que funciona de forma contínua, sem necessidade de agendamento, permitindo que o visitante mergulhe em uma experiência cinematográfica imersiva. O conteúdo é *Água de Beber*, filme imersivo que transporta o espectador para setembro de 1960, quando Tom Jobim e Vinicius de Moraes compuseram o clássico da bossa nova durante sua estadia no próprio Catetinho. A Ilha VR é uma criação da Caixote Histórias Imersivas, produtora brasileira especializada em realidade virtual cinematográfica que também assina a realização do filme. Tom Jobim é interpretado por João Gott, e Vinicius de Moraes por Adriano Siri, ator da consagrada companhia de comédia Os Melhores do Mundo.

»Entrevista | VALDIR OLIVEIRA | GERENTE DE CAPITALIZAÇÃO E SERVIÇOS FINANCEIROS DO SEBRAE NACIONAL

No *CB.Poder*, dirigente explicou o funcionamento de programas que apoiam pequenos negócios e comentou a crise do BRB

Crédito para microempresas

» MANUELA SÁ*

Programas para ajudar empreendedores foram tema, ontem, do programa *CB.Poder* — parceria entre o *Correio Braziliense* e a *TV Brasília* —, que teve a participação do gerente de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae Nacional, Valdir Oliveira. Na entrevista à

jornalista Samanta Sallum, ele detalhou o *Acredita Sebrae*, que, desde 2024, viabilizou mais de R\$ 14 bilhões de crédito para pequenos negócios, e o *Fundo Sebrae Germina*, pensado para ampliar o acesso de startups ao capital de risco. Oliveira também repercutiu a crise no *Banco de Brasília (BRB)*.

Como está o programa Acredita Sebrae, que apoia microempreendedores no acesso ao crédito?

Por meio dele, a gente traz uma filosofia diferente, porque a gente entende o crédito como um remédio. Ele tem que ser dado na quantidade certa para ajudar o paciente. Muitas vezes, quando você erra na dosagem, você coloca em risco a vida do paciente. Fazendo um paralelo com a realidade, o que a gente tem hoje que é muito comum? Tanto pessoa física quanto pessoa jurídica são muito estimuladas ao crédito pelo limite que o banco oferece. Quantas vezes você já não recebeu pelo celular um comunicado do banco oferecendo um limite de crédito. Com as empresas, acontece a mesma coisa. Você acaba estimulando as empresas a tomarem uma decisão de tomar crédito sem elas saberem se precisam.

Isso pode criar um endividamento maior do que a capacidade do empreendedor, não é?

Exatamente. Porque, às vezes, a pessoa pega um crédito que ela

não precisa. Ela acaba se enrolando, se endividando, porque o crédito entra e tem que ser pago. O endividamento traz um problema de sustentabilidade para o negócio. Por isso, o programa *Acredita Sebrae* traz o jeito certo de fazer o crédito, que é o assistido. É com base na necessidade de crédito que empreendedor pode optar pela melhor linha. Precisa se encaixar no negócio dele.

Há o programa Germina Sebrae. Como ele está fomentando as startups brasileiras?

Há um modelo de negócio que não se encaixa no crédito. É importante entender qual é a diferença entre o crédito e aquilo que a gente chama de capital de risco. Naquelas empresas mais tradicionais, o modelo de crédito tradicional se encaixa bem, porque o risco é adequado para que uma perda ou inadimplência fiquem dentro de uma conta sustentável. É uma perda menor. O que é startup? Alguém que tem uma ideia, uma solução para resolver o problema de alguém. Com crédito tradicional, você trabalha muito com

Ed Alves/CB/D.A Press



indicadores, com análise, com projeções. Nas startups, é a agilidade que manda. Muitas vezes, é a tentativa e erro que faz com que eu encontre a solução adequada. Isso faz com que a perda seja muito grande. O empreendedor precisa de alguém que tenha condição para suportar os erros. Porque você investe um, investe e em outro. Um que dá certo, acaba compensando todos os outros. Por quê? Porque você não empresta, você compra uma parte da ideia. Esses fundos são especializados em adquirir esse ativo. Parte do que é investido é comprando ações dessa

empresa. (...) No ano passado, lançamos o *Fundo Germina*, um fundo do Sebrae. Nós iniciamos com R\$ 100 milhões. O Sebrae São Paulo está colocando mais R\$ 100 milhões. Neste ano, queremos colocar mais um volume de recursos, porque a nossa projeção é chegar a um montante de R\$ 500 milhões para que esse seja o maior fundo de capital de risco para pequenos negócios da América Latina. Esse fundo vai atrás de outros que operam com essas startups, porque a gente tem a intenção de fomentar esse mercado. Já temos três fundos operando conosco e 17 startups já

receberam recursos nossos. (...) Então, essa é a ação do Sebrae. Aquele pequeno empreendedor, que tem uma ideia boa, que tem vontade, que tem disposição, ele conta com a garantia de crédito para ajudar o seu negócio ou com o nosso fundo de capital de risco. A nossa missão é sermos cúmplices do sonho dos empreendedores brasileiros.

O senhor foi secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal em gestões anteriores. Como avalia o que aconteceu dentro do BRB e seus desdobramentos?



Aponte a câmera do celular para ver a entrevista completa

A gente precisa separar essa conversa do BRB enquanto banco público e enquanto banco que tem impacto no sistema financeiro. (...) Agora, o que aconteceu com o BRB? Temos dois problemas. Um é de liquidez e o outro é patrimonial. Um problema de liquidez porque o banco vive de dinheiro. Ele é obrigado a equalizar taxa e tempo do que ele pega e do que ele empresta. Se falta, para ele, mercadoria, ele começa a ter um problema de liquidez, ele quebra o banco. Parece que estão resolvendo esse problema. Parece que a fuga de capitais estaria no processo de voltar. O BRB, até hoje, não soltou balanço. A gente não conhece nada, mas as informações que a gente vê do presidente atual (Nelson de Souza), da governadora do Distrito Federal (Celina Leão), é que esse assunto estaria equalizado. O outro problema é patrimonial. Como ele vai ter que incorporar um prejuízo fruto desse desvio? Por que o BRB vai ter um prejuízo? Porque teve aplicação de forma errada. Compraram ativos que não deviam. Prejuízos dos quais a Polícia Federal está cuidando. Não é debate político, é a polícia que está cuidando disso.

*Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso

CORPUS CHRISTI

Confira alterações no trânsito, programas gratuitos previstos e serviços públicos disponíveis entre hoje e amanhã

O que abre e fecha no feriado

» ANA CAROLINA ALLI*

O feriado de Corpus Christi, celebrado hoje, altera o funcionamento de serviços e do comércio em Brasília e nas cidades do Entorno. O Governo Federal e o Governo do Distrito Federal (GDF) decretaram ponto facultativo hoje e amanhã.

As interdições do Detran-DF e da Polícia Militar na Esplanada dos Ministérios começaram às 23h59 de ontem, com o fechamento dos estacionamentos da Catedral, da Cúria e dos blocos A e B da Esplanada dos Ministérios. Também será bloqueada parte das vias N1 e S1, no trecho em frente à Catedral, enquanto as demais faixas permanecerão liberadas. A via de ligação entre N1 e S1, na altura do Museu da República, ficará reservada para estacionamento de táxis.

Após a missa, prevista para as 17h, a PMDF realizará novas intervenções viárias para a passagem da procissão dos fiéis. A via S1 será bloqueada na altura do Museu da República e o fluxo de veículos será desviado para a via L2 Sul. Na via N1, serão bloqueados os acessos pela via Palácio Presidencial e pela L4 Norte. Também haverá interdição na altura do Bloco R, com desvio do trânsito para a Avenida José Sarney. Além disso, todas as saídas dos estacionamentos dos ministérios voltadas para a via N1 serão fechadas temporariamente. A previsão é de que as alterações no trânsito ocorram até as 20h30.

A maioria dos shoppings do Distrito Federal deve abrir as portas, mas com horários especiais, semelhantes aos de domingos e feriados. Supermercados e atacadistas têm permissão para funcionar, mas os horários podem variar entre as redes. O comércio de rua geralmente tem abertura facultativa. É fundamental que os consumidores confirmem o funcionamento diretamente com cada estabelecimento.

As unidades do Na Hora estarão fechadas durante o feriado prolongado. O atendimento será retomado na segunda-feira, a partir das 7h30. Os conselhos tutelares também não funcionarão na quinta nem na sexta. Em situações urgentes, a população pode acionar o Centro Integrado 18 de Maio pelo telefone 125. Os núcleos da Subsecretaria de Apoio a Vítimas de Violência (Subav) permanecerão fechados durante o período. O atendimento será retomado na segunda-feira. Casos urgentes podem ser comunicados pelo telefone (61) 98382-0130.

Saúde

Na área da saúde, os serviços de emergência não param por conta do feriado de Corpus Christi. As Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e as emergências dos hospitais da rede pública devem

funcionar 24 horas, sem interrupção. A assistência de saúde bucal nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) não terão atendimento até domingo.

A urgência odontológica do Hospital Regional da Asa Norte (Hran) funciona em plantão 24h, inclusive durante o feriado. No Hospital Regional do Gama (HRG), a urgência odontológica atende de segunda a sexta-feira, das 18h às 0h, e aos sábados e domingos, das 7h às 19h. Já a urgência odontológica no HRT funciona aos sábados e domingos, das 7h às 19h. As unidades do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, mais conhecidas como "Farmácias de Alto Custo", funcionam normalmente no sábado, permanecendo fechadas hoje, amanhã e no domingo (7). O atendimento será normal a partir de segunda-feira.

Transporte público

Hoje, as linhas de ônibus vão operar com horários de domingo. O programa Vai de Graça também estará em vigor, garantindo gratuidade nas passagens durante todo o dia. Amanhã, os ônibus circulam em horário de dia útil, com ajustes em linhas que atendem a Esplanada dos Ministérios, instituições de ensino e os campi da Universidade de Brasília (UnB).

No Metrô-DF, o funcionamento será das 7h às 22h. Entre as 7h e as 19h, o embarque e o desembarque poderão ser feitos em todas as estações. Das 19h às 22h, o embarque ocorrerá apenas na Estação Central, enquanto o desembarque seguirá liberado em todas as estações.

Lazer

O Jardim Botânico de Brasília abrirá normalmente, das 9h às 17h. Hoje, a entrada será gratuita por meio do programa Lazer para Todos, assim como o Zoo de Brasília. O projeto Missão Zoo segue até domingo, oferecendo ao público uma jornada educativa voltada à conservação da biodiversidade.

O CCBB tem programações gratuitas com música, teatro e exposições. As programações completas com horários podem ser conferidas no site do CCBB. Já a Biblioteca Nacional da de Brasília (BNB) ficará fechada até domingo. O Museu de Arte de Brasília (MAB) e o Museu Nacional da República ficarão fechados hoje e amanhã, funcionando normalmente no fim de semana.

Todas as unidades de conservação administradas pelo Brasília Ambiental funcionarão normalmente durante o feriado. Entre elas estão os parques de Águas Claras, Asa Sul, Lago Norte, Olhos d'Água, Riacho Fundo e Três Meninas. Os horários de funcionamento variam conforme cada unidade.

Tradição de fé ao longo do dia

A Arquidiocese de Brasília realiza, hoje, a tradicional Solenidade de Corpus Christi, na Esplanada dos Ministérios. A preparação da festa tem início às 6h, com a confecção do tapete por onde passará o Santíssimo Sacramento durante a procissão. O tapete terá 125 metros de extensão, com 25 quadros que retratarão temas da fé católica. Grupos jovens utilizarão materiais como serragem, borra de café, sal, areia, palha de arroz e coloração líquida para criar os desenhos.

Às 14h, começam os momentos de louvor e animação com bandas católicas. A partir das 15h, padres da Arquidiocese atenderão as confissões dos fiéis. A Santa Missa terá início às 17h, presidida pelo arcebispo de Brasília, Cardeal Paulo Cezar Costa, e será concelebrada

pelos bispos auxiliares e pelo clero arquidiocesano.

Após a Santa Missa, ocorrerá a tradicional procissão luminosa em honra ao Santíssimo Sacramento, que percorrerá a Esplanada no papamóvel utilizado por São João Paulo II em sua visita a Brasília. Durante o trajeto, o arcebispo concederá três bênçãos: aos enfermos, aos governantes e às famílias.

A Arquidiocese de Brasília pede que os fiéis façam a doação de 1kg de alimento não perecível, que será destinado às famílias em situação de vulnerabilidade. "Este gesto simples é um ato concreto de caridade e partilha, expressão do amor ao próximo que nasce da Eucaristia", diz o comunicado.

*Estagiária sob a supervisão de Patrick Selvatti

João Pedro Carvalho CB/DA Press



Eventos da Arquidiocese de Brasília têm início às 6h com montagem de tapete na Esplanada dos Ministérios

TAGUATINGA 68 ANOS

Taguatinga é o berço histórico, o coração pulsante e a força motriz que ajudou a construir a identidade do Distrito Federal.

Uma cidade que carrega tradição, pulsa com um comércio vibrante e abriga uma comunidade que valoriza suas raízes ao mesmo tempo em que se reinventa todos os dias.

Para essa data especial, o Correio Braziliense, o Aqui DF, a Clube FM e a TV Brasília apresentam um projeto exclusivo para gerar uma conexão única entre as marcas e um público qualificado, dinâmico e em constante movimento.



Entre em contato com nosso comercial!

Associe sua marca a um dos projetos mais estratégicos do DF.

Patrocínio:



Apoio:

Realização:



Promoção:





Brazlândia existia mesmo antes de Brasília. Fundada em 5 de junho de 1933, guarda memórias, tradições e um patrimônio ambiental que orgulha os moradores. Na cidade, eles encontraram paz, pertencimento e carinho

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Osmany Segall produz frutas, verduras e café na Fazenda Bella



Elizeu Levi encontrou acolhimento no Santuário Menino Jesus



João Mendes é o dono de um popular restaurante, fundado em 1973

» GABRIELA CIDADE*

Antes de Brasília surgir e se tornar a capital do país, existia uma cidade em meio à natureza cerratense deste território que seria o Distrito Federal. Oficialmente inaugurada em 5 de junho de 1933, a região administrativa (RA) iniciou sua formação quando famílias de Goiás e Minas Gerais foram construir suas vidas na área. Amanhã, Brazlândia completa 93 anos de história com festividades e moradores orgulhosos.

Localizada a aproximadamente 49 quilômetros do Plano Piloto, distante da efervescência política do centro e das obras de Oscar Niemeyer, a cidade abrange o Parque Ecológico Veredinha, unidade de conservação ambiental, e é rodeada por natureza. Com ares de interior, Brazlândia possui 54 mil habitantes em área urbana e 30 mil em rural, sendo um território importante na agricultura do DF.

O agricultor de orgânicos e agroflorestais Osmany Segall, 36, produz frutas, verduras e café, entre outros, há 10 anos, na Fazenda Bella. A terra é dos avós, que produziam alimentos desde 1971. Ele se descreve como defensor do espaço que ocupa: “Eu me enxergo não como dono, e sim como um guardião de um lugar que pode ser preservado, fortalecendo as comunidades em volta”. Osmany honra a história da cidade, que diz ir muito além dos 93 anos, e demonstra grande carinho por ela: “É muito bonita, as pessoas são muito legais, todos se conhecem e têm uma relação próxima”.

Osmany afirma se sentir pertencente e lembra que a natureza na região é rica e abundante. Encravada no Cerrado — maior savana do mundo e com 5% de toda a biodiversidade do planeta — Brazlândia tem cachoeiras e trilhas, sendo o turismo rural uma opção para os que desejam conhecê-la.

Para além da área rural, na Quadra 6 do Setor Norte, há um estabelecimento que faz parte da história local, o Restaurante Tradição. Fundado em 1973, recebe atualmente cerca de 100 clientes por dia. João Mendes Neto, 72, dono do lugar, conta que na inauguração as ruas ainda eram de terra e, nos arredores, havia apenas barracas. “Brazlândia, para mim, é um paraíso. Quando Deus caminhou na terra, ele pisou nesta Brasília”, diz.

João recorda as transformações que a RA viveu desde os anos 1970, como a urbanização e a chegada de hospitais, agências bancárias, acesso à água e à energia elétrica. Muito querido pela comunidade, durante a entrevista, diversas pessoas foram ao local para comprar comida ou simplesmente cumprimentá-lo.

Paraíso na capital

Há poucos metros do restaurante, está o Santuário Arquidiocesano Menino Jesus, construído no início dos anos 2000. O templo faz parte do roteiro

93 anos de história, natureza e fé



Santuário Menino Jesus recebe milhares de pessoas diariamente, sejam fiéis ou visitantes que querem conhecer o templo

Caminho da Fé e é um símbolo importante para a cidade, fazendo parte da rota de turismo religioso de Brazlândia. Com uma arquitetura singular, recebe milhares de visitantes diariamente, sejam eles fiéis ou pessoas que desejam conhecer o maior santuário dedicado ao Menino Jesus no Brasil. A construção possui mais de 3 mil pontos de luz. À noite, eles refletem nos vidros e criam um brilho que encanta os olhares de quem passa.

Para Elizeu Levi, de 21 anos, o Santuário traz paz e acolhimento: “Eu me sinto em casa, e vejo que as pessoas que vêm aqui também gostam muito. Sempre que entro fico admirado com a estrutura.” O estudante e empreendedor frequenta o templo desde que era criança, com sua família.

Levi nasceu e cresceu em Brazlândia e tem muito carinho por ela: “É uma cidade tranquila, que dá gosto de se viver.”

Outro ponto icônico da RA é o Lago Veredinha. Localizado na parte central, passou por uma revitalização na orla no ano passado. Considerado um dos cartões-postais da cidade, é um espaço de lazer, contemplação, atividade física e pesca. O vendedor Edinaldo de Alencar, 29, vai ao lago pescar toda terça-feira, quando está de folga do trabalho. Maranhense radicado em Brazlândia há quase dois anos, Edinaldo se empolga ao falar da experiência. “É bonita, perfeita. A melhor cidade de Brasília é essa daqui”, celebra.

Esmael da Costa, 63, estava descansando depois de uma pedalada na orla

do Veredinha. Atualmente aposentado e morando em Taguatinga, ele viveu em Brazlândia de 1970 à 1982. “Eu tenho vontade de voltar a morar aqui. Está no meu coração”, confidencia. Depois da bicicleta, ele costuma tomar cerveja nos quiosques dos arredores.

Todos esses relatos mostram que a cidade guarda um espírito único no Distrito Federal de uma comunidade que preserva sua história e que, a cada aniversário, reafirma o orgulho de existir. Para quem nasceu ali, para quem chegou de longe e ficou, e até para quem partiu, mas não conseguiu esquecer, Brazlândia é o paraíso.

*Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso



Esmael da Costa não abre mão de pedalar na orla do Lago Veredinha



Edinaldo de Alencar mora na cidade há quase dois anos e pesca às terças-feiras

Programação

A Administração Regional de Brazlândia preparou uma programação que se estende durante todo o mês de junho..

Amanhã

Alvorada Festiva

Santuário Menino Jesus, 6h30

Missa Solene pelo Aniversário

Paróquia São José na Vila, 19h30

Sábado

10º Encontro dos Nordestinos

Balneário Veredinha, 17h

3º Encontro das Violas

Estacionamento do balneário e CEF 02, às 22h

Show de Fabinho Saradão

Balneário Veredinha, meia-noite



Aponte a câmera do celular para ver a programação completa



Wesley deve ser o titular na direita, mas divide com Danilo e Ibañez a missão de preservar a tradição de Djalma Santos, Carlos Alberto Torres, Jorginho e Cafu. Trio é moldado por uma característica valorizada por Ancelotti: a disciplina defensiva italiana

Herdeiros da lateral

VICTOR PARRINI

O Almanaque das Copas do Mundo mostra um Brasil quase sempre em boas mãos — ou melhor, em excelentes pés — quando o assunto é lateral-direito. Duas das cinco taças da Seleção foram erguidas por donos da posição. Carlos Alberto Torres levantou a Jules Rimet após comandar o esquadrão do tri em 1970. Cafu repetiu o gesto no pentacampeonato de 2002. Entre um e outro, a Amarelinha foi de Djalma Santos, Jorginho e outros nomes que ajudaram a transformar aquela faixa do campo em território nobre. Ciente do peso histórico da função, Carlo Ancelotti aposta em três caminhos distintos para honrar a linhagem: a juventude de Wesley, a experiência de Danilo e a versatilidade de Ibañez.

Os três são personagens do terceiro capítulo da série “Famiglia Ancelotti”, que apresenta os perfis dos 26 convocados para a caça ao hexa na América do Norte. Wesley, Danilo e Ibañez sobreviveram a três anos e meio de observações, testes e mudanças de comando. Ao longo de 37 partidas sob quatro treinadores diferentes, superaram a concorrência de nomes como Emerson Royal, Vanderson, Yan Couto, Arthur, Dodô, William, Vitiño e Paulo Henrique.

O plano original, porém, era outro. Embora seja zagueiro de origem, Éder Militão havia se consolidado como uma solução confiável para a lateral direita sob o comando de Carlo Ancelotti no Real Madrid. As recorrentes lesões mudaram o cenário e abriram espaço para alternativas distintas. Danilo ganhou força pela experiência acumulada em dois ciclos de Copa do Mundo. Wesley somou pontos pela capacidade de apoiar o ataque sem abrir mão da recomposição defensiva. Ibañez entrou no radar na reta final da preparação, durante a última bateria de amistosos antes da convocação. Destro e acostumado a atuar como zagueiro, o gaúcho de Canela oferece ao treinador uma peça com características semelhantes às de Militão, uma espécie de plano B para reproduzir na Seleção uma solução testada e aprovada no Real Madrid.

É difícil prever qual será a escolha de Ancelotti para iniciar o projeto do hexa em 13 de junho, contra Marrocos, em New Jersey. O italiano costuma adaptar a escalação às características do adversário e pode alternar as peças ao longo da competição. Ainda assim, Wesley desponta como o principal candidato à vaga. Ele reúne atributos valorizados pelo treinador, como intensidade, profundidade pelos corredores e capacidade de recomposição, além de representar a alternativa mais próxima da tradição brasileira para a posição.

Wesley carrega o selo italiano de qualidade defensiva. O lateral aprimora o

jogo na Roma, clube que projetou Carlo Ancelotti para o futebol na década de 1980. Não demorou para conquistar a titularidade da equipe comandada por Gian Piero Gasperini, ainda que em uma função diferente da habitual. Utilizado como ala pela esquerda, passou a atuar no corredor invertido e ganhou responsabilidades criativas na construção das jogadas. A adaptação foi bem-sucedida. Marcou cinco gols, distribuiu uma assistência e ajudou a recolocar o clube da capital italiana na Liga dos Campeões após cinco temporadas de ausência.

Apesar da versatilidade para atuar no corredor inverso, o ex-jogador do Flamengo está bancado no setor direito por Ancelotti. “Wesley foi muito bem na Roma como lateral-esquerdo. Foi uma surpresa. Mas precisamos dele aqui como lateral-direito. Ele vai atuar como lateral-direito”, garantiu o dono da prancheta verde-amarela.

A trajetória de Wesley até a Copa do Mundo é um salto de qualidade em sete anos. Antes de vestir as camisas de Flamengo, Roma e Seleção Brasileira, depurou-se com diversas portas fechadas. Foi reprovado duas vezes em avaliações do Figueirense e do Tubarão-SC. Em 2016, participou de uma colônia de férias do Real Madrid em Florianópolis e terminou apontado como um dos destaques do evento. A recompensa prometida era um período de treinamentos no clube espanhol, mas a promessa jamais saiu do papel.

A insistência falou mais alto. Aos 15 anos, Wesley finalmente conseguiu uma vaga nas categorias de base do Figueirense, mas permaneceu apenas cinco meses devido à crise financeira do clube. Sem espaço no rival Avaí, aceitou jogar no Tubarão por um salário de R\$ 200. Foi ali que começou a chamar atenção. Bastaram cinco partidas na Copa Santa Catarina para que um vídeo de apenas um minuto chegasse ao ex-jogador Sávio. Convencido do potencial do lateral, o ídolo rubro-negro abriu as portas do Flamengo em 2021. Quatro anos depois, Wesley desembarca na Copa do Mundo como jogador da Roma, dono de títulos importantes na carreira e da marca de primeiro maranhense convocado para defender a Seleção em um Mundial.

A Copa do Mundo lhe reservará outra honra. Wesley vestirá a camisa 2 da Seleção, um número que passou por Bellini em 1958, Jorginho em 1994 e Cafu em 2002. A responsabilidade é proporcional ao tamanho da história.

Para quem sobreviveu a reprovações em peneiras, viu uma promessa do Real Madrid ficar apenas no papel e iniciou a carreira profissional recebendo R\$ 200 por mês, carregar esse legado é uma dádiva.



WESLEY

Wesley Vinícius França Lima

Nascimento: 6/9/2003

Local: Açailândia (MA)

Número da camisa: 2

Clube: Roma (ITA)

Estreia na Seleção: 20/3/2025

Brasil 2 x 1 Colômbia — Eliminatórias

Minutos em campo: 378

Jogos: 7

Gol: nunca marcou

Participações em Copas: estreante

Principais títulos: Série A do Campeonato Brasileiro (2025), Libertadores (2022 e 2025), Copa do Brasil (2024 e 2022), Supercopa do Brasil (2025) e Campeonato Carioca (2024 e 2025)

Ele é o treinador em campo

DANILO

Danilo Luiz da Silva

Nascimento: 15/7/1991

Local: Bicas (MG)

Número da camisa: 13

Clube: Flamengo

Estreia na Seleção: 10/9/2011

Argentina 0 x 0 Brasil — Amistoso

Minutos em campo: 5.564

Jogos: 69

Gol: 1

Participações em Copas: 2 (2018 e 2022)

Principais títulos: Libertadores (2011 e 2025), Liga dos Campeões (2016 e 2017), Mundial de Clubes da Fifa (2016), Campeonato Inglês (2018 e 2019), Campeonato Espanhol (2017), Campeonato Italiano (2020), Supercopa da Uefa (2017), Copa da Inglaterra (2019), Copa da Itália (2021 e 2024), Campeonato Português (2012 e 2013), Campeonato Brasileiro (2025), Copa do Brasil (2010)

Deixou a Juventus em 2025, mas manteve o nível de atuação no Flamengo. Danilo também costuma aparecer quando os holofotes estão mais fortes. Foi assim na final da Libertadores de 2025, quando marcou de cabeça o gol do título contra o Palmeiras. Jogadas pelo alto, aliás,



Uma profecia o levou à Seleção

Roger Ibañez talvez seja o personagem mais improvável da lateral direita da Seleção. Antes de atuar na Roma, vestir a camisa do Fluminense e conquistar espaço no futebol italiano, o gaúcho de Canela era apenas mais um garoto tentando sobreviver na terceira divisão do Rio Grande do Sul. Na época, sonhava em jogar no meio-campo. Até ouvir uma “profecia” do treinador Edmilson Silva, nos tempos de Players RS: dificilmente chegaria à Seleção como meia, mas poderia alcançar voos mais altos se aceitasse atuar como zagueiro. Aceitou o conselho e teve a carreira mudada.

A ascensão foi meteórica. Passou pelo Fluminense, ganhou projeção na Itália com Atalanta e Roma e chegou à Seleção. Hoje, aos 27 anos, o defensor do Al-Ahli se apresenta como uma das soluções mais versáteis de Ancelotti. Destro, forte na marcação e acostumado a atuar por diferentes setores da defesa, tornou-

IBAÑEZ

Roger Ibañez da Silva

Nascimento: 23/11/1998

Local: Canela (RS)

Número da camisa: 24

Clube: Al-Ahli (Arábia Saudita)

Estreia na Seleção: 26/9/2022

Brasil 5 x 1 Tunísia — Amistoso

Minutos em campo: 233

Jogos: 6

Gol: nunca marcou

Participações em Copas: estreante

Principais títulos: Uefa Conference League (2022), Copa Saudita (2026) e Liga dos Campeões da Ásia (2025 e 2026)

-se uma alternativa para reproduzir na lateral uma função semelhante à desempenhada por Militão.

Mais um formado na escola italiana, após passagens por Atalanta e Roma, chega à Copa com o selo de qualidade de um dos campeonatos mais exigentes para defenso-



res. Quando for utilizado por Carlo Ancelotti, a tendência é que tenha responsabilidades mais voltadas à proteção do sistema do que ao apoio constante ao ataque. É forte nos duelos individuais, veloz nas coberturas e confortável atuando por dentro ou aberto pela direita.

ESPORTES



Equipe brasileira enfrentou oscilações, mas confirmou resultado positivo na primeira rodada do torneio

LIGA DAS NAÇÕES

Apoiada por torcida empolgada no Nilson Nelson, Seleção Brasileira Feminina supera até falta de luz no ginásio para estreiar com triunfo diante da Holanda. Hoje, equipe verde-amarela encara o time da República Dominicana

Brasília embala vitória do Brasil

LUCAS ALARCÃO

A Seleção Brasileira começou com vitória a caminhada na Liga das Nações de Vôlei (VNL). Ontem, o Brasil derrotou a Holanda por três sets a um, com parciais de 25/17, 25/15, 25/27 e 25/23, diante de um Ginásio Nilson Nelson com bom público, em Brasília. A oposta Julia Bergmann liderou o triunfo brasileiro com 24 pontos.

O resultado coloca o Brasil em boa posição logo na abertura da etapa brasileira da competição. A equipe comandada por José Roberto Guimarães volta à quadra hoje, contra a República Dominicana. Já a Holanda enfrenta a Turquia, na sexta-feira. A programação da Liga das Nações segue até domingo, enquanto a disputa masculina será realizada entre 10 e 14 de junho, também na capital federal.

Empurrada por uma torcida pulsante desde a execução do hino nacional, a Seleção Brasileira iniciou a partida em ritmo forte. O primeiro ponto saiu com Ana Cristina, mas a Holanda conseguiu equilibrar as ações nos minutos iniciais. A reação brasileira veio após o empate em 9/9. Com uma sequência positiva, o time abriu vantagem no placar e passou a controlar o set, encerrado em 25/17.

O domínio aumentou na segunda parcial. Mais agressivo no ataque e eficiente nos momentos decisivos, o Brasil rapidamente construiu uma margem confortável. A equipe liderou os principais fundamentos da partida, principalmente nos ataques, bloqueios e saques, enquanto o apoio vindo das arquibancadas

acompanhava o crescimento das donas da casa. Com tranquilidade, a seleção fechou o período em 25/15.


A terceira parcial seguiu com superioridade brasileira, mas a Holanda resistiu. As europeias chegaram a abrir três pontos. Porém, o Brasil virou e assumiu a liderança em 21/20. Neste momento, uma queda de energia interrompeu a partida com o placar marcando 22/21 para a equipe anfitriã.

Após a paralisação, a Holanda retornou melhor e aproveitou as oportunidades nos pontos decisivos. As visitantes chegaram a comemorar o set, mas um toque na rede anulou o lance. Pouco depois, as holandesas voltaram a converter a vantagem e venceram a parcial por 27/25, prolongando o confronto em Brasília.

O quarto set começou favorável às europeias, impulsionadas pela confiança adquirida após a recuperação. A Holanda abriu quatro pontos, mas as mudanças promovidas por José Roberto Guimarães recolocaram o Brasil no jogo. Com destaque para Julia Bergmann, autora de 24 pontos, Tainara, com 21, e Julia Kudies, com 20, a Seleção Brasileira retomou o controle da partida, venceu por 25/23 e confirmou a vitória na estreia.

“A Holanda tem jogadoras experientes. Sabíamos que seria difícil. Estamos em uma fase de crescimento. As adversárias nos colocaram sob pressão o tempo inteiro, mas acredito que estamos evoluindo. Com a vitória, só temos que pensar no jogo de amanhã (hoje)”, afirmou Rosamaria.

* Estagiário sob a supervisão de Danilo Queiroz



A retirada dos kits para os nossos pequenos atletas acontece neste sábado. Não perca o prazo!

Data: 06 de junho (sábado)

Horário: das 10h às 22h

Local: Taguatinga Shopping 2º Piso (entre as lojas Teens Kids e Malwee Kids)

ATENÇÃO: Para a retirada do kit, é obrigatória a apresentação de um documento com foto do responsável e o comprovante de inscrição (impresso ou digital).

ABERTO DE BRASÍLIA

Divulgação



Maria Eduarda Moretti terá estreia profissional aos 14 anos

Torneio reúne presente e futuro

Entre as tenistas de 10 países presentes no Aberto de Brasília – ITF W15, duas representantes da casa chamam atenção por trajetórias distintas, mas unidas pelo mesmo objetivo. Enquanto a experiente Luiza Fullana retorna às quadras da capital como uma das principais brasileiras do ranking mundial, a adolescente Maria Eduarda Moretti vive os primeiros passos da carreira profissional diante do público local.

Disputado nas quadras rápidas da Arena Mané Garrincha até domingo, o torneio integra o circuito da Federação Internacional de Tênis (ITF) e transforma Brasília em ponto de encontro de atletas da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e outros países da América do Sul. Para o tênis candango, a competição representa uma rara oportunidade de observar, lado a lado, o presente e o futuro da modalidade.

Aos 14 anos, Duda Moretti é a mais jovem da chave principal. A tenista conquistou a vaga por meio do pré-classificatório organizado pela Federação Brasileira de Tênis. Aluna da Dumont Tênis e represen-

tante do Iate Clube de Brasília, ela chega ao primeiro torneio profissional da carreira após acumular resultados expressivos em competições nacionais e sul-americanas.

A estreia entre as profissionais coroa uma rotina intensa de preparação. O desafio, agora, será enfrentar adversárias mais experientes e testar o potencial em um ambiente muito próximo ao encontrado nas categorias mais altas do circuito.

Se Duda simboliza o futuro, Luiza Fullana representa a consolidação do tênis brasileiro. Aos 25 anos, a atleta ocupa a 508ª posição do ranking da Associação Feminina de Tênis (WTA) e soma cinco títulos.

De volta a Brasília após quase três anos sem competir na cidade, Luiza destaca o significado especial da participação diante da torcida local. “Particularmente, amo jogar no Brasil, é sempre uma honra poder atuar com a torcida a favor. Não jogo aqui desde 2023, então estou muito empolgada com essa oportunidade, por ter meus familiares e tanta gente vindo aqui me prestigiar”, afirmou ao **Correio**.

Imagens meramente ilustrativas

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Vazia até 10h45 HBr, quando ingressa em Aquário. O despertar seria, teoricamente, o início da vigília produtiva, e por força do hábito o tratamos assim, então a mente se prepara para o dia fazendo planos, discutindo e argumentando subjetivamente com as pessoas envolvidas em nossos planos, ou com as que eventualmente os atrapalham; o corpo vai ficando alerta e as emoções nos enchem de vigor. Quando, porém, o início do "dia útil" acontece com a Lua Vazia, naturalmente o físico, mental e emocional entram em recessão, mas como a agenda produtiva da civilização nos obriga a continuar em modo mecânico, como engrenagens do sistema, ficamos com um problema para resolver, produzir sem a mínima vontade. Além de discutir a redução da carga horária de trabalho, há de se discutir também uma organização do tempo que fundamente uma civilização melhor.

ÁRIES
21/03 a 20/04

É bom que surjam as questões práticas para sua alma não se enredar em ilusões que só consumiriam tempo e energia e não dariam nenhum resultado compensador. As questões práticas parecem frustrar, mas são uma bênção.

TOURO
21/04 a 20/05

É lindo viver emoções intensas, porque a alma se sente mais viva e envolvida com os acontecimentos. Essas emoções não duram muito tempo, porque logo depois a realidade concreta exige medidas práticas e organizadas.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

A segurança que você busca não está disponível nesta parte do caminho e, por isso, seria melhor renunciar a ela, mesmo que de forma temporária, porque assim você evitará cair no conto que as pessoas inventam.

CÂNCER
21/06 a 21/07

A tentativa de colocar tudo em pratos limpos pode ser um tiro saindo pela culatra nesta parte do caminho. É difícil conter a boa vontade, mas pelo menos dá para se desapegar dos resultados. Isso é possível.

LEÃO
22/07 a 22/08

Guarde segredo sobre suas reais intenções e não se intimide com a visão de que tudo pareça ir na direção contrária dessas. O cenário é instável e irá se consolidando ao longo dos próximos dias. Cabeça no lugar.

VIRGEM
23/08 a 22/09

Mesmo que as pessoas estejam cheias de boas intenções, se a responsabilidade pelos resultados recair sobre suas costas, determine com vigor seus limites e pretensões, para elas não agirem de forma leviana.

LIBRA
23/09 a 22/10

Para entender a verdadeira intenção das pessoas, que quase sempre não é a que se manifesta com evidências, mas através de gestos sutis, sua alma precisa estar atenta ao que é dito nas entrelinhas. Afí está a verdade.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

A vida é generosa e emite sinais para nossa humanidade ficar de sobreaviso sobre o que seria propício fazer ou não. Quando você se precipita, deixa de levar em consideração o que esses sinais transmitem. Melhor não.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Querer muito que algo aconteça não é sinônimo de ter força mental suficiente para fazer acontecer, e quando isso é assim, sua alma corre o risco de se convencer de que pode o que, de fato, estaria fora do alcance.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Nem todas as pessoas convincentes têm a razão ou apresentam as melhores propostas, muitas delas são apenas sedutoras, e por trás de toda sedução serpenteia alguma mentira, um engano maquiado de oportunidade.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

A mesquinha de certas pessoas provoca perrengues que sua alma não seria obrigada a administrar mais, porém, são reais o suficiente para não passarem despercebidos. A percepção resulta em responsabilidade de arrumar.

PEIXES
20/02 a 20/03

As lindas propostas que lhe são feitas vêm envolvidas com assuntos que precisam ser conversados direito, para não deixar pontas soltas que depois, com certeza, se transformariam em inconvenientes irritantes.

ARTES VISUAIS

Divulgação



Pintura de Patrícia Medeiros: em sintonia com a Copa do Mundo de Futebol

Arte em campo

» EDUARDA BRANDÃO*

Brasília recebe a exposição coletiva *Copa, Corpo e Cor*, que reúne obras de 21 artistas em uma homenagem visual ao universo do futebol e às emoções despertadas pela Copa do Mundo. A mostra pode ser visitada, de forma gratuita, até 26 de junho na The Gallery Fernanda Curado, localizada na SCLN 307, Bloco A, salas 5 a 7, na Asa Norte.

A proposta da exposição surgiu a partir de um desafio lançado pela galerista Fernanda Curado aos artistas participantes. "Há pouco mais de dois meses desafiei artistas a saírem de suas zonas de conforto e produzirem uma obra com o tema Copa do Mundo de Futebol. A princípio, alguns ficaram desconfiados, mas, com o passar dos dias, abraçaram a ideia e produziram obras sensacionais", conta. Com curadoria voltada ao diálogo entre arte, corpo e cultura esportiva, a mostra propõe uma reflexão sobre como o futebol ultrapassa os limites dos estádios e se transforma em elemento de memória afetiva, expressão cultural e identidade coletiva. Segundo Fernanda, o tema desperta uma conexão imediata com o público brasileiro. "A Copa do Mundo é nossa. Não tem como não entrar nesse clima. As imagens expostas permitem vivenciar o desejo de todo brasileiro: vencer a Copa do Mundo", destaca.

Um dos destaques da mostra é a obra de Patrícia Medeiros, que

EXPOSIÇÃO COLETIVA "COPA, CORPO E COR"

Até 26 de junho, na The Gallery Fernanda Curado – SCLN 307, Bloco A, salas 5 a 7, Asa Norte, Brasília. Entrada gratuita.

sintetiza a emoção característica das grandes decisões do futebol. "Ela mostra o atleta cobrando uma penalidade máxima, a concentração do goleiro e o coração do cobrador pulsando no gramado, com toda a torcida ao fundo. É um momento de total concentração e silêncio, em que apenas o coração pulsa", descreve Fernanda.

Entre os artistas participantes também estão: Alda Carvalho, Ana Helena Fragomeni, Claus, Dionísio João, Eusánete Sant'Anna, Fernando Lopes, Graça Martins, Gui Martins, Higor Vasconcelos, Imaki, Jeová Nunes, Kristina Fleury Ivanova, Luiz Souza-Ratão, Mariah Campolina, Murilo Frade, Rose Ornelas, Ruzza, Selvita, Sibeli Rebelo e Tereza Dalla.

O diferencial da exposição é a diversidade de técnicas presentes nas obras. Pintura a óleo, colagem, aquarela, escultura, acrílica e desenho dividem espaço em uma mostra que convida o visitante a experimentar diferentes olhares sobre o futebol.

*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Quero derreter-me em ti,
estar tão terrivelmente perto de ti
que o meu próprio eu
desapareça

Anais Nin

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

7			3	1				6
4		1		8				7
	3		6					
		5						
3		2				9	5	
8				5			4	
					4	2		
		4	7					
1				6				3

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Cantor que popularizou o xaxado	Sambista nato		Símbolo colorido na bandeira olímpica	Modelo de gerência de leilões da ANP
	Soluções improvisadas (pop.)			
Local de sofrimento e provação (p. ext.)	Americio (símbolo) Petróleo, em inglês		Max (?), físico alemão	
Caçoar; debochar				Formato do barbeador manual "(?) to the Hills", sucesso do Iron Maiden
Expoente do vôlei masculino brasileiro			Estado nortista Objeto da pecuária	
		George Soros, investidor húngaro		Punta del (?), cidade uruguaia
"Muito", em "poligamia"	Setor de hospitais Dar (?) luz: parir		"The (?)", inscrição no final de filmes	
				Identificação natural com alguém
Privados de sorte Sinal aritmético	Ligar; juntar	Animal símbolo da família Stark (TV)	Tenente (abrev.)	
			Moles; macias	
			Objeto de especulação da redação do Enem	Fécula para preparar mingaus
Meia do time do Fluminense (2026)		Árvore anã cultivada em vaso Repetição		
Elemento da frase	Efeito do megafone		Roedor de esgotos Pablo Neruda, poeta	
Que envolve concordância do casal	Consoante que não antecede "B" e "P"	"(?) Virada", canção de Chitãozinho e Xororó		

BANCO 3/rend — oil — run. 4/born — este. 6/donsal. 16 © Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

I	L	F	G	C
H	A	A	P	S
E	S	T	R	A
P	A	I	N	S
C	O	M	O	D
L	S	A	V	A
I	S	G	E	C
E	N	U	M	E
P	E	R	O	N
S	R	T	A	T
V	I	A	B	I
A	D	E	L	E
S	O	M	F	A

SUDOKU DE ONTEM

3	8	2	6	7	5	9	4	1
5	6	9	4	1	3	2	8	7
1	4	7	9	2	8	6	3	5
6	9	1	2	3	7	4	5	8
4	2	5	8	6	1	3	7	9
8	7	3	5	9	4	1	6	2
9	3	4	7	8	2	5	1	6
2	1	8	3	5	6	7	9	4
7	5	6	1	4	9	8	2	3

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br

Diversão & Arte

O GRUPO GILSONS DESEMBARCA NA CAPITAL, NO ULYSSES CENTRO DE CONVENÇÕES, COM NOVA TURNÊ DO PROJETO EU VEJO LUZ EM MAIOR PROPORÇÃO DO QUE EU VEJO A ESCURIDÃO

Acho que a nossa MPB vive nessa constante retroalimentação, que eu acho que é a coisa mais linda.

Vamos nos alimentando da nossa história, das referências mais antigas, e, ao mesmo tempo, vamos bebendo de tudo o que está acontecendo"

Francisco Gil,
integrante do grupo Os Gilsons

Os Gilsons chegam a capital nesta quinta-feira

EMBAIXADORES DA MÚSICA JOVEM

» MARIANA REGINATO

Com a música no DNA, os Gilsons, trio formado por José Gil, Francisco Gil e João Gil, filho e netos de Gilberto Gil, tem apresentação marcada na capital, no Centro de Convenções Ulysses. O grupo apresentará canções do novo projeto *Eu vejo luz em maior proporção do que eu vejo a escuridão* e sucessos do primeiro disco, como *Várias queixas*, *Love love* e *Deixa fluir*. Os Gilsons marcam a nova geração da MPB com identidade que mistura os ritmos brasileiros com pop, samba e influências contemporâneas.

Francisco Gil, vocalista e violonista do trio, conversou com o Correio sobre o amadurecimento do grupo, a chegada de uma nova onda de artistas na música popular brasileira e sobre a relação do trio com a capital.

Entrevista // Francisco Gil

Vocês estão iniciando uma turnê por mais de 30 cidades. Como vocês percebem a recepção da música brasileira em culturas tão diferentes?

Olha, a gente sente que, de alguma forma, já se tornou uma espécie de embaixadores dessa juventude que faz música brasileira. E sentimos muito isso porque, quando chegamos fora, percebemos que entramos num lugar de preencher essa saudade de casa dos brasileiros que encontramos mundo afora. Isso é muito forte nas turnês internacionais. Sentimos que preenchemos esse lugar, o que é muito bom. E os gringos também, todos que vão,

se alimentam nessa brasilidade não só da nossa parte, mas muito também por causa do público. É lindo ver isso acontecer. E, aqui no Brasil, sentimos a pluralidade que é o país e a forma como ele se abraça. Como vamos nos encontrando na estrada e nos surpreendendo com a recepção calorosa do público é muito lindo. Rodar o Brasil é uma dádiva, cada vez gostamos mais e queremos ir para lugares novos.

Vocês acumularam indicações ao Grammy Latino, Prêmio Multishow e palcos como Rock in Rio e Lollapalooza. Em algum momento, vocês dimensionaram que o projeto ganharia essa proporção global tão rápido?

A gente nunca imaginou, lá no início, que chegaria nesse lugar. Bem sinceramente, o projeto nasceu de um lugar muito despretenso; um projeto que nem tinha a intenção de ser um projeto. Começou com um show, evoluiu para um segundo, já ganhou um nome e, aí, fomos seguindo e fazendo. Acho que essa é a maior beleza, a beleza da despreensão, porque ela permite espaço para o genuíno, para o espontâneo. E ainda mais se tratando de um encontro, que não é sobre o que é espontâneo para mim, para o José ou para o João, mas o que é espontâneo no encontro de nós três. Então, isso carrega muito da nossa história, da nossa história familiar e da nossa infância. E, ao chegar nesses lugares, ficamos olhando para aquelas crianças, para aquelas brincadeiras, e vendo até onde elas nos levaram. Ficamos muito orgulhosos de tudo isso.

Esse novo show promete reunir os grandes sucessos da carreira com as canções do álbum recém-lançado. O que esse novo trabalho traz de

amadurecimento em relação ao primeiro álbum?

Esse trabalho por si só já é um amadurecimento, um progresso da nossa sonoridade e da nossa vida enquanto banda. Então, é muito natural que isso se reflita ali, muito por termos conquistado confiança no nosso trabalho graças ao público. O público vai nos ajudando também a construir essa sonoridade, porque passamos a entender onde surpreendê-lo e onde agradá-lo. Então é um show muito fiel a essa característica de queremos trazer coisas novas, mas, ao mesmo tempo, abraçar a nossa história. É trazer o público para um lugar em que quem já escuta Gilsons se sintam confortável, embora a gente ouse realmente em trazer as músicas todas novas do disco. Costumamos até pedir licença para tocá-las, mas temos sido abraçados de uma maneira muito positiva. E esse amadurecimento também se reflete no show em si. Agora, por termos conquistado essa possibilidade, temos trabalhado muito a questão das luzes e dos telões, que exibem os nossos filmes e as nossas coisas. Contamos uma história no show; ele tem uma narrativa muito bonita.

Carregar o DNA da família Gil na música é uma grande responsabilidade e vocês conquistaram uma identidade própria. Como vocês avaliam o papel dos Gilsons na renovação da MPB?

Acho que a nossa MPB vive nessa constante retroalimentação, que eu acho que é a coisa mais linda. Vamos nos alimentando da nossa história, das

referências mais antigas, e, ao mesmo tempo, vamos bebendo de tudo o que está acontecendo. Então vemos muito do que fazemos se tornando referência para outros trabalhos, e os outros trabalhos se tornando referência para nós e para todos os artistas. Acho que se trata de termos entrado nessa roda. Entramos em um espaço em que essa retroalimentação ocorre constantemente. O mais bonito disso tudo é hoje termos uma cena aquecida e que se aquece por si mesma. Temos muitos amigos e artistas lançando discos maravilhosos, e ficamos escutando e encontrando essas pessoas. É maravilhoso. Nesse final de semana mesmo teve um festival e encontramos lá a turma do BaianaSystem, a do Lagum, a Marina Sena, Os Garotins estavam lá, a Anavítoria... uma turma toda que sempre estamos encontrando. Agora, com esse show novo rodando, estamos voltando a fazer festivais. É muito bom ver isso acontecer.

Qual a relação do grupo com Brasília?

A nossa relação com Brasília começa lá atrás. Imagino que para os meninos também, mas muito de quando seu Gilberto [Gil] foi para o ministério. Foi a primeira vez que fui a Brasília, o José também. Então, tem um peso da cultura nesse lugar. Eu não diria nem exatamente político, mas digo da cultura enquanto algo essencial, como diz o meu avô: algo ordinário, uma necessidade básica mesmo. Então, existe um lugar de ver a cultura com seriedade. Quando chegamos em Brasília, somos recebidos de uma maneira maravilhosa. A gente ama tocar em Brasília. Ela coloca para nós esse lugar da música como ofício, como uma coisa séria mesmo. Acho lindo.



Fórum de Lisboa realiza sua maior edição e marca posição pela regulação da IA

Ana Maria Campos/CB/D.A Press

ANA MARIA CAMPOS
 Enviada especial

Lisboa — O Fórum de Lisboa, realizado na capital portuguesa entre 1º e 3 de junho, produziu a maior edição de sua história, com 2435 credenciados, 432 palestrantes, num total de 2867 participantes que puderam escolher os temas de suas preferências em 70 painéis na reitoria e nos anfiteatros e auditórios da Faculdade de Direito de Lisboa.

Os números foram apresentados no evento de encerramento ontem, pelo anfitrião, o ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF). O evento surgiu como Fórum Jurídico, tornou-se Fórum de Lisboa, numa pretensão de envolver outros campos do conhecimento, e agora deve crescer. “Modéstia, às favas: Fórum Mundial”, afirmou Gilmar.

Em 2027, o encontro chega à 15ª edição, e na data comemorativa, o ministro quer fazer um evento ainda maior em Lisboa. A data já está definida 5, 6 e 7 de julho. Já tradicional no calendário internacional, o evento é organizado pelo IDP, pelo Lisbon Public Law Research Centre (LPL) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário – FGV Justiça (FGV),

Ainda não há tema definido para 2027. Neste ano, as palestras e debates focaram a Nova Ordem Internacional: tecnologia e soberania: desafios democráticos, econômicos e sociais. Houve a participação de dois ministros do STF na ativa, Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, além de dois aposentados, Ricardo Lewandowski e Luis Roberto Barroso, que chegaram à presidência.

Também houve a presença de 12 ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e três do Tribunal de Contas da União (TCU), além de estrelas internacionais, como o jornalista Thomas Friedman, colunista de assuntos internacionais do *New York Times*, detentor de três Prêmios Pulitzer, e o Nobel de Economia, Joel Mokyr.

O principal foco dos debates foi o uso de Inteligência Artificial (IA) e o poder de manipulação das redes sociais e das big techs. Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e o ministro Luis Felipe Salomão, futuro presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ),



Ministro Luis Felipe Salomão, vice-presidente do STJ, e Alexandre de Moraes, na abertura do XIV Fórum de Lisboa

Divulgação/Fórum de Lisboa



Gilmar Mendes e Hugo Motta no primeiro dia de evento realizado em Portugal

defenderam uma regulação das redes para impedir manipulações. “A partir dos algoritmos se faz a manipulação de dados para se realizar uma verdadeira lavagem cerebral nas chamadas bolhas”, afirmou Alexandre de Moraes. “Um poder como esse precisa ser controlado. Não há atividade econômica na história da

humanidade com tanto impacto na sociedade que não tenha sido regulado”, destacou.

Presente na abertura do XIV Fórum de Lisboa, na última segunda-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), prometeu levar a votação ainda neste mês de junho o marco legal da IA.

Ana Maria Campos/CB/D.A Press



Reitoria da Faculdade de Direito de Lisboa, onde é realizado o encontro

Por sugestão da empresária Luiza Trajano, que também esteve em Lisboa, as próximas edições produzirão um documento final e uma comissão vai trabalhar para produzir resultados propostos. É uma proposta para que as ideias possam se tornar realidade.



ENTREVISTA — MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

“Os tribunais precisam dar respostas instantâneas contra as fake news”

ANA MARIA CAMPOS,
Enviada especial

Lisboa - O ministro Luis Felipe Salomão, hoje vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e coordenador acadêmico da FGV Justiça, acompanha desde o lançamento em 2012 o Fórum de Lisboa que teve nos últimos três dias a 14ª edição.

Neste ano, Salomão, que assume a presidência do STJ em agosto, esteve, como nos anteriores, em várias atividades na “semana brasileira” na capital portuguesa. Participou de debates em vários temas e abraçou em seus pronunciamentos a defesa de uma regulação da inteligência artificial, como mostrou ser a bandeira dos ministros Gilmar Mendes, anfitrião do evento, e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O tema desta edição desperta muitas análises e perspectivas sobre um futuro desconhecido com o avanço cada vez mais rápido da tecnologia. No discurso de encerramento, o ministro ressaltou que, mais do que apontar soluções, é preciso descobrir quais são as dúvidas. “Não são as perguntas que movem o mundo. São as perguntas”, disse Salomão.

Muito se falou no Fórum sobre regulação das redes sociais, das plataformas digitais e o presidente da Câmara, Hugo Motta, saiu dizendo que vai levar à votação o marco legal da IA ainda nesse mês. Como o senhor avalia que seria o melhor caminho, as regras desse projeto?

Esse debate está sendo feito no mundo inteiro sobre a necessidade de regulação de alguns temas relacionados a plataformas digitais e também de inteligência artificial. Houve um projeto de lei criado por uma comissão de juristas que trabalhou nesse tema da inteligência artificial. Esse projeto de lei foi encaminhado, teve a presidência do ministro Ricardo Cueva, que é um entendedor do assunto, foi encaminhado ao Parlamento e está lá. Para ser tratado junto com — não são excludentes, se somam oportunamente — o projeto que trata da reforma do Código Civil que também tem alguma regulação em torno da IA, principalmente no livro de direito digital, que vai conversar com outros temas, como contratos digitais, a herança

Ana Maria Campos



digital, enfim, temas da atualidade. Então, esse projeto é a base do que vai ser votado pelo Parlamento e está em linha com as principais legislações do mundo, estabelecendo formas responsáveis da utilização da tecnologia, eliminando o que se chama de opacidade, conferindo transparência algorítmica para que não haja discriminação ou uso indevido da ferramenta, respeitando direitos autorais, respeitando direito de imagem. Então, esse projeto está bem equilibrado, bem balanceado. Só não foi ainda votado porque há alguma resistência de parte de algumas dessas empresas de plataforma digital, mas que eu acho que agora, com essa deliberação do presidente da Câmara, a coisa vai avançar.

Diante desse momento em que o Brasil está ameaçado por um novo tarifaço, questionamento sobre o Pix, qual a importância de se defender a nossa soberania?

Esse conceito de soberania está passando por algumas metamorfoses no mundo moderno. Porque quando você cria, por exemplo, uma moeda mundial, uma criptomoeda, criptoativos, contratos que têm transnacionalidade, que hoje mercados são comuns entre vários países, não existe mais aquela rigidez do controle de território, de soberania como existia no conceito antigo de direito internacional. Hoje nós evoluímos, para o bem ou para o mal, mas nós

evoluímos. E nós temos hoje é que adaptar esse sistema que estamos vivenciando, que é inevitável a evolução, com o que vem acontecendo também no plano fático, do mundo fenomênico. Nós estamos vivendo guerras em determinados países, experiências de poderio econômico, disputas fragmentárias entre grandes potências com base na economia, produtos específicos, terras raras, por exemplo, que são disputados porque são matéria-prima para foguetes. Nós estamos vendo a questão da mudança da matriz energética. Tudo isso tem uma interferência grande nisso que você está mencionando.

E o Brasil nesse contexto?

É um player mundial. Acho que não há risco. Somos um dos maiores PIBs do mundo, uma das maiores economias do mundo, um dos maiores regimes democráticos do mundo.

Muito se falou também de manipulação pelas redes sociais. Estamos em ano eleitoral em que a IA vai ser usada e abusada, como diz o Gilmar, nas campanhas eleitorais. Como a Justiça está se preparando para impedir que o eleitor seja manipulado?

O que acontece no processo eleitoral é que existe Justiça Eleitoral para garantir igualdade de condições na propaganda e

também garantir a lisura do pleito eleitoral, do resultado das eleições. É para isso que existe Justiça Eleitoral, uma das únicas do mundo, com a respeitabilidade que nós temos. E, claro, sofre a interferência das tecnologias, da IA, que manipula imagem, som, vídeo instantaneamente. Então, isso tudo é matéria que nós temos que tratar tecnicamente e o Tribunal Eleitoral tem feito isso. Estabeleceu a regulação dessa matéria, a normatização, regulou propaganda, regulou os efeitos da utilização. O que é o maior desafio nesse momento, para esse tema, é a resposta rápida que o Tribunal tem que dar, porque a difusão hoje de uma notícia falsa, de uma imagem criada por inteligência artificial, utilizando essa tecnologia, é instantânea. Nós terminamos aqui, se joga absolutamente no mesmo minuto, no mesmo segundo, a imagem na internet e ganhou o mundo. Então, o grande desafio é dar respostas efetivas e instantâneas, para que haja também uma garantia de equilíbrio do pleito.

O STJ também está demonstrando preocupação em relação às fraudes, com o Prompt Injection, com uma investigação que foi aberta. Como é que o senhor avalia que isso pode ser contido?

Realmente há uso da tecnologia para o lado do mal, que vai acontecer, não é a primeira vez, não vai ser a última. Para quem não está ainda familiarizado, essa injeção de prompt é uma manobra que alguém que se utiliza do sistema de justiça, que pode fazer colocando um comando em branco dentro de um papel, de uma petição eletrônica, que vai ser enviada ou para o juiz, ou até para o outro advogado da outra parte, com um comando para desconsiderar determinadas medidas e elaborar uma decisão que seja favorável à parte, ou a peça de defesa que não reconheça o direito ou reconheça o direito da outra parte. Tem que tomar muito cuidado, é apenas uma das manobras. É um caso de polícia, eu tenho dito isso. Precisa verificar quem fez e punir, punir criminalmente, punir se for advogado, se for a parte, seja lá quem for. Tem que punir também disciplinarmente, encontrar e responsabilizar quem fez essa utilização. E os nossos sistemas internos têm que estar também preparados — e estão — para coibir esse tipo de fraude.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Geraldo Magela/Agência Senado



Uma nova indicação de Messias ao STF apenas com votos garantidos

A aposta entre advogados é de que o presidente Lula só vai encaminhar novamente ao Senado a indicação do nome do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, para a vaga no STF, com uma larga margem de votos necessários e um acordo com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP). E, ainda, vai precisar de uma liminar do STF para garantir a legalidade da indicação do mesmo nome na mesma legislatura. De Lisboa, o ministro Gilmar Mendes voltou a dizer que o problema de Messias não é currículo. A rejeição se deve a um embate com o Legislativo comandado por Alcolumbre.



Divulgação

Na fila

Um dos nomes cotados para comandar a AGU na hipótese de Jorge Messias emplacar como ministro do STF, a procuradora-geral federal, Adriana Venturi, foi muito aplaudida ao participar de um dos painéis do XIV Fórum de Lisboa. Muita gente aposta que ela é a primeira da fila.

"A polarização extrema e o sectarismo corroem as bases do debate público, a desinformação e a manipulação algorítmica comprometem a formação da vontade democrática, e a relação entre os Poderes tem sido marcada por instabilidade e por embates cada vez mais fortes e frequentes. O Judiciário, em particular, vê-se diante de um paradoxo: é instado a agir como fiador da estabilidade institucional, mas, ao fazê-lo, é criticado por 'exorbitar suas competências'

Ministro Gilmar Mendes, decano do STF, na abertura do XIV Fórum de Lisboa



Rosinei Coutinho/STF

Mais um exame para selecionar juízes

A quinta edição do Exame Nacional da Magistratura (Enam) será realizada neste domingo (7/6), em todas as capitais brasileiras. No país, 31.538 bacharéis em direito se inscreveram, sendo 5.187 pessoas negras, 1.709 com deficiência (PcD), 41 indígenas e 18 quilombolas. O Enam é promovido pela Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e tem como banca examinadora a FGV Conhecimento.



Maurenilson Freire

Capital dos inscritos

São Paulo é a unidade da Federação com o maior número de inscritos, com 5.787 candidaturas. Em segundo, está o Rio de Janeiro, com cerca de 3,5 mil, seguido de Minas Gerais, com 2.420. O Distrito Federal vem em quarto lugar, com 2.388 pessoas na disputa. Do total de inscritos, as mulheres são maioria nesta quinta edição, correspondendo a 55,14% das pessoas inscritas.

Incentivo aos vulneráveis

Para o diretor-geral da Enfam, ministro Benedito Gonçalves, o Enam é essencial para democratizar o acesso à carreira e valorizar a vocação, além de ser um instrumento de correção de desigualdades.

Manual para eliminar o adversário ou se salvar

O advogado Rodrigo Queiroga lança, em 17 de junho, a 4ª edição de um livro que deve fazer sucesso por aqui no Distrito Federal, especialmente, nos próximos meses: *Manual Prático da Ação de Impugnação de Registro de Candidatura*. A obra reúne uma abordagem objetiva e aplicada sobre a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura, tema central no processo eleitoral brasileiro.



Divulgação

ENTREVISTA — RUBENS BEÇAK, professor da USP, mestre e doutor em direito constitucional e livre-docente em teoria geral do Estado

“Os Estados Unidos têm uma visão mais ampla sobre onde podem exercer sua jurisdição”

Maria Eduarda Lavocat

Amanhã entra em vigor a determinação dos Estados Unidos que classifica o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho como organizações terroristas. A medida foi

Como o senhor avalia a decisão dos Estados Unidos de classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas?

Antes de tudo, é preciso dizer que a medida não chega a causar surpresa. Ela se insere em uma sequência de decisões adotadas pelo governo federal norte-americano de classificar facções criminosas ligadas ao narcotráfico como organizações terroristas. Os Estados Unidos têm equiparado os efeitos produzidos por essas organizações aos causados por grupos terroristas tradicionalmente reconhecidos como tal, especialmente aqueles que atuam com motivações políticas. No caso do PCC e do Comando Vermelho, o entendimento das autoridades americanas é de que suas atividades produzem impactos semelhantes aos gerados por organizações terroristas. Essa equiparação tem sido uma marca da segunda gestão de Donald Trump. Facções ligadas ao narcotráfico na Venezuela, na Colômbia e no México, por exemplo, também vêm sendo enquadradas sob essa mesma lógica.

Quais critérios a legislação brasileira utiliza para caracterizar uma organização terrorista? O PCC e o Comando Vermelho se enquadram nesses requisitos?

Os critérios adotados pela legislação brasileira diferem significativamente daqueles utilizados pelas autoridades norte-americanas. No Brasil, o enquadramento de uma organização como terrorista depende dos requisitos previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016). A legislação exige que os atos tenham motivação ideológica, política, religiosa, racial ou xenófoba. Essa característica distingue o terrorismo das organizações criminosas tradicionais, cuja atuação está voltada predominantemente para a obtenção de lucro financeiro. Sob essa perspectiva, PCC e Comando Vermelho não se enquadram, em princípio, nos critérios atualmente previstos pela legislação brasileira.

Uma classificação realizada unilateralmente pelos Estados Unidos produz efeitos jurídicos no Brasil?

anunciada na quinta-feira da semana passada e endossada pelo secretário de Estado americano, Marco Rubio, que justificou a decisão afirmando que a influência das facções brasileiras “se estende por toda a nossa região e para dentro do nosso país”.

A decisão unilateral do governo norte-americano levantou questionamentos sobre

Divulgação



Uma classificação feita por um Estado, ainda que unilateralmente, pode gerar reflexos em outros países, sobretudo em um contexto de globalização e intensa cooperação internacional. Além disso, os Estados Unidos adotam uma concepção conhecida como jurisdição extraterritorial. Nessa visão, o país entende que pode agir além de suas fronteiras quando considera que interesses americanos estão sendo afetados ou ameaçados. Ao classificar facções brasileiras como organizações terroristas, os Estados Unidos sinalizam que esses grupos representam uma ameaça potencial à sua segurança ou aos seus interesses nacionais. Isso pode servir de fundamento para a adoção de medidas por parte das autoridades norte-americanas. Trata-se, de uma visão distinta daquela adotada pelo Brasil e pela maioria dos países, que defendem uma concepção mais restrita da jurisdição estatal, baseada no princípio da soberania e na limitação da atuação dos Estados ao seu próprio território ou às hipóteses previstas pelo direito internacional.

seus possíveis impactos nas relações entre Brasil e Estados Unidos, bem como sobre eventuais reflexos para a jurisdição brasileira e para os cidadãos comuns.

Para esclarecer os principais aspectos jurídicos e políticos da medida, o caderno Direito & Justiça entrevistou o professor Rubens Beçak, docente da graduação e pós graduação

da Universidade de São Paulo (USP), mestre e doutor em direito constitucional e livre-docente em teoria geral do Estado. Na entrevista, o especialista analisa os efeitos da classificação das facções, os limites da atuação extraterritorial dos EUA e o que a decisão pode trazer para a cooperação internacional no combate ao crime organizado.

Há quem argumente que essa classificação representa uma interferência em assuntos internos do Brasil. Sob a ótica constitucional e do direito internacional, existe risco de impacto à soberania brasileira?

Sim, é possível enxergar algum grau de interferência. Mas essa interferência decorre menos da classificação em si e mais da própria concepção que os Estados Unidos têm sobre o alcance de sua jurisdição e sobre a defesa de seus interesses nacionais. Historicamente, os norte-americanos adotam uma postura de atuação internacional quando entendem que seus interesses estão em jogo. Isso pode ser observado em diferentes momentos e regiões do mundo. Na atual gestão, essa postura tornou-se ainda mais evidente em relação a países como Irã, Venezuela e Cuba. Sob a ótica clássica do direito internacional, essa atuação pode ser vista como uma tensão em relação ao princípio da soberania estatal.

Quais efeitos práticos essa classificação pode produzir para cidadãos brasileiros sem qualquer vínculo com essas organizações? Há possibilidade de reflexos em políticas migratórias, emissão de vistos ou controles de fronteira?

É possível que a medida produza uma série de consequências indiretas. Quando um país como os Estados Unidos classifica determinadas organizações como terroristas, amplia-se significativamente o conjunto de instrumentos disponíveis para monitoramento, investigação e prevenção. Não se trata de imaginar uma intervenção direta em território brasileiro, hipótese pouco provável. No entanto, podem surgir medidas mais rigorosas relacionadas à entrada de pessoas nos Estados Unidos, à concessão de vistos e ao monitoramento de atividades econômicas consideradas de risco. Empresas com atuação internacional também podem enfrentar controles mais rigorosos, caso haja suspeitas de vínculos, ainda que indiretos, com atividades relacionadas a essas organizações. Da mesma forma, investigações financeiras e mecanismos de rastreamento de recursos tendem a se tornar mais intensos.

De que forma essa medida pode impactar a cooperação entre autoridades brasileiras e norte-americanas no combate ao crime organizado transnacional?

A tendência é que a cooperação entre Brasil e Estados Unidos continue existindo. Há uma longa tradição de colaboração entre os dois países em temas relacionados à segurança pública e ao combate ao crime organizado. No entanto, a partir do momento em que essas organizações deixam de ser vistas apenas como facções criminosas e passam a ser tratadas como grupos terroristas, surge um desequilíbrio conceitual entre as duas jurisdições. Enquanto os Estados Unidos passam a atuar sob a lógica do combate ao terrorismo, o Brasil continua enquadrando essas organizações como grupos criminosos comuns. Essa diferença de tratamento pode gerar tensões e desafios operacionais, tornando a cooperação menos equilibrada do ponto de vista jurídico e institucional.

Visão do Direito



Og Pereira de Souza

Advogado, especialista em direito e jurisdição pela Escola da Magistratura do Distrito Federal. Foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal

Direitos humanos, pena de morte e o novo julgamento no Irã

A moderna defesa internacional dos direitos humanos nasceu das ruínas das duas Grandes Guerras. Depois do colapso moral provocado por massacres, perseguições, campos de extermínio e pela banalização da violência estatal, a comunidade internacional compreendeu que a soberania dos Estados não poderia mais servir como escudo absoluto contra violações graves à dignidade humana. A criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, e a posterior Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, marcaram o início de uma nova etapa: a proteção da vida, da liberdade, da integridade física e do devido processo legal passou a ser preocupação legítima de toda a humanidade.

O Irã, membro da ONU desde 1945, também assumiu compromissos internacionais relevantes nessa matéria. Ao ratificar o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos,

o Estado iraniano reconheceu obrigações jurídicas relacionadas ao direito à vida, à proibição da tortura, ao julgamento justo, à ampla defesa e à necessidade de que penas extremas, onde ainda existem, sejam aplicadas apenas sob limites rigorosos. O direito internacional contemporâneo não ignora que alguns países ainda mantêm a pena de morte, mas impõe uma barreira essencial: ela não pode decorrer de processos secretos, confissões forçadas, tortura, negação de defesa técnica independente ou acusações que não envolvam crimes de extrema gravidade.

Mesmo no direito interno iraniano há normas que não autorizam uma leitura puramente automática da pena capital. A Constituição do país prevê o direito de acesso aos tribunais, o direito de escolha de advogado, a presunção de inocência, a necessidade de sentença por tribunal competente e a proibição de tortura para obtenção de

confissão. O próprio sistema jurídico iraniano, influenciado por categorias como hudud, qisas e ta'zir, também contempla possibilidades de revisão, perdão, compensação, comutação e soluções menos irreversíveis do que o enforcamento, a depender da natureza da acusação, das provas e das circunstâncias do caso.

É nesse contexto que se insere a situação de Bita Hemmati e Mohammadreza Majidi-Asl, casal iraniano condenado à morte em processo apontado por organizações de direitos humanos como marcado por graves dúvidas quanto à regularidade das acusações, à validade das confissões e ao respeito às garantias mínimas de defesa. A notícia de que a Suprema Corte do Irã teria anulado as penas de morte e determinado novo julgamento é relevante, mas não encerra o risco. A anulação não significa absolvição. Significa, antes, que a nova fase processual deve

ser acompanhada com atenção ainda maior.

Por essa razão, foi apresentado perante o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, no âmbito dos Procedimentos Especiais da ONU, o Urgent Appeal nº ziewjvi9. O objetivo é manter a comunidade internacional atenta para que o novo julgamento observe o direito à vida, a ampla defesa, a independência da advocacia, a exclusão de provas obtidas sob tortura e os padrões internacionais mínimos aplicáveis a qualquer pessoa ameaçada pela pena de morte.

A defesa dos direitos humanos não elimina a soberania dos Estados, mas lembra que toda soberania encontra limite na dignidade da pessoa humana. Quando a vida de duas pessoas depende da correção de um processo penal, o silêncio internacional deixa de ser neutralidade e passa a ser omissão.

Visão do Direito



Poliana Banqueri

Sócia da área trabalhista do Peixoto e Cury Advogados

Redução da jornada de trabalho: avanço social ou risco para o emprego?

Com a aprovação do substitutivo na Câmara e expectativa de votação no Senado, a discussão sobre a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais voltou ao centro do debate legislativo, trazendo questionamentos legítimos. Afinal, a medida pode gerar mais empregos ou trará aumento de custos e informalidade?

Antes, é necessário compreender o alcance real da proposta. Dados do Caged de 2025 revelam que 60% dos trabalhadores estão em vínculos de emprego. Esse é o universo abrangido por essa mudança. Os 40% restantes, inseridos em outros modelos de contratação ou informalidade, permanecem fora da norma.

Superado esse ponto, os setores que sentirão os efeitos mais rapidamente são aqueles que dependem fortemente do escalonamento de pessoal, com maior concentração de trabalhadores na escala 6x1: comércio varejista, serviços e segmentos da

indústria que operam em turnos.

Há dois dados contidos no parecer aprovado na CCCJ que, lidos em conjunto, revelam um aspecto fundamental sobre a potencial mudança: a sobrecarga de jornada não é distribuída de forma igualitária, e trabalhadores pretos e pardos têm probabilidade maior de estar simultaneamente na sobrejornada e na faixa de até dois salários-mínimos. Já as mulheres têm probabilidade maior de estarem nessa situação dupla. Isso demonstra que o debate é pauta de desigualdade racial e de gênero, o que o relatório chama de desigualdade estrutural, que terá papel central.

O tema fica ainda mais complexo porque não dispomos de dados robustos que permitam afirmar com segurança que uma redução de 10% na jornada impactará de forma significativa indicadores como acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Do ponto de vista econômico, também não é possível estimar com precisão ganhos de

produtividade, redução de afastamentos ou impacto sobre o déficit previdenciário.

Segundo dados do INSS, dos 471 mil afastamentos por causas relacionadas à saúde mental, cerca de 10 mil foram caracterizados como diretamente relacionados ao trabalho, uma parcela relevante, mas insuficiente para projetar os efeitos de uma mudança de jornada sobre o conjunto do sistema.

Votando às alterações práticas, a redução de 44 para 40 horas representa uma diminuição de aproximadamente 10% na carga semanal, o que pode exigir contratações adicionais ou profunda reorganização operacional, com reflexo direto no custo das empresas. Soma-se a isso o impacto financeiro decorrente da alteração do divisor de horas e do cálculo do descanso semanal remunerado, modificando verbas trabalhistas de forma transversal em todos os contratos de trabalho.

A proposta reconhece esses desafios e sugere uma implementação progressiva: 42 horas nos primeiros 60 dias após a

promulgação, chegando a 40 horas após mais 12 meses. O escalonamento não elimina os custos, mas possibilita tempo para reorganizar escalas e negociar acordos e convenções coletivas.

A redução da jornada de trabalho é uma pauta legítima e necessária, mas não pode ser tratada como solução isolada ou descolada da realidade econômica e social brasileira. Há riscos reais de aumento de custos e informalidade, mas por outro lado, ignorar as desigualdades raciais e de gênero escancaradas pela atual estrutura de jornada também não é caminho viável. Nesse aspecto, o debate deve (ou deveria) se aprofundar.

O sucesso da mudança dependerá de implementação gradual, negociação coletiva efetiva e políticas públicas que acompanhem a transformação. E, acima de tudo, de um debate que coloque lado a lado eficiência econômica e dignidade do trabalhador sem falsear dados ou prometer resultados que ainda não podemos garantir.



Visão do Direito



Ana Paula De Raeffray

Diretora vice-presidente do Instituto Brasileiro de Previdência Complementar e Saúde Suplementar e sócia titular do Raeffray e Brugioni Advogados



Sylvia Lorena Teixeira de Sousa

Advogada especializada em relações de trabalho. Gerente-executiva de relações de trabalho da Confederação Nacional da Indústria

Pejotização no STF: o divisor de águas para a autonomia privada

A discussão sobre a pejotização costuma ser conduzida de forma simplificada. De um lado, há quem a trate como sinônimo de fraude; de outro, quem a veja como solução para qualquer relação de trabalho. Nenhuma dessas posições reflete a complexidade atual. Nesse contexto, o julgamento do Tema 1389 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) representa o epicentro de uma discussão que há anos divide opiniões e uma oportunidade ímpar de estabelecer critérios claros para distinguir contratações legítimas daquelas em que a autonomia é apenas aparente.

A análise não pode se limitar ao direito do trabalho. A controvérsia envolve a interpretação da Constituição que, além de proteger o trabalhador, assegura a livre iniciativa e a liberdade de contratar. Assim, a contratação por meio de pessoa jurídica, quando corresponde a uma prestação efetivamente autônoma, insere-se nessas garantias. Presumi-la inválida de forma generalizada compromete a própria lógica do sistema constitucional brasileiro.

A prestação de serviços por PJ é uma resposta legítima às transformações econômicas. O vínculo empregatício deixou de ser a única forma de organização do trabalho. Estruturas produtivas modernas e a crescente especialização favorecem modelos diversos. Nesse ambiente, a utilização de PJs pode ser uma resposta necessária às exigências contemporâneas de produzir e inovar.

Isso não significa ignorar abusos. Há situações em que a pessoa jurídica serve apenas para ocultar subordinação e pessoalidade, elementos típicos do vínculo de emprego. Nesses casos, a atuação estatal deve ser firme. No entanto, o desafio central para o STF está em evitar que tais distorções levem à generalização indevida, tratando como ilícitas todas as formas de contratação fora do modelo clássico da CLT.

Nesse ponto, ganha destaque o ônus da prova. Presumir automaticamente a fraude em contratos civis regularmente firmados gera insegurança jurídica e enfraquece a autonomia

privada. Por outro lado, admitir que a formalização contratual afaste qualquer questionamento também não é aceitável. O caminho é exigir prova concreta da fraude por quem a alega, preservando-se a validade das relações autônomas e o princípio da boa-fé objetiva.

A falta de critérios objetivos já produz efeitos graves. Empresas enfrentam dificuldades para organizar suas atividades com previsibilidade, enquanto trabalhadores que optam por essa modalidade convivem com o risco de ter suas escolhas contratuais desconsideradas. O resultado é um ambiente de incerteza que desestimula investimentos e acaba por incentivar a informalidade.

Sob a perspectiva econômica, esse modelo contribui para uma alocação mais eficiente de recursos. Permite às empresas acessar competências específicas sem a necessidade de internalização permanente, favorecendo a produtividade. Para o prestador, pode representar maior autonomia e diversificação de clientes. Quando estruturada de forma transparente, essa relação

gera benefícios recíprocos.

A Constituição não impõe um único modelo de relação laboral; admite diferentes formas de organização. A proteção ao trabalhador permanece central, mas não pode ser um obstáculo absoluto à liberdade econômica. A pacificação do tema pelo STF, portanto, vai além da resolução de um conflito jurídico. Ao definir parâmetros sobre a licitude da contratação por PJ, a Corte conferirá a necessária estabilidade às relações produtivas. Trata-se de estabelecer diretrizes que orientem empresas, profissionais e o próprio Judiciário.

Em última análise, o desafio é adaptar o direito às transformações do mundo do trabalho. Reconhecer formas legítimas de contratação não implica relativizar direitos. É, fundamentalmente, uma escolha sobre o futuro do Brasil: um cenário que exige clareza normativa e respeito à diversidade das relações, reafirmando que liberdade econômica e proteção social podem e devem caminhar juntas.

Visão do Direito



Daniel Ângelo Luiz da Silva

Advogado e sócio-fundador do escritório Galvão & Silva Advocacia

STJ em números recordes: eficiência, filtros técnicos e o novo papel da advocacia nos tribunais superiores

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vive um momento histórico. Após encerrar 2024 com 677 mil processos julgados, a Corte superou a marca em 2025, alcançando mais de 771 mil decisões, um crescimento de 14% em apenas um ano e de 81% no acumulado recente. Os números impressionam, mas também revelam um sistema sob pressão, só em 2025, mais de 500 mil novas ações chegaram ao tribunal, que ainda carrega um acervo superior a 330 mil processos.

Esse cenário evidencia que o STJ opera no limite. Mais do que produtividade,

o que se consolida é a necessidade de filtros rigorosos para garantir o funcionamento da Corte. Nesse contexto, a chamada “jurisprudência defensiva” deixa de ser apenas técnica e passa a ser essencial. Na prática, o acesso ao STJ está cada vez mais restrito. A Corte não reexamina fatos e provas, e a aplicação da Súmula 7 impede que muitos recursos avancem. Isso exige que o Recurso Especial seja construído com extrema precisão, focado exclusivamente na violação de lei federal. Não basta ter razão, é preciso demonstrar tecnicamente o erro jurídico.

Ao mesmo tempo, o tribunal avança na consolidação de precedentes. O STJ deixa de ser uma Corte de casos para se afirmar como uma Corte de teses, julgando recursos repetitivos e fixando entendimentos que orientam todo o Judiciário. Isso fortalece a segurança jurídica, mas reduz o espaço para discussões individualizadas. A tendência se intensifica com o critério da relevância da questão federal, que deve ganhar força a partir de 2026. Inspirado na repercussão geral do STF, o mecanismo permitirá ao tribunal selecionar apenas casos com impacto mais amplo, afastando controvérsias

estritamente individuais.

Os efeitos desse cenário são diretos. Demandas sobre saúde, consumo e contratos seguem impactando a vida de milhares de brasileiros, enquanto a demora nas decisões gera insegurança e custos econômicos relevantes. O desafio do STJ será equilibrar volume e qualidade. Para a advocacia, o recado é claro: atuar nos Tribunais Superiores exige estratégia, domínio técnico e alinhamento aos precedentes. Em um ambiente de alta demanda, a excelência deixou de ser diferencial tornou-se condição de acesso à Justiça.

Visão do Direito

Gabriela Alcoforado
Advogada

Direito das pessoas com deficiência à educação assistida

A obrigação de o Estado assegurar apoio às pessoas com deficiência, frequentemente privadas de uma educação pública adequada em razão de suas limitações, decorre diretamente da *Constituição Federal* e da legislação infraconstitucional.

Ainda assim, na prática, essas garantias vêm sendo reiteradamente negligenciadas, o que impõe a ampliação da atuação jurisdicional para a efetiva tutela dos direitos de crianças com deficiência. Entre esses direitos, destaca-se o acesso ao professor de apoio, instrumento essencial para a concretização da educação inclusiva. A omissão estatal, marcada por indiferença e ineficiência administrativa, acaba por transferir ao indivíduo o ônus de recorrer ao Judiciário para obter aquilo que já lhe é assegurado por lei.

A judicialização da educação inclusiva no Brasil revela um paradoxo recorrente: embora o ordenamento jurídico assegure de forma inequívoca o direito ao atendimento educacional especializado, sua concretização ainda depende, com frequência, de intervenção judicial. A *Constituição Federal* não deixa margem para interpretações restritivas. O artigo 208, inciso III, estabelece como dever do Estado a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Trata-se de norma de eficácia plena, que não depende de regulamentação para produzir efeitos. Esse comando é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que impõem ao poder público a obrigação de assegurar profissionais de apoio escolar sempre que necessário.

Na rede pública de ensino, o acesso ao professor de apoio está condicionado ao preenchimento de formulário específico que comprove a deficiência do estudante, exigido no ato da matrícula ou de sua renovação.

Ocorre que, mesmo diante da apresentação de laudos médicos, o pleito familiar frequentemente não é atendido, prevalecendo a inércia estatal sob a justificativa de ausência de profissionais e de dependência de providências administrativas da Secretaria de Educação. Tal argumento, embora recorrente, não se sustenta juridicamente, haja vista que a burocracia interna não possui o condão de suspender ou restringir a eficácia de direitos fundamentais assegurados ao estudante. O ponto central não é a existência de uma política pública genérica de inclusão, mas a violação de um direito individual concreto, comprovado e atual.

Quando esses elementos estão presentes, forma-se o que o ordenamento jurídico

denomina “direito líquido e certo”, apto a ser protegido por mandado de segurança. Não se trata, portanto, de interferência indevida do Judiciário em políticas públicas, mas de controle de legalidade diante de uma omissão estatal específica.

Além disso, o fator tempo assume relevância decisiva. A educação não é um serviço que possa ser postergado sem consequências. A ausência de apoio pedagógico durante o período letivo compromete de forma cumulativa e, muitas vezes, irreversível, o desenvolvimento do estudante. Avaliações, interação social e aquisição de competências são processos contínuos, que não admitem compensação posterior.

Nesse contexto, a concessão de medida liminar deixa de ser excepcional e passa a ser instrumento necessário para evitar o esvaziamento do próprio direito.

A resistência administrativa costuma se apoiar, ainda que implicitamente, em limitações orçamentárias ou logísticas. Todavia, esse argumento enfrenta um obstáculo jurídico relevante: o Supremo Tribunal Federal já consolidou o entendimento de que a escassez de recursos não pode justificar a negativa de prestações estatais essenciais quando se está diante de direitos fundamentais, especialmente aqueles relacionados à dignidade da pessoa humana e à proteção de crianças e adolescentes.

Há, contudo, uma nuance importante na jurisprudência. Embora o direito ao apoio escolar seja amplamente reconhecido, a exigência de um profissional exclusivo para cada aluno depende de demonstração específica da necessidade. Essa distinção revela um ponto de equilíbrio buscado pelos tribunais entre a proteção individual e a gestão coletiva de recursos públicos. Ainda assim, a própria ausência de qualquer profissional já caracteriza violação suficiente para justificar a intervenção judicial.

O que esse cenário expõe, em última análise, é um problema de governança. A fragmentação de competências, a centralização de decisões e a ausência de mecanismos ágeis de resposta produzem um efeito previsível: o atraso sistemático no atendimento de demandas que, por sua natureza, exigem imediatidade.

O custo dessa ineficiência não é apenas jurídico, mas humano e social. A judicialização, nesse contexto, não é a causa do problema, mas seu sintoma. Ela surge quando o Estado falha em cumprir obrigações que já estão claramente definidas no plano normativo. Enquanto persistir essa distância entre norma e prática, o acesso à educação inclusiva continuará dependendo menos de políticas públicas eficazes e mais da capacidade de mobilização individual perante o Judiciário.

Visão do Direito



João Guilherme Rossi

Pós-graduado em direito processual civil pela PUC/SP, especialista em compliance e conselheiro de Assuntos Jurídicos da Fiesp

Testamento vital: autonomia do paciente ganha força no ordenamento jurídico

O envelhecimento da população brasileira e o aumento da incidência de doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e outras formas de demência, vêm ampliando o debate sobre um tema que une direito, medicina e dignidade humana: as diretivas antecipadas de vontade, popularmente conhecidas como testamento vital.

O instrumento permite que uma pessoa, enquanto plenamente capaz, registre quais tratamentos médicos deseja ou não receber caso, no futuro, fique impossibilitada de manifestar sua vontade. Embora ainda pouco difundido, o tema vem ganhando relevância. Segundo dados do Colégio Notarial do Brasil, os registros cresceram mais de 9.400% desde 2009.

Sob o aspecto jurídico, a principal novidade foi a sanção da Lei nº 15.378/2026, que instituiu o Estatuto dos Direitos do Paciente e passou a reconhecer expressamente as diretivas antecipadas de vontade no ordenamento jurídico brasileiro. Até então, a validade do instituto encontrava fundamento sobretudo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da autonomia da vontade e da liberdade individual, além das normas éticas aplicáveis à atividade médica.

A nova legislação representa um avanço relevante ao conferir maior segurança jurídica para pacientes, familiares e profissionais de saúde. O reconhecimento legal reduz incertezas sobre a eficácia das diretivas e reforça a prevalência da vontade

previamente manifestada pelo paciente, desde que observados os parâmetros do Código de Ética Médica.

Outro aspecto que chama atenção é a baixa judicialização do tema. Pesquisa realizada pela advogada Sandra Fontana em plataformas de jurisprudência e bancos de dados jurídicos identificou apenas 40 demandas judiciais envolvendo o chamado “testamento vital” no Brasil entre 2011 e 2026.

Apesar do número reduzido, os precedentes revelam uma tendência consistente dos tribunais brasileiros de reconhecer a validade das diretivas antecipadas de vontade, especialmente quando formalizadas de maneira livre, consciente e inequívoca.

Esse entendimento também encontra

respaldo no *Enunciado nº 528 da V Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal*, segundo o qual é válida a declaração feita em documento autêntico acerca dos tratamentos médicos que a pessoa deseja ou não receber caso fique impossibilitada de expressar sua vontade.

Mais do que um instrumento médico, o testamento vital constitui uma ferramenta jurídica de proteção da autonomia individual. Em uma sociedade que envelhece rapidamente, sua importância tende a crescer, tanto como mecanismo de prevenção de conflitos familiares quanto como expressão concreta do direito de cada indivíduo decidir, com dignidade, sobre os limites dos cuidados que deseja receber no final da vida.

Visão do Direito



Jacques Veloso de Melo
Advogado especialista em direito tributário

Reforma Tributária em disputa: os impactos das alterações legislativas sobre a estabilidade do novo sistema

Mesmo antes de sua implementação integral, a Reforma Tributária já se tornou objeto de intensas disputas legislativas. Propostas voltadas à alteração de aspectos relevantes do novo modelo vêm ganhando espaço no debate político, especialmente em temas relacionados ao Imposto Seletivo, aos regimes diferenciados de tributação e às hipóteses de benefícios setoriais. O movimento evidencia que a maior transformação do sistema tributário brasileiro desde a Constituição de 1988 ainda está longe de alcançar sua consolidação definitiva.

A Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, foi concebida para enfrentar problemas históricos que há décadas comprometem a eficiência da tributação brasileira.

Simplificação, transparência, neutralidade econômica e redução da litigiosidade figuram entre os principais objetivos do novo modelo, que substituirá uma estrutura marcada pela sobreposição de tributos, pela multiplicidade de regimes especiais e por um elevado grau de insegurança jurídica.

A regulamentação posterior, especialmente por meio da Lei Complementar nº 214/2025, buscou conferir operacionalidade aos novos tributos sobre o consumo — o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) — adotando mecanismos inspirados nos modelos internacionais de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O propósito central foi criar um sistema mais simples, previsível e menos suscetível a distorções econômicas.

Entretanto, a discussão em torno da reforma demonstra que a racionalidade técnica nem sempre prevalece de forma absoluta no processo legislativo. A apresentação de propostas destinadas a revisar pontos relevantes do modelo aprovado revela uma característica histórica do sistema tributário brasileiro: a permanente tensão entre a busca por regras gerais e a pressão exercida por interesses setoriais, econômicos e regionais.

Essa realidade não é nova. Ao longo das últimas décadas, o sistema tributário nacional foi sendo moldado por sucessivas concessões específicas, benefícios fiscais, regimes diferenciados e tratamentos excepcionais criados para atender demandas de determinados segmentos da economia. Embora muitas dessas medidas tenham sido

justificadas por objetivos legítimos, o resultado acumulado foi a construção de um sistema complexo, fragmentado e, frequentemente, incapaz de assegurar tratamento isonômico entre os contribuintes.

A reforma tributária procurou justamente romper com essa lógica. Ao adotar uma base ampla de incidência e mecanismos uniformes de tributação sobre o consumo, buscou reduzir disputas interpretativas, simplificar o cumprimento das obrigações tributárias e diminuir os custos de conformidade suportados pelas empresas.

Por essa razão, o verdadeiro teste da reforma não será apenas sua entrada em vigor, mas sua capacidade de resistir às pressões que historicamente contribuíram para a fragmentação do sistema tributário brasileiro.

Visão do Direito



Max Telesca
Especialista em tribunais superiores e processo penal

Análise sobre classificação de PCC e CV como terroristas pelos EUA

Esse conceito está previsto na Lei 15.358/26, que instituiu o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil. A lei brasileira que define as organizações terroristas é a Lei 13.260/2016, que caracteriza o terrorismo como a prática de atos destinados a provocar terror social ou generalizado motivados por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião.

Ou seja, são organizações que têm por finalidade promover a violência em função de motivações de cunho ideológico, político, religioso, ou seja, em razão de objetivos fundamentalmente ligados ao embate sociocultural. Trata-se, portanto, de um fenômeno cuja motivação central

tem natureza em convicções ideológicas, de pensamento, enquanto que as facções criminosas visam o lucro a partir de práticas ilícitas graves como o tráfico de drogas, de armas, de pessoas e vários outros crimes considerados graves, e hediondos, por meio de violência organizada e letal.

No entanto, a classificação efetuada pelo secretário de Estado estadunidense, Marco Rubio, é um ato unilateral do governo norte-americano que desconsidera, também por razões políticoideológicas, que essas organizações não possuem as características de um grupo terrorista. Ocorre que, mesmo se tratando de um ato unilateral que ignora a realidade e o direito brasileiro, ele pode produzir consequências

em função do peso econômico, geopolítico e militar dos Estados Unidos.

A classificação coloca as duas organizações e o Estado brasileiro em um regime especial, com efeitos jurídicos próprios. De acordo com precedente da Suprema Corte dos EUA, a questão central seria a comprovação de que o Estado brasileiro apoiaria materialmente as organizações, por algum meio, algo que se traduz numa conceituação aberta e perigosa. Seria uma discussão num conceito bastante amplo, pois poderiam ser punidas pela legislação federal penal norte-americana as condutas de apoio, facilitação, assistência, logística, financiamento ou prestação de serviços.

Assim, por exemplo, um governo de Estado, eventualmente, que tivesse agentes políticos ligados ao crime organizado, o que vem ocorrendo no Rio de Janeiro, por exemplo, em tese, poderia ser assim classificado num julgamento ou mesmo em ato do governo norte-americano com viés ideológico. Esse seria um cenário bastante drástico, mas num primeiro momento, abre campo de discussão para a aplicação de sanções econômicas como o congelamento de ativos identificados como sendo de propriedade dessas organizações e, num nível mais aprofundado, sanções econômicas, com a proibição de empresas norte-americanas de negociar com o Estado brasileiro.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 4 de junho de 2026

Para anunciar ▶ **3342-1000**
1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS
4 CASA
& SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES

6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1
IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.2 APARTAMENTOS
ÁGUAS CLARAS
1 QUARTO
MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE
ASA NORTE
QUITINETES
CLASSIFICADOS

ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

412 OPORTUNIDADE
36,87m² privativo semi-mobiliado desocupado phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

PLANO EMPREEND. IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS
PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL
4 OU MAIS QUARTOS
J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m² 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

CRUZEIRO
3 QUARTOS
PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 GUARÁ
GUARÁ
3 QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE
3 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS
SQNW 110 canto 171m privativo 4 garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE
2 QUARTOS
CLASSIFICADOS

ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SAMAMBAIA
SAMAMBAIA
2 QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE
2 QUARTOS
INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

3 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA
2 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/99112-3991 c/19540

1.3 CASAS
ÁGUAS CLARAS
4 OU MAIS QUARTOS
ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m² área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

ASA NORTE
3 QUARTOS
710 N casa térrea 3qts + (1 kit anexa) suíte 2wc bom estado 1.450.000 98121-2023 c8827

CRUZEIRO
3 QUARTOS
QD 07 Vdo exc casa reformada 3qts ste churr gar 99983-1953c3149

1.3 CRUZEIRO
4 OU MAIS QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 ste quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA
3 QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

GUARÁ
3 QUARTOS

QE 17 Conj. L. Alto padrão, 350 m² de área construída, 320 m² de terreno, 3 suítes, incluindo uma suíte master com closet e hidromassagem, além de sala 2 ambientes. 99925-1050 c25474

LAGO NORTE
4 OU MAIS QUARTOS
J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m², terreno 2.000m², 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

LAGO NORTE
4 OU MAIS QUARTOS
J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m², terreno 2.000m², 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

Curso de Departamento Pessoal e eSocial

Aprenda cada etapa do DP e eSocial em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento Dexion e eSocialWeb.

Presencial - Asa Sul Brasília - DF

61 99940-5573
1.3 NÚCLEO BANDEIRANTE
NÚCLEO BANDEIRANTE
3 QUARTOS
CLASSIFICADOS

ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY
4 OU MAIS QUARTOS
RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m² de á.constr. terreno de 2.500m² 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO
4 OU MAIS QUARTOS
PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m² c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

1.3 VICENTE PIRES
4 OU MAIS QUARTOS
RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m² cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS
LOJAS
ASA NORTE
710 Loja c/Subslo Estac vazia 145m² Só 399Mil 98121-2023 c8827
SUDOESTE
TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. >tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES
MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m². 99562-4472 cj25698

SALAS
ÁGUAS CLARAS
PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m² c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE
SRTVN 701 C.E.Norte duassalasjuntasreformadas phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

1.4 ASA SUL
ASA SUL
ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m² área comercial 3344-4112

GAMA
VENDO SALAS Setor Central-Gama 99976-4334

SUDOESTE
INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES
ASA NORTE
TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m² área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE
J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m², quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

OS MELHORES
REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 1939
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111

1.5 LAGO NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

VENDO FAZENDA FLORES DE GOIÁS
Faz. São Vicente II, 170 alqueires, 822 ha, formada em pasto. Topografia plana. Há 198 km de BSB, 17 km da BR - 020. Toda dividida com lasca de arceira e arame liso, cancela de madeira, água perene, argila 30-45%. Escriturada, GEO e CAR. Apta p/ plantio de soja, há 16 km tem lavouira de soja, região com plantio de soja. R\$ 20.000,00 o Hectare. Tr: (063) 98407-3000

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.2 GUARÁ

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

CONVICTA IMÓVES LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO | alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

2.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

SCLS 114 Loja 3 pav. 100m². Excel. Localiz. Tr: 98134-0001 c18606

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO LOJA comercial, S/Oeste de 81m2, c/ 2 banhs 99976-4334.

ALUGO PRÉDIO comercial, de 6 pavimentos c/ elevador 99976-4334.

ALUGO SALA
SCLN 309 57M2 ótimo prédio Asa Norte (61) 99865-1847 / 99989-9044 cj6956

ASA NORTE

PÁTIO BRASIL Alg sla 55m2, reformada porcel proj. iluminação wc copa R\$3.000, F:98127-1580

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

2.4 ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

AUTOCRED VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 JEEP

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.4 COMEMORAÇÕES E EVENTOS

COMES E BEBES

PERSONAL CHEFE
FAÇO DIÁRIAS preparando suas refeições da semana ou mesmo para eventos exclusivos aos sábados, domingo e feriados Tel.: (61) 99391-2159 Luzia chefe de cozinha

FESTAS

PERSONAL CHEFE
FAÇO DIÁRIAS preparando suas refeições da semana ou mesmo para eventos exclusivos aos sábados, domingo e feriados Tel.: (61) 99391-2159 Luzia chefe de cozinha

MÍSTICOS

DONA PERCILIA FAZEMOS TRABALHOS MARQUE SUA CONSULTA PARA O AMOR e buscamos a pessoa amada . Presencial ou online . (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Informática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

AVISO DE ABANDONO DE EMPREGO FICA CONVOCADO o Sr. Lauan Lopes de Souza, portador do CPF n 11579085199,acompanhar no prazo de 48 horas, a contar da data de publicação deste aviso, à sede da empresa Pneus Guilherme LTDA, inscrita no CNPJ sob o n 080739905000101, localizada na Rua 1 n 759 Setor Primavera, Formosa Goiás. O não comparecimento no prazo acima estipulado caracterizará o Abandono de Emprego, nos termos do Artigo 482, alínea "i" da CLT, ensejando a rescisão do contrato de trabalho por justa causa. Formosa GO, 04 de junho 2026. Pneus Guilherme LTDA Formosa Goiás

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

RENATO ATIVÃO MACHÃO, SÉRIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

RENATO ATIVÃO MACHÃO, SÉRIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
(CREDORA FIDUCIÁRIA: SPE SUDOESTE 300B BL 04 INCORPORAÇÕES LTDA)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCIS-DF sob o nº 33, devidamente autorizado, realizará no dia **18/06/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 966.913,47 (novecentos e sessenta e seis mil novecentos e treze reais e quarenta e sete centavos), calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **19/06/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 1.511.369,30 (um milhão quinhentos e onze mil trezentos e sessenta e nove reais e trinta centavos), calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do imóvel caracterizado pelo **Apartamento Conjugado nº 105 e Vaga de Garagem nº 28, Bloco 4, CLSW 300-B do SHCSW, Ed. Diamond, Brasília-DF, com área privativa de 48,14 m2, devidamente matriculado(a) no 1º CRI do DF sob o nº 158.250**, oriundo de consolidação de propriedade em favor de SPE SUDOESTE 300B BL 04 INCORPORAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 13.350.535/0001-34, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, nos termos da Lei 9.514/97, celebrado entra a Credora Fiduciária acima descrita e VIALUI EMPREENDIMENTOS E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.102.514/0001-28, representada por sua sócia FLÁVIA VELOSO TARTUCE, portador(a) do RG nº 903.584 SSP-DF e CPF nº 771.563.311-91, tendo sido os devedores fiduciários devidamente constituídos em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 19/06/2026 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se ocupado, correndo por conta do(a) arrematante todas as providências necessárias para sua desocupação, assim como todas as despesas com pagamento de emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da escritura pública de compra e venda. O Leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR**. Ficam os devedores fiduciários, por este edital, desde já intimados das referidas datas.



Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus do imóvel disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
(CREDORA FIDUCIÁRIA: SPE SUDOESTE 300B BL 04 INCORPORAÇÕES LTDA)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCIS-DF sob o nº 33, devidamente autorizado, realizará no dia **18/06/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 672.034,43 (seiscentos e setenta e dois mil trinta e quatro reais e quarenta e três centavos), calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **19/06/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 840.900,95 (oitocentos e quarenta mil novecentos reais e noventa e cinco centavos), calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do imóvel caracterizado pelo **Apartamento Conjugado nº 101 e Vaga de Garagem nº 23, Bloco 4, CLSW 300-B do SHCSW, Ed. Diamond, Brasília-DF, com área privativa de 47,99 m2, devidamente matriculado(a) no 1º CRI do DF sob o nº 158.246**, oriundo de consolidação de propriedade em favor de SPE SUDOESTE 300B BL 04 INCORPORAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 13.350.535/0001-34, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, nos termos da Lei 9.514/97, celebrado entra a Credora Fiduciária acima descrita e VIALUI EMPREENDIMENTOS E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.102.514/0001-28, representada por sua sócia FLÁVIA VELOSO TARTUCE, portador(a) do RG nº 903.584 SSP-DF e CPF nº 771.563.311-91, tendo sido os devedores fiduciários devidamente constituídos em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 19/06/2026 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se ocupado, correndo por conta do(a) arrematante todas as providências necessárias para sua desocupação, assim como todas as despesas com pagamento de emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da escritura pública de compra e venda. O Leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR**. Ficam os devedores fiduciários, por este edital, desde já intimados das referidas datas.



Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus do imóvel disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial

5.7 MASSAGEM RELAX

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM EXPERIÊNCIA limpeza pesada, para trabalhar em Samambaia. Salário acima do mínimo, +VT e +VA. Enviar currículo para o e-mail: rh@germana.com.br

AUXILIAR DE PRODUÇÃO DIVERSAS VAGAS para trabalhar em indústria de alimentos em Samambaia. Salário acima do mínimo, Vale Transporte, +Vale alimentação. Enviar currículo para: rh@germana.com.br

CASA DA MERENDA CONTRATA **AUXILIAR DE COZINHA** Copeiro/ Garçom/ Serviços Gerais de Manutenção. Enviar CV para: rhondurica@gmail.com

6.1 NÍVEL BÁSICO

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

DOMÉSTICA PRECISA-SE p/ início imediato c/ exper e referência comprovada em carteira, cozinhar bem, limpar, lavar, passar, saiba organizar casa. De 2 à 6 Feira. Paga-se bem 61 99636-2311/ 61 99618-7537

DOMÉSTICA **CONTRATA-SE** c/ experiência p/ quas Claras/ Park Way 99988-0905

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa S (61)98225-6648

MASSAGISTA - CONTRATO com ou sem experiência. Asa Norte. Tr: (61) 98178-2687

ÓTIMOS GANHOS!! **MASSAGISTA PRECISA-SE** com ou sem exper.99414-1086 zap

MECÂNICO E AUXILIAR MEC (Mec. 2.700 Aux.1650.) + VA e VT, c/ exper. 99903-3085

VAGA PARA PIZZAIOL E COZINHA Valentina Pizzaria. Trabalhar em quas Claras ou Jardim Botânico. Turno das 16h às 23h. Enviar currículo p/ whats: 61 99325-9772

RESTAURANTE MARUK EMPÓRIO ARÁBE **CONTRATA** **AUXILIAR DE SERVIÇOS** Gerais (Limpeza). Faça parte da nossa equipe. Interessados enviar currículo para: WhatsApp: 61 99229-3355 e-mail: rh.marzuk2024@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR DE CÂMARA FRIA **PARA TRABALHAR** em Indústria de alimentos em Samambaia. Salário acima do mínimo, +Vale Transporte, +Vale Alimentação. Enviar currículo para o e-mail: rh@germana.com.br

AUXILIAR ADMINISTRATIVO c/ exper. informática, organização documental, atendimento ao público. vagasempregobsb01@gmail.com

CLÍNICA VETERINÁRIA **PRECISA DE UM AUXILIAR VETERINÁRIA** com experiência. Enviar currículo para e-mail: clinicat. emprego@gmail.com

PRECISO DOMÉSTICA BOA NA ARRUMAÇÃO Cozinha e Limpeza. Qua/Qui. Pode sair no fim do dia, dormir Sex/Sáb/Dom.SaiSegunda cedo. Folga Seg/Ter. Com Experiência e Referências. Salário R\$2.500. Lago Sul, QL 14 WhatsApp (61) 98122-8159

FORNECEDORA DE AREIA BELA VISTA LTDA.

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF a Licença Ambiental Simplificada nº 14/2026, para a atividade de Área de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil – ATTR, localizada na Rodovia DF-150, Km 3, Chácara Bela Vista, Fazenda Paranoazinho, processo nº 00391-00005191/2023-16. FORNECEDORA DE AREIA BELA VISTALTDA.

6.1 NÍVEL MÉDIO

IMPACTO VISUAL ESTOQUISTA c/ ou s/ experiência. Oportunidade. Comparecer c/ currículo na Chácara 138/01 lote 33 Vicente Pires. Tel.: 98124-2999

PRECISA-SE MASSAGISTA Com ou Sem exper. jornada diurna ou noturna. Ganhos acima de 2.500 por semana 61 98148-2358

PRECISA-SE MASSAGISTA Com ou Sem Experiência, ótimos ganhos. Tr: (61) 98150-7097 Débora

MESTRE DE OBRAS UNIMAN ENGENHARIA Contrata o profissional acima, para obra residencial de alto padrão em Luis Eduardo Magalhães-BA. Currículo com pretensão salarial para: mestredeobras@uniman.com.br

PANIFICADORA BONANZA CRUZEIRO NOVO QD 607 BLOCO C CONTRATA **ATENDENTE/ BALCONISTA** Padeiro c/exper. Ajudante de Padeiro e Aux Serviços Gerais. Enviar CV: 61 98173-4833 ou bonanzacruzeiro@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

INSTITUTO IPÊS ESTÁ OFERECENDO OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA Os interessados devem acessar o edital em https://www.institutoipes.org.br/

CONTRATA-SE PROFISSIONAL p/ trabalhar com acabamento em comunicação visual. Enviar Currículo (61) 98424-5020

PRECISA-SE MASSAGISTA Com ou Sem Experiência, ótimos ganhos. Tr: (61) 98150-7097 Débora

TJDFT PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

4ª Vara de Família de Brasília SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, - Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906 Telefones: (61) 3103-1826 e (61) 3103-1831; E-mail: 4vfamilia.bsbs@tjdft.jus.br; Horário de atendimento: 12h às 19h

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

NÚMERO DO PROCESSO: 0808242-21.2025.8.07.0016
CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: ANA MARI DE CASTRO MESQUITA
REQUERIDO: MARLENE DE CASTRO

O DR. ANDRÉ FERREIRA DE BRITO, Juiz de Direito Substituto da 4ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0808242-21.2025.8.07.0016, ajuizada por REQUERENTE: ANA MARIA DE CASTRO MESQUITA, foi DECRETADA, mediante sentença transitada em julgado, a INTERDIÇÃO PLENA de MARLENE DE CASTRO (CPF: 124.373.286-53), por ser portador(a) de de quadro demencial inicial (CID-10: F03), e ser incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Nomeou-lhe curador(a): ANA MARIA DE CASTRO MESQUITA (CPF: 090.573.661-34), para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 12 de maio de 2026, 16:36:56.

MARTA SILVA BALIEIRO
Diretora de Secretária

Este documento foi gerado pelo usuário R21***34 em 03/06/2026 14:58:46
Número do processo: 0808242-21.2025.8.07.0016
Número do documento: 202612157430000000049755200 | Tipo de documento: Edital
https://pje.trf4.jus.br/443/jsp/Processo/ConsultaDocumento/listView.jspx?202612157430000000049755200
Assinado eletronicamente por: MARTA SILVA BALIEIRO - 12055028 17:57:54
Perfil:

6.1 NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL SUPERIOR

ANALISTA FISCAL DÍGITO Contabilidade c/ experiência na área fiscal, sistema Dexion, etc. Enviar Currículo para: rh.digitos@gmail.com

ENGENHEIRO SÊNIOR UNIMAN ENGENHARIA CONTRATA O PROFISSIONAL acima com experiência em obras de altíssimo padrão. Enviar currículo com pretensão salarial para: engenheiro@uniman.com.br

6.1 NÍVEL SUPERIOR

CONTRATA-SE ESTAGIARIO(A) DIREITO cursando a partir do 2 semestre trabalhar na Samambaia. CV p/ curriculodireitoprado@gmail.com

CONTRATA-SE ESTAGIARIO ADMINISTRATIVO p/ trabalhar em Samambaia. Currículo p/ estagiarioassequel@gmail.com

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01, ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar MAURÍLIO NAVES DE DEUS, analista de sistemas, RG nº 1.857.329 SSP-DF, CPF nº 694.844.811-91, e sua mulher KATIELLEN BORGES DE SOUZA, professora, RG nº 1.886.261 SSP-DF, CPF nº 698.091.271-20, brasileiros, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas a Escritura lavrada em 29 de fevereiro de 2008 às fls. 145/156 do Livro nº 374 do 2º Ofício de Notas de Sobradinho-DF, registrado sob os nº R.4 na matrícula nº 6.636 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 302 da Área Reservada nº 13 da Quadra 09, Sobradinho-DF. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R\$ 5.681,03, posição de 29/05/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que os devedores poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
(CREDORA FIDUCIÁRIA: ENARQ PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCIS-DF sob o nº 33, devidamente autorizado, realizará no dia **18/06/2026** às 11h00, pelo lance mínimo de R\$ 438.242,26 (quatrocentos e trinta e oito mil duzentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos), calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **19/06/2026** às 11h00, pelo lance mínimo de R\$ 523.565,34 (quinhentos e vinte e três mil quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do imóvel caracterizado pelo(a) **Apto nº 1.206 e Vaga da Garagem nº 86, Lote nº 04, Rua 37 Norte, Ed. Cincinnati, Águas Claras-DF, com área privativa de 55,69 m2, com matrícula no 3º CRI do DF sob o nº 341.534**, oriundo de consolidação de propriedade em favor de ENARQ PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.621.448/0001-10, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, nos termos da Lei 9.514/97, celebrado entre a Credora Fiduciária acima descrita e HELENA GOMES DE MORAIS, portador(a) do RG nº 326.224 SSP-DF e do CPF nº 143.848.921-87, tendo sido o(a) devedor(a) fiduciante devidamente constituído(a) em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 19/06/2026 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se ocupado, correndo por conta do(a) arrematante todas as providências necessárias para sua desocupação, assim como todas as despesas com pagamento de emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da escritura pública de compra e venda. **O Leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR.** Fica(m) o(a) devedor(a)(es) fiduciante(s), por este edital, desde já intimado(a)(s) das referidas datas.



Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial

AVISO

Neste feriado
4 de junho (quinta-feira)
nossa loja e central de
anúncios não funcionarão.

Sexta-feira
atendimento normal.

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE